

OS DESCOBRI- MENTOS PORTUGUESES

E ISTVÁN RÁKÓCZI
CLARA RISO

A MITTEL- EUROPA

18-19 DE OUTUBRO, 2010



SZÉCHENYI TERV

T Á L E N T U M S O R O Z A T

OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES
E A MITTELEUROPA

ORGANISADORES
DA SÉRIE

ERNŐ KULCSÁR SZABÓ
GÁBOR SONKOLY

T Á L E N T U M S O R O Z A T • 5.

OS DESCOBRI-
MENTOS
PORTUGUESES
E | ISTVÁN RÁKÓCZI
CLARA RISO
A MITTEL-
EUROPA

18-19 DE OUTUBRO, 2010

ELTE EÖTVÖS KIADÓ • 2012

TÁMOP 4.2.1/B-09/1/KMR-2010-0003

„Á Escala Europeia pelo Conhecimento, ELTE – Subprojecto Diálogo Inter-cultural”
Este projecto foi apoiado pela União Europeia e cofinanciado pelo Fundo Social Europeu.

TÁMOP 4.2.1/B-09/1/KMR-2010-0003

„Európai Léptékkal a Tudásért, ELTE – Kultúrák közötti párbeszéd alprojekt”

A projekt az Európai Unió támogatásával,
az Európai Szociális Alap társfinanszírozásával valósul meg.



Nemzeti Fejlesztési Ügynökség
www.ujszechenyiterv.gov.hu
06 40 638 638



A projekt az Európai Unió támogatásával, az Európai Szociális Alap társfinanszírozásával valósul meg.



Organizadores: Clara Riso e István Rákóczi

© Autores, 2012

ISBN 978 963 312 112 2

ISSN 2063-3718



Responsável pela edição: Decano da Faculdade de Letras da ELTE

Responsável pela redacção: Dániel Levente Pál

Capa: Nóra Váraljai

Tipocomposição: Gábor Péter

Impresso na Hungria por Prime Rate Kft.

ÍNDICE

Agradecimentos	7
Nota Introdutória ■ <i>Clara Riso, István Rákóczi,</i> <i>João Paulo Oliveira e Costa, Tamás Dezső</i>	9
ANNA KALEWSKA	
Humanistas polacos e os descobrimentos portugueses	15
SIMONA BINKOVÁ	
O Atlas Praguense de João Teixeira Albernaz I no contexto dos Descobrimentos Portugueses	27
CARLA ALFERES PINTO	
Os marfins indo-portugueses do Museu de Artes Aplicadas de Budapeste	39
PROF. ASS. DR. JAN KLÍMA	
Repercussões dos descobrimentos portugueses nas relações luso-checas	51
DÓRA BABARCZI	
Os Jesuítas húngaros no Brasil e em Portugal. O relato do Padre Szluha sobre o mundo português setecentista	69
ZSOMBOR NEMERKÉNYI, ZSOMBOR BARTOS-ELEKES	
Os mapas de László Magyar	75
JORGE SANTOS ALVES	
A Nova Edição da Peregrinação (Lisboa, 2010) Radiografia de um Projecto	83
RUI MANUEL LOUREIRO	
Em busca das fontes da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto	89

	ISTVÁN RÁKÓCZI	
	Um húngaro na Peregrinação: as singularidades do culto de Mateus Escandel de Buda	107
6	GÁSPÁR KÓNYA	
	Lendas insulares atlânticas na época do Renascimento	125
	NÓRA KESZTHELYI	
	Náufragos portugueses na Terra do Natal	133
	MARIANNA KATALIN RACS	
	As características de integração regional na América Latina	145

AGRADECIMENTOS

Os organizadores deste volume, István Rákóczi e Clara Riso querem expressar o seu agradecimento pessoal à co-organizadora do Colóquio, Carla Alferes Pinto, a Marie Havlikova e Marianna Racs, que se aprontaram para a tradução de textos de seus colegas, a Gyöngyi Heltai e Gábor Sonkoly, colegas responsáveis pela gestão do Programa TÁMOP ao nível da Faculdade de Letras da Universidade ELTE de Budapeste, que fez possível a presente edição.

NOTA INTRODUTÓRIA

Nos dias 18 e 19 de outubro de 2010 realizou-se na Universidade Eötvös Loránd de Budapeste (ELTE) o colóquio internacional intitulado *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*, organizado conjuntamente pelo Departamento de Português da ELTE, pelo Centro de História de Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores) e pelo Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões (IC) em Budapeste.

O colóquio reuniu estudiosos de quatro países – Polónia (professora Anna Kalewska) e República Checa (professores Simona Binková e Jan Klíma) para além de Portugal e Hungria – e teve por objetivo principal articular uma produtiva discussão entre especialistas da região e investigadores portugueses. A todos os participantes, aqui fica um novo agradecimento pela contribuição prestada.

Com a intenção de alargar o nosso campo de trabalho, deliberámos abrir dois painéis, um dedicado ao título genérico do colóquio, e um outro, sob a égide das comemorações do quinto centenário do nascimento de Fernão Mendes Pinto (1510), dirigido à literatura de viagens em geral e à *Peregrinação* em particular. Destinou-se este programa sobretudo a alunos de Mestrado e Doutoramento, contudo esteve naturalmente aberto à participação de todos os interessados em História dos Descobrimentos, História da Expansão e Literatura de Viagens.

A organização dos textos no presente volume segue a ordem de apresentação das comunicações nos dois dias de trabalho em Budapeste, exceto no caso das duas últimas colaborações (de Nóra Keszthelyi e Marianna Racs) cujos estudos foram apresentados no âmbito de uma outra conferência de doutorandos mas que, considerando a sua qualidade, optámos por incluir neste conjunto de forma a facultar a sua publicação.

Resta mencionar que, a propósito da realização do colóquio, foi ainda inaugurada a exposição *Fernão Mendes Pinto – Deslumbramentos do olhar*, produzida pelo Instituto Camões, com textos da Professora Doutora e Presidente do IC – Ana Paula Laborinho – e com ilustrações da autoria de João Fazenda.

A Comissão Organizadora do colóquio *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa* (Carla Alferes Pinto [CHAM], István Rákóczi [ELTE], Veronika Gergely [IC] e Clara Riso [IC]) agradece a colaboração da editora Eötvös e congratula-se com a publicação destas Atas, esperado passo em frente após o programa de Budapeste e possível ponto de encontro para a continuação da discussão então iniciada.

Budapeste, fevereiro 2012

Clara Riso
Centro de Língua Portuguesa do
Instituto Camões em Budapeste

Doutor István Rákóczi
Professor
com agregação

Os Descobrimentos Portugueses, iniciados no século XV, arrastaram a Europa e o mundo para um novo destino. O oceano Atlântico deixou de ser uma barreira intranponível para se tornar no eixo de comunicação entre os povos e múltiplas civilizações que viviam fechadas sobre si próprias foram sendo atraídas para um sistema global de trocas. Homens e animais, plantas e vírus, objectos e conhecimentos, formas artísticas e percepções religiosas começaram a circular em todas as direcções, e o mundo mudou irreversivelmente. Lembremo-nos, por exemplo, da negritude das sociedades americanas; do facto de o coqueiro só ter chegado às praias do Atlântico na segunda metade do século XVI; do caju ter sido levado para a Índia pelos Portugueses; das armas de fogo terem mudado o curso da história do Japão; da batata, do feijão e do tomate só terem integrado a dieta alimentar dos Europeus a partir do século XVII; da globalização de novos hábitos como o consumo de café, de chá ou do tabaco; da chegada da porcelana chinesa às mesas dos Europeus, ou ainda da aprendizagem do consumo de tecidos de algodão, da transferência do seu cultivo da Ásia para o continente americano e do seu papel decisivo no arranque da Revolução Industrial.

Tudo começou quando Gil Eanes e a sua tripulação passaram o cabo Bojador, em 1434, desafiando o mar Tenebroso. Quebrado o mito que tolhia os navegantes, as caravelas portuguesas, seguidas pelos navios de Castela, começaram a desbravar o mar Oceano, e no final do século XV as viagens de Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral rasgaram novos horizontes. Confirmava-se então uma Revolução Geográfica que ressoou rapidamente por toda a Cristandade e cujas ondas de choque cruzaram o mundo, imparáveis, como se fossem sucessivas vagas de um tsunami.

Este processo de globalização, sendo realizado através dos mares, foi desencadeado pelos povos atlânticos, primeiro os do Sudoeste, mais tarde seguidos pelos que se localizavam mais a norte, mas na mesma orla costeira do continente europeu. Os povos do Centro da Europa ficaram arredados, inevitavelmente, destes primeiros passos. Longe do mar, pressionados pela expansão otomana, pelas que-relas do Sacro Império e depois pelos ventos da Reforma, e pelas sucessivas hegemónias políticas que se manifestaram sucessivamente na região, tinham outras preocupações muito mais prementes do que a aventura oceânica. No entanto, a expansão europeia não consistiu num simples movimento de colonização e de propagação dos valores da civilização ocidental; as novidades circularam em todas as direcções, e os que voltavam traziam experiências dos mundos distantes que eram divulgadas por toda a Europa.

O Centro da Europa não escapou à circulação de notícias sobre os descobrimentos, à chegada de desenhos e relatos, ou mesmo de objectos e animais exóticos oriundos de desvairadas partes. Até um elefante chegou a Viena. E indivíduos do Centro da Europa acabaram por embarcar nas naus imperiais e participar na construção de sociedades coloniais, na prossecução de negócios ou na propagação da religião cristã. Outros, nos seus próprios países, fizeram imprimir relatos de aventuras, descrições de paisagens e sociedades ou desenhos de gentes estranhas e animais desconhecidos; e havia os que colecionavam raridades vindas de Além-Mar.

O colóquio *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa* procurou ilustrar alguns destes fenómenos de interacção, em que os conceitos de centro e periferia se alteram. Nas dinâmicas imperiais, a orla costeira europeia, era afinal o centro que articulava as comunicações entre povos, e a Europa Central era o espaço periférico que acompanhava atenta a evolução dos acontecimentos mas sem ganhar protagonismo na definição do ritmo da História. Este papel secundário, ou periférico, é, contudo, assaz relevante e o seu estudo é fundamental para compreendermos integralmente o fenómeno da expansão europeia.

Com efeito, os estudos apresentados neste colóquio mostram-nos como a Revolução Geográfica desencadeada pelos Descobrimentos se propagou por toda a Europa, e como as principais cidades da região por um lado se tornaram focos de replicação, de onde as notícias vindas de longe voltavam a irradiar para os territórios envolventes, e, por outro, se transformaram em centros receptores, onde nasciam pequenas colecções exóticas que hoje perduram nas salas dos museus.

O Centro de História de Além-Mar, sediado em Lisboa, que tem por objectivo principal o estudo do processo expansionista português e europeu na História, encontrou no Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões em Budapeste e no Departamento de Português da Universidade ELTE os parceiros apropriados para o estudo desta dimensão tantas vezes esquecida da Expansão Europeia.

Os resultados do colóquio, que agora são dados à estampa, evidenciam bem o interesse do tema e suscitam, sem dúvida, o desejo de que estas temáticas possam ser aprofundadas no futuro, quiçá através de projectos de investigação que possam sistematizar a informação que queda perdida em fundos arquivísticos e reservas museológicas.

João Paulo Oliveira e Costa

Director do Centro de História de Além-Mar

A Faculdade de Letras, que completa agora 377 anos da sua existência, sempre significou um ponto de referência espiritual e científico por ter podido renovar-se constantemente. Além dos seus Institutos e Departamentos centenários, os seus programas de ensino e de doutoramento e seus laboratórios de pesquisa contribuíram para que a Faculdade tivesse uma visão e um panorama mais amplos do que o do âmbito dos seus corredores. Oferece, assim, à nova geração de intelectuais em ciências humanas não apenas saberes abstractos, mas também uma ampla gama de ciências aplicadas e de uso prático. Além das línguas mais faladas do mundo, ensina ainda as outras, tal como a partir da história nacional cultiva igualmente a história universal, em que se insere e de que faz parte, aliás. Desta feita, universalismo e universidade encontram-se ligados e correlacionados.

Na nossa Faculdade de Letras a língua e a literatura portuguesas são ensinadas há mais de 35 anos. É motivo do nosso orgulho ser a ELTE um dos centros mais prestigiados da sua área, pela formação em termos numéricos e de qualidade de filólogos bem preparados. O fundador do Departamento de Português, o Doutor Zoltán Rózsa, desde os primórdios tivera a preocupação de estudar a história dos contactos culturais luso-húngaros, tanto nas suas vertentes artísticas, históricas, como literárias, a que se associaram professores e finalistas deste departamento. Esta semente vingou, dando hoje frutos em forma de ensaios, palestras, actas de conferências e outros eventos, que acompanham o seu perfil ao longo destes anos.

Os momentos mais proeminentes da História de Portugal, vistos na sua importância universal – os grandes descobrimentos geográficos e a subsequente colonização pioneira da era pré-moderna – receberam um enfoque especial nas aulas do Programa Interdepartamental sobre Expansão Europeia. A sua primeira conferência científica nacional foi dedicada aos “Impérios e Colónias”, com destaque para “Colombo e a sua época” logo depois, que veio conferir à ELTE um reconhecimento internacional como importante centro de pesquisa sobre o relacionamento entre a Europa e o mundo extra-europeu. Este Programa, enquanto

unidade de ensino, introduziu na Faculdade de Letras cursos sobre o mundo global, a que assistiram centenas de alunos, dos quais várias dúzias de estudantes de história acabaram por escolher este tema como área de especialização. Os professores ligados a este programa criaram o seu centro de investigação, o Centro de Investigação sobre a Expansão Europeia e o Globalismo (EGEK).

Estes dois fios condutores, isto é as pesquisas sobre contactos culturais e as dedicadas à História da Expansão Portuguesa, ficaram agora entrelaçados pela feliz iniciativa do Centro de História do Além-mar (CHAM) e do Centro de Língua Portuguesa do Instituto Camões de Budapeste, junto do Departamento de Português da ELTE, co-organizadores do colóquio *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*. Muito nos regozija a circunstância de que o material agora reunido nas presentes Actas fique publicado numa série do Centro de Excelência Doutoral, subsidiado por um programa de apoio da União Europeia. Reforça a nossa alegria o facto de terem decidido inserir não apenas os textos dos nossos colegas vindos de Portugal e da Europa Central, mas também os de doutorandos, demonstrando assim a continuidade dos valores espirituais supramencionados.

Na página de rosto dum calendário publicado em Nagyszombat, em 1742, junto da figura alegórica da nossa Universidade lê-se o lema em latim “Sapientia aedificavit sibi domum”, ou seja a “Sabedoria edificou a sua casa”, citada do Livro dos Provérbios. Uma universidade constrói o seu futuro, mesmo que se dedique ao passado. Pedras basilares desta universidade do futuro serão os actuais contactos científicos multifacetados, que alicerçam hoje, através de colóquios como este, sólidos fundamentos. Aproveito este ensejo para agradecer a todos os seus organizadores o seu louvável esforço.

Doutor Tamás Dezső

Prof. agregado

Decano da Faculdade de Letras da ELTE

HUMANISTAS POLACOS E OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

1. MEMÓRIA HISTÓRICA DA SABEDORIA GEOESTRATÉGICA PORTUGUESA

A interpretação da História Portuguesa das Descobertas por longos séculos assentou em dois pontos fundamentais:

1. A visão ideológica da predestinação e da missão religiosa a que se associou um estilo cronista romântico e uma visão imperial heróica. As suas origens remontam ao período de 1450 a 1570 em que foi emergindo uma ideologia messiânica da “missão portuguesa” (que alegadamente viria desde Afonso Henriques, o primeiro rei e fundador do país) e o culto da personalidade de algumas figuras históricas (como o Infante Henrique ou o rei D. Sebastião). São autores em destaque neste percurso: Gomes Eanes de Zurara (séc. XV ainda), Duarte Galvão (principal conselheiro de Manuel I e activo defensor do projecto imperial manuelino, falecido em 1517), João de Barros (escritos de 1520 a 1563) e Damião de Góis (escritos de 1541 a 1567). Os historiadores do período da ditadura fascista (1932–1974) levaram ao extremo esta corrente.

2. A visão economicista de que são os ciclos económicos e os seus principais protagonistas (i.e., a burguesia comercial) que determinam toda a estratégia geopolítica. Esta corrente desenvolveu-se em oposição à historiografia oficial da ditadura fascista sobretudo desde os anos 1960.

A nova corrente de historiadores sobre as Descobertas desde a década de oitenta do século XX – e na prática toda a historiografia portuguesa contemporânea – superou estas duas correntes. Destacaram-se nela: Luis Filipe Thomaz, Jean Aubin (já falecido), Sanjay Subrahmanyam, Malyn Newitt, M.N. Pearson, Jorge Nascimento Rodrigues e Tessaleno Devezas cujo ponto de vista teórico

.....
¹ Instituto de Estudos Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsóvia, Polónia ■
a.kalewska@uw.edu.pl

e metodológico acerca dos planos geopolíticos e geoestratégicos dos portugueses como obreiros dos descobrimentos abraçaremos no presente artigo.

Em primeiro lugar, vale a pena enumerar os dez momentos marcantes da memória histórica da sabedoria geoestratégica portuguesa:

1. Intento estratégico. Desde que em 1412, o monarca português João I se decidiu por uma projecção no Magrebe, nas célebres reuniões de Torres Vedras referidas pelo cronista Zurara, que se abriu a porta, ao longo de décadas, para um desenho de um projecto global. Um processo evolutivo, que começou por ser limitado a Marrocos, passou a procurar as fontes do ouro da Guiné e o reino mítico do Preste João das ‘Índias Etiópicas’, até surgir claramente o ‘Plano da Índia’, de chegada, contornando a África, à famosa Calecut, e posteriormente de tentativa de hegemonia com o plano imperial de Manuel I.

2. Vocação globalista. Foi o poeta Fernando Pessoa que escreveu uma vez que «ser português» é algo que não se esgota na estreiteza de uma única personalidade, que é ser tudo de todas as maneiras. É esse o fundo globalista, de geometria variável, que levou os Navegadores a cruzarem o Atlântico e o Índico e o império formal e informal do Oriente a chegar às longínquas paragens da China (a célebre *Catay* de Marco Pólo) e do Japão (a famosa *Cipangu* de Marco Pólo e que o frade veneziano Mauro marcou no seu mapa de 1457–59, uma encomenda do rei português Afonso V).

3. Empenhamento científico. Apesar do carácter lendário da ‘Escola de Sagres’,² é conhecida a atracção de talentos europeus para os projectos do Infante Henrique desde os anos 1430 e a Comissão de Cartógrafos criada por João II nos anos 80. Esse aspecto levaria o ‘pai’ do *management*, Peter Drucker, a usar o caso português como um dos exemplos do papel precoce dos «trabalhadores do conhecimento» e da «gestão do conhecimento». Posteriormente, há toda uma ligação muito estreita de cientistas às navegações, de que o caso de Pedro Nunes é provavelmente o mais paradigmático, como bem salientou Onésimo Almeida,³ e o florescimento das escolas de cartografia desde os anos 1440, que revolucionaram a imagem do mundo.

4. Pensar fora da ‘caixa’. Olhar para fora do terreno de competição geopolítica da época na Europa: o Mediterrâneo, ocupado por Veneza, a potência liderante, e ladeado pelos muçulmanos do Magrebe ao Egipto. Foi este olhar que levou os líderes portugueses a empurrarem as Navegações cada vez mais em busca de uma estratégia de cerco em tenaz, de procura de aliados longínquos contra o ponto

² Segundo J. Nascimento Rodrigues, seria uma história criada pela corrente do culto póstumo de personalidade do Infante Henrique desde o século XVI, com Damião de Góis à cabeça.

³ Almeida, Onésimo (1994): “Portugal and the Dawn of Modern Science”. In: George D. Winus (ed.): *Portugal – the Pathfinder. Journeys from the Medieval Towards the Modern World – 13 – ca. 1600*. Madison, Hispanic Seminary of Medieval Studies, pp. 347–368.

mais vulnerável da ‘aliança mediterrânica’ (os muçulmanos) e que se viria a verificar também muito fragmentado no Índico.

5. Controlo de informação assimétrica. As Navegações desde os anos 1420, em busca da dobragem do Bojador, e depois da romagem cada vez mais para Sul à procura do fim de África para encontrar a Índia Etiópica e depois a Índia, revelaram, como disse o filósofo Agostinho da Silva, a idade de Ouro do «culto do imprevisto». “Entre o conhecido e o desconhecido, o português escolhe o desconhecido”, o que, ao dominá-lo, garantiu uma vantagem estratégica em relação a uma Europa que pouco ou nada sabia do que existia abaixo das Canárias.

6. Surpresa estratégica. Foi um dos trunfos portugueses da época. A chegada a Calecut em 1498 foi como uma onda de choque no Egipto e em Veneza quando em 1499 souberam da novidade. Até ali nunca se haviam apercebido do alcance do que os portugueses vinham fazendo desde 1430. Surpresa, de novo, no Índico, junto dos poderes locais, que não estavam preparados para uma entrada em força de uma política de *hard power* num “lago interior” de comércio cooperante e fracamente armado em termos de poder naval.

7. Incrementalismo. Durante a formulação estratégica, o lugar de honra foi atribuído ao papel da ‘tentativa e erro’ e à correcção pragmática, muitas vezes motivada pela própria frustração – de não conseguir ocupar mais posições no Magrebe (o que levou a procurar plataformas marítimas atlânticas acessórias para o cerco), de não colocar a mão em pepita de ouro (o que só aconteceria em quantidade diminuta pela primeira vez em 1442), de não encontrar rasto do Preste João nos rios africanos tidos como afluentes do Nilo, de sentir raiva de não dobrar a ponta final de África (que era julgada muito perto do Equador). As ‘Descobertas’ não foram um processo linear. O evolucionismo da construção do sistema geoestratégico foi evidente.

8. Atitude crítica. Apesar do militantismo religioso e do misticismo fanático, desenvolveu-se, paradoxalmente, um pensamento contra o dogmatismo e a escolástica. Como dizia Francisco Sanches, um dos vultos maiores da Ciência do século XVI, a atitude portuguesa era revolucionária: “Examinar as coisas – este é o único caminho para descobrir o conhecimento”, referia no seu livro *Que nada se sabe* (1581). E completava o raciocínio de toda uma saga: “Há que construir uma nova Ciência, já que a primeira é agora falsa”.

9. Informação estratégica. O expoente máximo do tema foi João II, mestre da *intelligence*. O sistema de espionagem em cortes por toda a Europa e no próprio coração egípcio (no Cairo) é conhecido. As célebres viagens dos espões, com destaque para a de Pêro da Covilhã, são casos de antologia. A política do segredo e da desinformação era constante.

10. Improvisação organizacional. As gerações das ‘Descobertas’ misturaram um intento estratégico, uma logística impressionante, um apoio de instrumentos

náuticos e de armamento naval com o bem português estilo de improvisação. Sem esse capital, Bartolomeu Dias não teria dobrado o cabo de África e a chegada a Calecut não teria sido consumada, para quem leia as peripécias porque passou o fidalgo Vasco da Gama, um ignorante sobre o que iria encontrar no Índico. Sem o imprevisto, muitas das batalhas do Índico não teriam sido ganhas pelas armadas portuguesas, apesar da vantagem de armamento, da destreza dos artilheiros alemães e da ‘fúria’ guerreira dos fidalgos lusos (RODRIGUES–DEVEZAS 2008 e 2009).

A matriz das Descobertas, com dez princípios de actuação típicos dos portugueses, pode servir de guia simbólico aos portugueses de hoje;⁴ no nosso entender, antes de mais nada no seio da cultura empresarial que, na prática, influi em todos os organismos institucionais e burocráticos no território da Europa e das Américas.

Sempre segundo Jorge Nascimento Rodrigues, a inovadora sabedoria geoes-tratégica portuguesa desenvolveu-se num longo processo histórico, que se teria caracterizado pelas decisões geopolíticas tomadas por monarcas portugueses, entre as quais se destacaram:

- A decisão geopolítica de João I de expansão para o Magrebe (Ceuta – 1415) e a evolução da estratégia Henriquina (1415–1460),
- Conquista dos reinos de Marrocos,
- Projecção de poder no Norte de África e na embocadura do Mediterrâneo,
- A busca do ouro da África Ocidental,
- A procura do aliado cristão Preste João pelas costas da África Ocidental,
- A dobragem do Cabo Bojador (1434) e o ciclo dos escravos como motor das Navegações,
- O Plano da Índia surgido com João II,
- A viagem de Bartolomeu Dias (1478–1488),
- A Entrada no Índico e o ciclo das especiarias,
- O Plano Inicial para o Índico avançado pelo rei D. Manuel I,
- A estratégia oficial de *soft power* nas expedições de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral (o domínio da diplomacia sobre o terror),
- A opção oficial de D. Manuel I pelo *hard power* adoptada em 1501 e 1502 (o domínio do terror sobre a diplomacia),
- Duas batalhas navais decisivas: Diu no Índico, em 1509; a derrota da armada mameluca egípcia e o momento-chave da afirmação de Portugal como potência global e Rodes no Mediterrâneo Oriental (1510); a derrota de uma esqua-

.....
⁴ Opinião proferida por Jorge Nascimento Rodrigues na entrevista, gravada por Marek K. Cichy, concedida ao jornal *Ponto de Interrogação Para Cima, Ponto de Interrogação Para Baixo*, Nº 16, Varsóvia, Abril 2008, p. 27.

dra mameluca pelos Cavaleiros Hospitalários, instigados pelo frade André do Amaral, agente do rei português,

- A estruturação do Império Português do Oriente (ou da África Oriental a malaca) e consolidação da Rota do Cabo, de Lisboa a Cochim, à morte de Afonso de Albuquerque (1515),
- Sucessão de Manuel I por João III em 1521 e o encerramento oficial do projecto hegemónico do D. Manuel I,
- O período da monarquia dual luso-espanhola e da sinergia entre os dois impérios; a entrada da antiga potência em declínio irreversível, com «a doença precoce da sobreextensão» (Paul Kennedy) e as derrotas infligidas pelos holandeses e pelos franceses (RODRIGUES–DEVEZAS 2008 e 2009).

Explicando, então, a questão do pioneirismo de Portugal na empresa da globalização Jorge Nascimento Rodrigues lembra-nos que Portugal nos séculos XV e XVI realizou pela primeira vez o encontro entre o Oceano Atlântico (que se revelaria a principal plataforma de navegações em várias direcções do mundo) e o Oceano Índico, então o centro económico do Planeta (60% do PIB da altura). A junção dos dois Oceanos daria o pontapé de arranque do que o economista Leo Huberman chamou de «nascimento do comércio internacional». Graças ao seu intento estratégico (decisão de projecção global desde 1412), às inovações tecnológicas de navegação, cartografia e no âmbito militar naval e logístico, Portugal aproveitou a janela de oportunidade da Expansão para realizar o que os chineses (até 1433), venezianos (a potência dominante nas relações entre a Europa e a Ásia) e egípcios (os intermediários das relações com o Oceano Índico) não haviam feito. Todos os factos supracitados geraram os alicerces do Renascimento Científico Europeu e transformaram radicalmente a visão do mundo como um planeta composto por massas continentais banhadas por um conjunto de oceanos interligados. Foi graças à expansão portuguesa que nasceu a concepção do globo terrestre e uma nova cartografia (RODRIGUES 2009: 185). Graças à acção dos portugueses na época do Renascimento que se globalizou o poder e o saber passou a ser mediatizado.

2. OS HUMANISTAS POLACOS NA ÉPOCA DA EXPANSÃO

Teriam tido os humanistas polacos, autores dos textos que adiante abordaremos, a plena consciência de que – no dizer de Jorge Nascimento Rodrigues – os portugueses foram os pioneiros no processo da globalização, travaram batalhas que lhes outorgaram o domínio do comércio global e conceberam uma série de planos geoestratégicos que mudaram o mapa do Mundo? A presente comunicação

proponer-se-á a responder a esta questão – um tema que hoje marca a agenda dos historiadores, economistas e políticos em todo o mundo.

No século XVI eram vivos os contactos da Polónia com a Europa ocidental. Na Universidade de Cracóvia o primeiro a informar sobre os descobrimentos devia ter sido Jan (João) Schilling de Glogovo (Ioannis Glogoviensis), originário de Silésia, mas radicado na capital polaca. Em 1506, J. de Glogovo publicou *Introductorium compendiosum in tractatum sphaere materialis magistri Ioannis de Sacrobusto*, a primeira obra na Polónia onde se fala das terras «quem dicunt novum mundum». Este primeiro compêndio polaco sobre os descobrimentos portugueses foi reeditado em Cracóvia em 1513 e em Estrasburgo em 1518.

Mais informações sobre os descobrimentos portugueses apareceram em *Introductio in Ptolomei Cosmographiam* (1512) de Jan de Stobnica ou Stobniczka, que substituiu João de Glogovo na Cátedra de Geografia da Universidade de Cracóvia. A obra atrás citada foi baseada na *Cosmographiae Introductio* de Martim Waldseemüller. Como é sabido, Waldseemüller na segunda parte do seu trabalho, publicado em 1507 em Lorena, deu a tradução latina das cartas de Amerigo Vespucci, relativas às suas quatro viagens ao continente que depois recebeu o seu nome. Stobniczka aproveitou todas as informações geográficas e enciclopédicas, completou-as e acrescentou dois mapas de dois hemisférios com quatro continentes representados. A segunda edição da obra apareceu em 1519.

Em 1517 um eminente geógrafo, Maciej de Miechowo ou Miechowita, professor da Cátedra de Astrologia da Universidade de Cracóvia, na introdução da sua obra *Tractatus de duabus Sarmatis* constatou: «Os países sulinos e os povos marítimos até à Índia foram descobertos pelo Rei de Portugal». O mesmo cientista deixou à Universidade três mapas manuscritos, um dos quais, hoje desaparecido, intitulava-se *Cosmographia navigationis de Portugalia in Indiam in magna cuto pergamensi*. Aliás, numa obra publicada em 1522, *Conservatio Sanitatis*, Miechowita volta a mencionar as descobertas portuguesas.

Em 1551 publicou-se a primeira obra geográfico-histórica em língua polaca, as *Crónicas do Mundo Inteiro* de Marcin Bielski. Nesta obra, dedicada ao Rei Sigismundo Augusto e intitulada *Kroniki wszystkiego świata* (*Crónicas do Mundo Inteiro*) encontramos informações sobre Portugal e os descobrimentos geográficos. Nas edições que seguiram em 1554 e 1563 o autor acrescentou novas informações, em parte erróneas, é verdade, mas mesmo assim o livro tem o mérito de dar a conhecer, a um público mais vasto, os novos mundos descobertos por Portugueses e Espanhóis. Bielski baseou-se nas obras de Simão Grineus *Novus Orbis* e na *Cosmographia* de Sebastião Münster. O seu livro foi avidamente lido e traduzido para o russo. Perdeu a sua popularidade somente depois da publicação, em 1609, da tradução polaca da obra do Italiano Giovanni Botero *Relazioni*

Universali. Os cinco volumes de Botero continham informações sobre os descobrimentos mais actualizadas e mais dignas de confiança.

Um curioso relato sobre Portugal e Espanha encontramos ainda no anónimo *Diário da peregrinação italiana, espanhola e portuguesa* realizada em 1595.

Nenhuma das obras supracitadas, porém, percebeu a Expansão Portuguesa como o resultado de um intento estratégico, desenrolado de uma forma evolutiva que teria consistido dos ciclos longos da construção do sistema mundial do comércio, resultando na criação de um novo tipo de império – o império oceânico em rede – baseado na mobilidade e poder naval, que viabilizou o domínio de uma vasta porção do planeta e uma nova forma de comércio verdadeiramente internacional.⁵ Somente o experimentalismo de Maciej de Miechowo ou Miechowita, que escrevia que a experiência é «a mestre que tudo ensina» – uma certa postura mental e existencial parecida com o «saber de experiência feito» professado por Camões e numerosos autores portugueses, levaria a uma vaga conclusão de que, sempre segundo o pensamento de Jorge Nascimento Rodrigues, os Portugueses introduziram o uso sistemático do conhecimento científico «como um activo inatingível indispensável para se alcançar objectivos políticos bem delineados no âmbito de um intento geoestratégico» (*Ibidem*). Uma fraca, mas sempre possível mediatização do saber renascentista desvendado ao mundo pelos portugueses e apercebido pelo escritor polaco.

3. GASPAR DA GAMA – UM NEXO HISTÓRICO E CULTURAL ENTRE PORTUGAL E A POLÓNIA?

Tratando do assunto das relações históricas e culturais entre Portugal e a Polónia o caso mais interessante é sem dúvida o do judeu polaco originário de Poznań (desconhece-se, ainda, o nome de família) que viria a tomar o nome de Gaspar da Gama (do nome do seu padrinho, Vasco), também conhecido como Gaspar da Índia. E que teria sido feito prisioneiro na ilha de Anjediva por Vasco da Gama quando era conhecido pelo nome islamizado de Mahmet, aquando da inaugural viagem a Calecut em 1498. Gaspar foi um dos mais importantes conselheiros de estratégia do rei português Manuel I e de dois primeiros vice-reis na Índia como também um profundo conhecedor das realidades geopolíticas do mundo

.....
⁵ Este modelo foi seguido pelas potências hegemónicas seguintes: Holanda, Reino Unido e Estados Unidos da América – até pelo menos ao final da 2ª Guerra Mundial, quando, após uma acirrada disputa pelo domínio do Oceano Pacífico entre americanos e japoneses, o domínio naval foi finalmente superado pela supremacia dos meios aéreos (RODRIGUES 2009: 184–185).

de então e um espião de Adil Xá que Vasco da Gama torturou no ‘paraíso’ camoiano de Angediva, logo no regresso da primeira viagem portuguesa a Calecut (RODRIGUES 2008: 169).⁶

Gaspar da Gama foi uma figura profundamente inspiradora para Jorge Rodrigues Nascimento. No Painel II: *Gaspar da Índia – um polaco na corte de Lisboa* do Acto III da obra *1509 – A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global* o Autor apresenta-o como um personagem misterioso que logo seduziu o capitão-mor da primeira armada portuguesa na Índia e o próprio rei D. Manuel I com as suas histórias sobre a Índia, o Índico, a Arábia e o Extremo Oriente. A proveniência de Gaspar da Gama era, então, polaca e judaica, ainda que hoje continue a não se saber nem o seu nome de nascimento nem o apelido de família.⁷ Chegado a Lisboa com Vasco da Gama, em 1499, «as suas narrações, opiniões geopolíticas, conselhos de estratégia, exageros e ficções viriam a encaixar-se, quase matematicamente, na própria evolução do pensamento globalista do monarca português, e terão tido, sem dúvida, influência na evolução do desenho do projecto imperial manuelino. Muitas das suas ‘dicas’ e ‘aguarelas’ retóricas devem ter marcado o curso oriental português.» (*Ibidem*).

A história de Gaspar da Gama merece, então, a atenção do estudioso português. As suas origens têm estado envoltas em mistério. O seu ano de nascimento não reúne consenso: 1440 ou 1450 ou mesmo 1460. Quando Gama o prende em Angediva, Gaspar teria quarenta anos, segundo o marinheiro-narrador Álvaro Velho. Terá morrido em Portugal em 1520, um ano antes do monarca português. Mas, segundo outros, deixou de se saber dele a partir de 1510 (RODRIGUES 2008: 170).

Há quem refira que Gaspar da Gama terá nascido no Egipto de pais judeus emigrados da Polónia, que se haviam refugiado em Jerusalém e depois em Alexandria (esta é a tese de Elias Lipiner⁸). Os historiadores polacos, por seu lado, referem que ele nasceu na cidade de Poznań, na comunidade judia cuja presença naquela cidade parece datar de 1379. A família teria fugido para o Egipto com o garoto em virtude de acções anti-semitas no bairro judeu de Poznań nos anos de 1440 a 1460. Muito jovem ainda, Gaspar da Gama teria marchado de Ale-

⁶ Na nota 1 ao Painel II (intitulado *Gaspar da Índia – um polaco na corte de Lisboa*), Acto III (intitulado *A chegada de um «pirata» à Índia*) da obra *1509 – A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global* J. Nascimento Rodrigues explica: «Este painel contou com a colaboração de uma equipa de investigação polaca, a quem os autores estão reconhecidos». Mencionam-se os nomes das professoras polacas: Anna Kalewska (UV) e Zofia Dambek (U. Poznań) como também de José Carlos Costa Dias, representante do Instituto Camões em Varsóvia.

⁷ Apesar de envolto, ainda, em mistério quanto às suas origens na cidade de Poznań, diversos estudos realizados na Polónia permitem hoje traçar melhor o seu trajecto de vida (J. LELEWEL 1844; B. OLSZEWICZ 1931, J. KIENIEWICZ 1994; M. DANILEWICZ ZIELIŃSKA 1998).

⁸ E. Lipiner, *Gaspar da Gama – Um Converso na Frota de Cabral*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro 1987.

xandria para a Índia, passando por Meca. Como chegou exactamente e em que condição à Índia continua um mistério – alguns alegam que teria sido capturado por piratas e transformado em escravo. Ter-se-ia convertido, provavelmente por conveniência política, ao Islão e recebido o nome de Mahmet (*Ibidem*).

De qualquer forma, quando os portugueses o encontraram, ele já era casado e com um filho de dezanove anos. Teria desposado uma judia «mui douta» e rica de Cochim e seria comerciante de pedras preciosas, não se podendo excluir a hipótese de ter também navios de comércio. Quando da missão de espionagem a Angediva, Mahmet seria o funcionário do governador que negociava com os comerciantes e navegantes, exercendo frequentemente o papel de gestor da alfândega. Deve ter viajado imenso no Índico – dão-no como tendo chegado a Ceilão, Malaca e Sumatra. Falou veneziano e mantinha a fisionomia ‘branca’ (RODRIGUES 2008: 170–171).

Jorge Nascimento Rodrigues descreve como Gaspar da Gama armou uma cilada a Vasco da Gama, foi desacreditado pela tripulação, descoberto pelo Comandante e torturado (ou ‘pingado’, o que significou o derrame de colheradas de óleo a ferver sobre a vítima) no navio São Gabriel como espião de Adil Xá. Mahmet teria acabado por confessar que a sua missão era estudar a armada portuguesa e atraí-la a um ponto onde a esperavam quarenta navios de Adil Xá, senhor de Goa, para a capturar. E, a dado passo no interrogatório, teria exclamado que «era judeu do reino da Polónia da cidade de Poznań». O que, provavelmente, lhe valeu um seguro de vida. Inteligente, astuto, experimentado nas agruras da vida, Mahmet soube, certamente, mostrar o que valia em termos estratégicos ou pintar ‘aquarelas’ das Índias que iriam ao encontro dos desejos e ilusões de Vasco da Gama, especialmente no que diz respeito à presença dos soberanos cristãos na zona do sul de Calecut até Malaca (RODRIGUES 2008: 171).

Gaspar da Gama era um excelente contador de histórias. Mentia, naturalmente, para salvar a pele, explorando a ignorância lusa sobre as realidades do Oriente. Os portugueses levariam, aliás, mais uns anos para tirar a prova sobre as primeiras informações dadas pelo espião de Adil Xá. O judeu polaco seduziria, depois, intelectual e politicamente, Vasco da Gama, de quem herdaria o sobrenome quando foi convertido ao cristianismo já em Lisboa. Outro que ficou seduzido por Mahmet/Gaspar da Gama foi Álvaro Velho que ouviu os seus relatos sobre o Oriente durante quase um ano na viagem de retorno até ao Tejo, e que verteu muita dessa informação no famoso Diário (RODRIGUES 2008: 172).

Quando em Portugal, Gaspar da Gama deixou tudo para trás e acomodou-se ao seu novo papel. De comerciante rico, mestre de alfândega e espião de um governador local indiano, transformou-se em conselheiro de estratégia do rei D. Manuel I e de uma potência emergente, que se transformaria – no dizer de Jorge Nascimento Rodrigues – «numa potência global.» (*Ibidem*) Tudo indica

que a ‘troca’ de carreira do judeu polaco em Lisboa foi altamente vantajosa. Gaspar da Gama teria, depois, casado em Lisboa com uma fidalga portuguesa.

Uma das primeiras missões de Gaspar da Gama foi acompanhar Pedro Álvares Cabral na segunda armada à Índia, servindo duplamente de conselheiro e *língua* (na época os tradutores eram designados por *línguas*). Gaspar facilitou, politicamente, a Cabral o acesso ao rei de Cochim, no fundo ajudando à primeira aliança política na Índia e aos carregamentos da pimenta. No regresso desta viagem, em Junho de 1501, na escala na angra de Bezequiche (perto da actual Dacar, Senegal), Gaspar teria privado com o florentino Amerigo Vespucci. Este tinha vindo na flotilha de Gonçalo Coelho, encarregada pelo rei português de explorar as costas brasileiras e avaliar o seu valor económico. Vespucci, que colaborara com as expedições dos Reis Católicos e depois proibido de voltar a embarcar em Espanha, havia sido aliciado pelo lóbi florentino em Lisboa (*Ibidem*).

Gaspar teria transmitido a Vespucci dados fundamentais sobre as características da nova costa «achada» na volta larga que levava a armada de Cabral a passar pelo Brasil um ano antes. O florentino rapidamente percebeu que a costa cabralina era do mesmo género que ele havia visitado, mais a norte, na expedição de Alonso de Ojeda (1499–1500), que percorrera a costa da *Veniçuela* até à foz do Amazonas. Gaspar devia ter dado a Vespucci a sugestão importante para uma clara compreensão do facto de que as terras a Ocidente encontradas por Colombo nada tinham a ver com a Índia, e que eram um continente novo. A esperteza de Vespucci, fomentada por Gaspar da Gama, valeria a honra de se vir a baptizar o Novo Mundo como *América* (RODRIGUES 2008: 173–174).

A eficiência de Gaspar e a sua «sabedoria geopolítica» levavam o rei D. Manuel a encarregá-lo de assessorar o padrinho Vasco na segunda viagem que este fez para a Índia, em 1502–1503. Em 1505, Gaspar teria encontrado o filho do seu casamento com a judia de Cochim e convenceria o jovem a converter-se ao Cristianismo, tendo sido baptizado (como o pai) com mais um nome dos reis magos – Baltazar, que passaria a trabalhar como língua na feitoria portuguesa. Gaspar foi, depois, conselheiro do vice-rei Francisco de Almeida e do governador Afonso de Albuquerque (RODRIGUES 2008: 174–175).

De Francisco de Almeida Gaspar da Gama parece ter-se tornado um íntimo. Segundo o autor de *Lendas da Índia* (Gaspar Correia), Gaspar teria adoptado, também, o nome de Gaspar de Almeida «por amor do vice-rei», ainda que o que ficou para a posteridade tenha sido Gaspar da Gama ou Gaspar da Índia. Gaspar da Gama devia ter recebido um quinhão das jóias indicadas no testamento do próprio vice-rei (175).

Com Afonso de Albuquerque, Gaspar tomou parte na tentativa de conquista de Ormuz, em 1508, e na aventura desastrosa contra Calecut, em 1510. Numa carta a Afonso de Albuquerque dos princípios de 1508, referiu a necessidade de

abrandar a actividade lusa na ilha de Socotorá, a «ilha da felicidade», sobrevalorizada pelos governantes portugueses como plataforma fortificada para bloquear o Mar Vermelho. Gaspar regressou a Lisboa ainda em 1510, apesar do rajá de Cochim ter pedido a Manuel I que o mantivesse como diplomata na Índia (RODRIGUES 2008: 176).

Gaspar da Gama desempenhou importante papel nos palcos diplomáticos de Lisboa e do Estado Português do Oriente no auge da época manuelina. Uma figura importante neste período, tanto mais simbólica quanto representava a mobilidade do talento típico da época. Profundo conhecedor do Oriente, por razões do seu próprio trajecto de vida, Gaspar da Índia encarnava o conhecimento vivo e a inteligência, elementos precisos para a diplomacia e para a guerra. Foi referido por Manuel I na correspondência para os governantes europeus sobre o «descobrimento» da Índia, ainda em 1499, como uma «jóia da Índia», um profundo conhecedor do mundo oriental.

A história de Gaspar da Gama pode ser registada na descrição do contexto das relações que os viajadores do Planeta-Terra oriundos da Polónia antiga podiam estabelecer com Portugal e com o mundo descoberto pelos Portugueses na época do renascimento, na sucessão cronológica dos seus planos geopolíticos.

Concluindo, digamos que desta visão dos descobrimentos portugueses na perspectiva global, avançada por Jorge Nascimento Rodrigues, podemos compreender melhor como o mundo quotidiano também se globaliza. No entender do estudioso português, as lições da História de projecção de poder das várias potências mundiais ao longo do tempo não servem unicamente para tirar lições éticas ou definir desígnios idealistas para o Mundo. Estudar a geopolítica serve para perceber como o mundo se move, que estratégias seguem as potências e quais tiveram sucesso e porquê. Aprender com a história do passado serve para entender padrões de comportamento e melhor agir face ao futuro, sobretudo em relação a janelas de oportunidade, à surpresa estratégica e à contingência ou ao acaso. História, pois, é a mãe da vida e revela a perfeita consciência da mundialização do poder, pelo menos no nível mediático do saber, há pouco tempo possível entre o Ocidente da Península Ibérica e o Leste europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PINHEIRO, TERESA (ed.) et. al. (2011): *Peripheral Identities. Iberian and Eastern Europe between the Dictatorial Past and the European Present*. Chemnitz: Warsaw – Glasgow – Madrid: Pearl Books.

RODRIGUES, JORGE NASCIMENTO; DEVEZAS, TESSALENO (2008): *1509. A Batalha que Mudou o Domínio do Comércio Global*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico.

RODRIGUES, JORGE NASCIMENTO; DEVEZAS, TESSALENO (2009): *Portugal O Pioneiro da Globalização. A Herança das Descobertas*. V. N. Famalicão: Centro Atlântico.

O ATLAS PRAGUENSE DE JOÃO TEIXEIRA ALBERNAZ I NO CONTEXTO DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

Apesar da distância geográfica, a Europa central procurava e recebia notícias sobre os empreendimentos marítimos dos povos ibéricos desde o século XV e XVI. Nas bibliotecas históricas checas encontramos traduções das relações dos navegantes, referências em crônicas, impressos estrangeiros e incluso manuscritos da época.² Mais tarde, além da tarefa informativa, aparece também o interesse pelos documentos mais belos e raros que passaram a ser objetos de colecionismo no ambiente culto e de recursos. Tal foi também o caso do Livro de Marinharia do século XVI publicado faz pouco em Portugal,³ e o do atlas marítimo anónimo que pode ser atribuído ao cartógrafo português mais importante do século XVII, João Teixeira Albernaz I,⁴ os dois achados nos fundos da Biblioteca Nostitz, a cargo do Museu Nacional de Praga.

.....
¹ Universidade Carolina de Praga ■ simona.binkova@gmail.com

² Desses temas trata p. ex. a contribuição de Jan Klíma no presente volume. Já antes apareceram artigos a respeito, seja panorâmicos, seja de temas particulares, no anuário *Ibero-Americana Pragensia* e outras revistas, de J. Polišíenský, J. Hrubeš, P. Kneidl, S. Binková, O. Kašpar, J. Kašparová, K. Kozická, etc.

³ *Livro de Marinharia. O manuscrito de Praga*, Ed. de Artur Teodoro de Matos e João Manuel Teles e Cunha, coord. Carla Alferes Pinto, EPAL – CEPCEP, s.l. [Lisboa] 2009. Ver também Kozická, Kateřina, “Outras fontes referentes à história de viagens dos descobrimentos na Biblioteca de Dobrovský em Praga”, in: *Ibero-Americana Pragensia*, XXIV, 1990, pp. 279–287; a mesma, “O interesse pelo Novo Mundo do ponto de vista dos navegadores na segunda metade do século XVI”, in: *Ibero-Americana Pragensia*, XXVI, 1992, pp. 259–262; Binkova, Simona – Kozicka, Katerina, “El dominio marítimo español en los materiales cartográficos y náuticos de Praga”, *Suplemento de Anuario de Estudios Americanos* (Sevilla), Tomo XLIX (1992), Núm. 1, pp. 47–54. Kozická, Kateřina, “A repercussão da Expansão Atlântica nos documentos checoslovacos dos séculos XV–XVII”. In: *Actas do II Colóquio de História da Madeira*, SRTC-CEHA, Funchal 1993, pp. 798–799; a mesma, *Pražský rukopis DEROTERO MS c 29 a jeho místo v soudobých portugalských pramenech* (O manuscrito praguense de DEROTERO Ms c 29 e o seu lugar nas fontes portuguesas da época), dissertação não impressa, Faculdade de Filosofia, Universidade Carolina de Praga, Praga 1994.

⁴ Uma edição quadrilíngue completa, mas bastante limitada (tiragem de 90 exemplares, não destinada à venda) de Binková, Simona (ed.), *Pražský Teixeiraův atlas – Teixeira’s Prague Atlas – Atlas Teixeira Praguense*, Ministerstvo obrany – Agentura vojenských informací a služeb AVIS e Středisko ibero-amerických studií FF UK Praha, Praha 2004.

O propósito desta contribuição é voltar a lembrar o destino pouco conhecido desta excelente e, lamentavelmente, desaparecida obra da cartografia portuguesa.

Apesar de ter sido conhecida a existência deste raro atlas manuscrito espanhol-português já pelo autor do inventário dos livros da família Nostitz, A. V. Šimák, no princípio do século XX,⁵ foi Josef Polišíenský quem fez notar a sua enorme importância e quem, junto com um círculo dos seus colaboradores, publicou vários estudos sobre este e outros materiais semelhantes de origem portuguesa no nosso país.⁶ Foi também ele mesmo quem iniciou, conjuntamente com especialistas portugueses na história da cartografia – nomeadamente Luís de Albuquerque, o maior historiador português das navegações dos Descobrimentos, matemático e durante muitos anos Presidente da Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses⁷ – um projecto cujo objectivo era publicar uma edição fac-similar desse atlas extenso e ricamente iluminado, intitulado *Libro universal de las navegaciones del mundo con las demostraciones de los puertos mas principales del [= de él]*.⁸ Porém, depois de ter sido apresentado, no começo dos anos noventa do século XX, na Feira Internacional de Livros em Francoforte de Meno, este magnífico monumento cartográfico foi roubado do Museu Nacional de Praga. Por isso mesmo nos pareceu muito importante apresentar essa obra única da cartografia náutica do século XVII ao público⁹ esperando que um dia ela

⁵ Šimák, J. V., *Rukopisy majorátní knihovny hrabat z Nostitz a Rhienecka v Praze* (Manuscritos da biblioteca do morgadio dos condes de Nostitz e Rhieneck em Praga), Praha 1910, pp. 138–139.

⁶ Polišíenský, Josef – Binková, Simona, “Prameny k dějinám portugalských objevných cest v ČSSR”, in: *Sborník Národního muzea v Praze – Acta Musei Nationalis Pragae, Řada C – Literární historie*, vol. XXIX (1984), Núm. 4, pp. 227–234; a versão portuguesa: os mesmos, “As fontes para a história dos descobrimentos portugueses na Checoslováquia”, in: *A abertura do mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus*. Organização de Francisco Contento Domingues e Luís Filipe Barreto, Vol. II, Editorial Presença, Lisboa 1987, pp. 183–189; Kubiče, Miloš, “O achado dum atlas português do século XVII, em Praga”, *Ibero-Americana Pragensia*, XIX, 1985, pp. 223–230. No foro geográfico internacional o atlas praguense de Teixeira foi apresentado nos anos 90 pelo Dr. Ivan Kupčík de Munique (XVII Congresso Internacional de História da Cartografia, Lisboa 1997).

⁷ A bibliografia de Luís de Albuquerque, que contém dezenas de monografias, estudos e artigos de divulgação, assim como outro tipo de trabalhos, encontra-se reunida nas publicações póstumas editadas em sua homenagem: *Luís de Albuquerque, O homem e a obra*, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1993, *Luís de Albuquerque Historiador e Matemático. Homenagem de Amizade a um Homem de Ciência*, Introdução Inácio Guerreiro, Chaves Ferreira – Publicações, S.A., s.d., s.l. [Lisboa 1998], pp. 23–94. O resumo da sua vida e a bibliografia dos seus trabalhos até o ano de 1986 ver também em *A abertura do mundo. Estudos da história dos descobrimentos europeus*, ed. cit., vol. I, pp. 9–38.

⁸ Conservado na Biblioteca Nostitz, denominada em certo período também Dobrovský segundo o destacado representante da linguística e cultura checas do século XIX que actuou de preceptor na família de Nostitz, posteriormente a cargo do Museu Nacional em Praga, sign. Ms f 4.

⁹ A edição deste raro material cartográfico citada na nota 3 realizou-se na base de reproduções elaboradas para fins de estudo ainda antes do roubo do atlas. O ponto de partida é um microfilme a preto-e-branco que está longe de satisfazer os parâmetros de uma edição digna desse manuscrito iluminado. Apesar disso, visto a importância e as circunstâncias da sua desaparecimento, consideramos ▶

volte aos seus fundos de origem nos quais se achava pelo menos desde o último terço do século XVIII.¹⁰

O atlas – mapas e textos – foi realizado em papel de grande tamanho (463 x 360 mm), sendo formado no total por 44 folhas, das quais a primeira e as folhas 40 a 44 estão em branco. Está encadernado em capa dura de pele de cor castanha com decoração dourada. No rosto aparece o título, escrito em letras de ouro sobre um fundo purpúreo. As cartas são a cores.

A obra é anónima e não tem data de elaboração. Está dividida em quinze secções com dez mapas em página dupla no caso das áreas mais importantes da navegação marítima desse tempo, e com mais de uma centena de desenhos dos portos e de trechos da costa mais significativos, apresentando também penhascos e baixos perigosos, a profundidade do fundo marítimo e lugares propícios para ancorar.

Os títulos de todas as secções assim como o título da obra são em espanhol. Os textos nas cartas são, porém, em português (excepto a descrição dos territórios coloniais espanhóis na América).

A prevalecente toponímia em português, os apontamentos sobre os navegantes portugueses e sobre os seus êxitos, juntamente com as notícias sobre os vice-reis portugueses na Índia e sobre a fundação dos portos e fortalezas marítimas dessa área, assim como uma descrição detalhada dos restantes territórios dominados pelos portugueses (por exemplo da desembocadura do Amazonas ou da capitania de Pernambuco) e ainda as alusões às lutas contra os ingleses e holandeses permitem concluir, indubitavelmente, que os mapas são de origem portuguesa e realizados aproximadamente entre 1630 e 1640. Em consequência de uma análise mais detalhada dos próprios mapas e dos dados neles incluídos pode ser determinada a época da origem do atlas – entre os anos de 1631 e 1633. A data post quem indicada explicitamente é o ano de 1622 (ver o comentário aos ff. 22r e 22v). Outras provas têm que ser procuradas nas próprias cartas, em forma de feitos, acontecimentos e inscrições, importantes para a datação. Assim por exemplo, os descobrimentos dos holandeses de 1616 na área de Nova Guinéa e Austrália (apresentados nos ff. 3v-4r, 30v-31r, 32v-33r) chegaram à Europa – por meio da obra de Manuel Godinho de Erédia – só depois da sua morte em 1623; pelo menos um ano podemos acrescentar na datação post quem em consequência da menção de que António Vicente [Cochado], cuja carta serviu de modelo

.....
 ▷ como útil apresentá-lo pelo menos sob esta forma. As fotos a cores utilizadas para a capa serviram para a publicidade do atlas na procura de um editor.

¹⁰ O atlas está munido de um ex-libris da família Nostitz do ano 1774 (“Ex Bibliothecae Maioratus Familiae Nostitzianae 1774”), mas não sabemos quando exactamente e como passou à propriedade dessa família nobre. Vários membros dela viajaram por diferentes países de Europa (Itália, França, Países Baixos, Suécia) na sua juventude ou encarregados pelas missivas diplomáticas.

a Teixeira para traçar o delta do Amazonas (f. 16), desempenhou, a partir de 1624, o cargo de patrão-mor em Pernambuco. Como o último ano identificável post quem da elaboração do atlas consideramos, por enquanto, o ano de 1631, já que então os holandeses edificaram a fortaleza de Santa Cruz na ilha Tamaraca (desenhada no f. 17). As posições holandesas podem ser observadas também em Pernambuco conquistado por eles no ano de 1630 (f. 17). Ao contrário, no atlas não há evidência da capitulação da fortaleza dos Reis Magos no Rio Grande do Norte (Dezembro de 1633), nem da queda de Paraíba no ano de 1634 (f. 16v) e de outros acontecimentos posteriores. O atlas surgiu, então, depois do ano de 1631, mas antes de a Portugal terem chegado as notícias sobre as novas conquistas holandesas do ano de 1633 e as seguintes.

As inscrições espanholas no atlas podem ser explicadas pelo facto de uma encomenda espanhola. É que, depois de se ter extinguido a dinastia real portuguesa no ano de 1580, os dois países ibéricos se viram unidos, durante sessenta anos seguintes, sob o governo dos Habsburgos espanhóis.¹¹

Sendo comparado o atlas praguense com as amostras da cartografia portuguesa antiga¹² pode deduzir-se que o autor das cartas é o destacado cartógrafo português da primeira metade do século XVII – João Teixeira, chamado também João Teixeira Albernaz I.¹³ Provam-no a concepção da obra e a sua escritura que se assemelham muito tanto aos atlas do mundo de Teixeira (os firmados nos anos 1630 e 1643 e outros que lhe são atribuídos, de cerca 1628 e de 1632), como aos numerosos atlas do Brasil do mesmo autor.¹⁴ Ao mesmo tempo, o atlas praguense não é uma cópia directa de nenhuma das obras até agora conhecidas de Teixeira, mas sim uma obra independente que ocupa um lugar extraordinário entre as demais. Os atlas de cerca de 1628 e do ano de 1643 abrangem exclusivamente os mapas dos oceanos e dos continentes mas não figuram neles plantas dos portos.

¹¹ Os reis espanhóis Filipe II (em Portugal como Filipe I, 1580–1598), Filipe III (em Portugal como Filipe II, 1598–1621) e Filipe IV (em Portugal como Filipe III, 1621–1640).

¹² *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Direcção Armando Cortesão com a cooperação de Avelino Teixeira da Mota, vols. I–V, Lisboa 1960, que é a edição citada aqui (reedição de 1987, com os addenda a cargo de Alfredo Pinheiro Marques). Ali se pode consultar também outra bibliografia. Trata-se do primeiro trabalho sistemático e o mais detalhado sobre a história da cartografia portuguesa, com mais de 1.200 estampas. Das obras panorâmicas mais recentes comp. *Tesouros da Cartografia Portuguesa*, C.N.C.D.P. – Edições INAPA, Lisboa 1997; *Atlas del Mundo 1492–1992*, S.A. de Promoción y Ediciones, Club Internacional del Libro [Madrid, 1992].

¹³ *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. cit., vol. IV, pp. 77–149, e vol. V, pp. 57 sigs., 141 sigs. Comp. também a edição do ano de 1987, aumentada pelo vol. VI – Alfredo Pinheiro Marques, “Adenda de actualização / Supplement, Index”, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa 1987, pp. 111–112.

¹⁴ *Ibidem*, vol. IV, pp. 93–149 (estampas 441–516). Acerca dos atlas do Brasil comp. também Marques, Alfredo Pinheiro, “O papel dos cartógrafos e dos engenheiros militares na fixação dos limites do Brasil”, in: *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, 6 vols., Publicações Alfa, Lisboa 1989, vol. 5, pp. 180–190, especialmente pp. 183–184.

Sob este ponto de vista, o atlas de Praga é comparável unicamente com os atlas de 1630 e de cerca de 1632, este último, por sua vez, fragmentário. À diferença daquele de 1630¹⁵ o atlas praguense apresenta um número consideravelmente maior de portos de Espanha, de Portugal e do Mediterrâneo. Praticamente igual (só com certas diferenças) é a representação dos portos do Brasil, da África e da Índia, correspondendo, porém, a selecção dos portos da América espanhola só parcialmente. Enquanto que o atlas praguense acentua as rotas básicas da navegação transoceânica, o atlas do ano de 1630 inclui também os diferentes mares e as partes correspondentes da terra firme (o Mar Báltico, a Europa do Norte, o Mar Egeu, o Mediterrâneo, o Levante, as costas da Índia e da África Oriental, o Estreito de Magalhães e a Terra do Fogo).

Numa comparação geral com as restantes obras de Teixeira destaca-se, principalmente, a maneira da representação de certos territórios, como por exemplo a Península de Califórnia na América do Norte, a Nova Guinéa e as Ilhas Salomão, a Terra Austral Desconhecida, etc. Visto este facto, julgamos que a elaboração do atlas praguense precede a elaboração do conjunto de quatro cartas de João Teixeira I do ano de 1640¹⁶ e, por isso, também a do atlas do ano de 1643. Esta hipótese foi confirmada, tanto do ponto de vista da autoria como da datação, pelos historiadores de cartografia portugueses e brasileiros¹⁷ e baseia-se, além disso, na versão bilingue do conjunto que encaixa na história da vida particular e profissional do autor suposto.

João Teixeira Albernaz I nasceu em fins do terceiro ou no início do último quartel do século XVI em Lisboa, provindo de uma família numerosa que se dedicava pelo espaço de várias gerações à cartografia.¹⁸ O seu pai foi Luís Teixeira

.....
¹⁵ *Ibidem*, vol. IV, pp. 111–118 (estampas 464–472).

¹⁶ *Ibidem*, vol. IV, pp. 133–134 (estampas 497–498).

¹⁷ Ver a correspondência de Josef Polišenský e Simona Binková com Luís de Albuquerque e o seu colaborador e sucessor Inácio Guerreiro (Vice-Presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, anteriormente Sub-Director do Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa). Arquivo do Centro de Estudos Ibero-Americanos da Faculdade de Filosofia da Universidade Carolina em Praga e o arquivo da autora. Esta hipótese quanto a autoria e a data da realização foi confirmada recentemente também por Paulo Márcio Leal de Menezes, “Atlas Praguense de João Teixeira Albernaz I – comparações comentadas de alguns de seus mapas”. In: *Passado & Presente para o futuro*. III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 10 a 13 de Novembro de 2009, Ouro Preto, MG, Brasil, pp. 15, acessível em www.ufmg.br/rededemuseus/crch/menezes_atlas-praguense-de-joao-teixeira-albernaz.pdf [consultado o 6-XII-2011]. Ocupa-se particularmente das diferentes demonstrações da Bahia da Guanabara, ou seja da região do Rio de Janeiro, da autoria de João Teixeira Albernaz I, em comparação com a imagem incluída no Atlas Praguense.

¹⁸ *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. cit., vol. I, p. 113, e vol. IV, p. 85, onde os autores se referem a seis gerações e apresentam a reconstrução da genealogia da família e daqueles membros seus que em maior ou menor medida influíram na cartografia portuguesa e disciplinas similares. A biografia e os dados sobre a obra de João Teixeira ver *ibidem*, vol. IV, pp. 77–91.

(falecido entre os anos de 1613 e 1622), cartógrafo da Casa da Índia lisboeta, instituição real encarregada particularmente do comércio, mas também dos demais assuntos relacionados com os territórios portugueses do Ultramar. Luís é autor de uma série de cartas, algumas das quais assinadas, outras não.¹⁹ Ele “herdara” o ofício e o cargo do seu pai, Pero Fernandes, e transmitiu-os ao seu filho João que com ele aprendeu a arte da cartografia e, além disso, estudou matemática no renomado Colégio de S. Antão em Lisboa. No ano de 1602, João Teixeira obteve a carta de ofício que lhe permitia desempenhar a prática de cartógrafo marítimo e construir instrumentos náuticos imprescindíveis para a navegação nos oceanos. Fez os exames na presença do cartógrafo-mor e de outro especialista reconhecido na problemática. No ano de 1605 foi nomeado – assim como antigamente o foram o seu avô e o seu pai – cartógrafo da Casa da Índia, passando a ser criador de uma parte do material cartográfico e de instrumentos náuticos utilizados pela armada do rei.

32

Em Agosto do ano de 1619, João Teixeira e o seu irmão Pedro, também cartógrafo,²⁰ foram chamados a Espanha e encarregados de traçar uma nova carta dos estreitos de Magalhães e de São Vicente.²¹ Mas já nos fins de Setembro do mesmo ano, João voltou a Lisboa, enquanto que o seu irmão ficou em Espanha trabalhando em cargos novos,²² incluindo cartas gravadas em cuja elaboração se supõe a colaboração de ambos os irmãos.

Três anos mais tarde, João Teixeira pretendia supostamente o cargo do cartógrafo-mor. Não fica demasiado claro se realmente o desempenhou, mas nos quatro atlas do ano de 1648 figura como tal. As suas últimas obras provêm do ano seguinte e as referências que lhe dizem respeito terminam em 1652. É considerado como o cartógrafo português mais importante e mais fecundo da primeira metade do século XVII (e do século XVII, em geral).

João Teixeira é autor de pelo menos vinte e cinco obras, algumas das quais estão assinadas, enquanto que outras lhe são só atribuídas. Vinte delas (inclusive a praguense) são atlas, as demais são conjuntos de cartas, no total algumas centenas de itens feitos a mão, junto com duas cartas gravadas identificadas como suas. Uma parte das suas cartas foi destinada para uso a bordo dos barcos, enquanto

¹⁹ *Ibidem*, vol. III, pp. 39–84 (estampas 357–368).

²⁰ *Comp. ibidem*, vol. IV, pp. 151–158 (estampas 517–519).

²¹ *Ibidem*, vol. IV, especialmente pp. 80–81, 153 a 157–158 (estampa 517). Tratou-se da representação cartográfica dos resultados da expedição espanhola dos irmãos Nodal dos anos 1618–1619, que foram os primeiros em circum-navegar a Terra do Fogo. Esta expedição foi uma reacção à holandesa de Schouten e Le Maire à mesma área no ano de 1618.

²² Pedro é autor, entre outras obras, do famoso, extremamente detalhado plano de Madrid, do ano de 1656, gravado em Antuérpia, em 20 folhas que, na sua totalidade, representam o tamanho de 1780 × 2860 mm. Da sua obra muito mais numerosa, realizada em Espanha, têm-se conservado somente dois mapas publicados; o resto da sua obra desapareceu.

que vários atlas foram desenhados para personagens destacadas, como podemos deduzir pelos rostos.²³ O atlas praguense pertence com a maior probabilidade, pelo seu valor artístico e pelo seu desenho, a este último grupo; há, porém, ao mesmo tempo provas de que continuava a ser completado e, por conseguinte, também utilizado. É que no atlas foram encontradas várias folhas soltas de outra proveniência, datadas do ano de 1663 e que, a modo dos roteiros (instruções para a navegação entre determinados lugares), descreviam a região do Prata. Os apontamentos estão escritos em espanhol e referem-se, entre outras coisas, aos rios Negro e Santiago. E precisamente estes nomes são agregados no atlas por uma mão diferente daquela que o tinha elaborado.

Em tiras de papel de menor tamanho, escritas igualmente por outra mão, encontramos apontamentos referentes à costa ocidental africana e à navegação desde Luanda em Angola até Buenos Aires e outros lugares.²⁴

Embora, segundo o parecer de especialistas, a cartografia portuguesa do século XVII não se possa comparar com as obras do século anterior, a obra de João Teixeira é altamente apreciada pela sua exactidão, pelo seu equilíbrio e pela sua beleza. Nota-se nela a influência das obras do pai do autor, tanto no desenho, como no colorido e na letra, de maneira que se começa a falar de uma escola particular, chamada dos Teixeira, que se destaca por um estilo característico que o seu fundador passou aos seus sucessores. Luís Teixeira, cujas obras eram valorizadas também no estrangeiro e várias delas impressas nos Países-Baixos, é considerado como o cartógrafo português mais importante dos fins do século XVI e do princípio do século XVII, representando o elo entre os melhores cartógrafos da primeira metade do século XVI (os Reinel e Homem) e da primeira metade do século XVII, cujo representante foi o seu filho, João Teixeira Albernaz I.

Este não foi, por sua vez, de maneira nenhuma o último representante desta importante família: herdaram a mesma profissão também o seu filho Estevão e o neto João, designado na literatura João Teixeira Albernaz II. Este trabalhou entre os anos 50 e 80 do século XVII.²⁵ O mesmo ou parecido ofício foi desempenhado

²³ Trata-se, por exemplo, das obras referentes ao Brasil, particularmente do atlas de cerca de 1616 com o brasão da importante estirpe portuguesa dos Castro; do de 1627, que traz um grande brasão de Jorge de Mascarenhas, marquês de Montalvão, mais tarde vice-rei do Brasil; e dos atlas dos anos de 1630 e 1631 com referências a Jerónimo Ataíde, conde de Atouguia. Comp. *ibidem*, vol. IV, pp. 93, 103, 111, 119.

²⁴ Infelizmente, os ditos apontamentos perderam-se juntamente com o atlas.

²⁵ *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. cit., vol. V, pp. 31–50 (estampas 546–547). É o mérito dos editores dessa edição terem solucionado de maneira satisfatória a questão da identidade de ambos os cartógrafos homónimos, que costumavam a ser – assim como a sua obra – frequentemente confundidos ou identificados. João Teixeira Albernaz II é considerado como o cartógrafo português mais importante da segunda metade do século XVII com o maior número de obras conservadas, entre elas vários atlas da África e do Brasil e traçados de cidades e fortalezas do Oriente. Na sua obra é evidente a influência do seu avô, embora não alcance o nível deste na elaboração. Apesar disso, foi um bom

também por outros familiares, sendo o último deles provavelmente Francisco da Silva Albernaz que foi engenheiro em Mombaça (África oriental) e faleceu em Goa,²⁶ na altura em que a arte dos desenhadores de mapas marítimos ia sendo substituída por cálculos matemáticos e pela profissão de engenheiros militares.

Luís Teixeira, o pai do nosso cartógrafo, não somente incluía nas suas cartas novos conhecimentos geográficos que lhe forneciam os navegantes portugueses ou que obtinha como resultado de expedições estrangeiras, como ainda contribuiu com a sua própria experiência cartográfica, particularmente das ilhas dos Açores e do Brasil. É precisamente um conhecimento detalhado deste último território que se repercutirá mais tarde também nas cartas do seu filho João. É particularmente uma representação pormenorizada no atlas praguense dos portos brasileiros, das suas fortalezas e dos territórios circunvizinhos que nos permite darmos conta das condições, tanto náuticas como militares, da sua posição e, além disso, podemos observar o estado histórico concreto da colonização e da vida civil sob vários pontos de vista (donos das terras, existência dos engenhos da cana-de-açúcar, construções eclesiásticas, etc.).

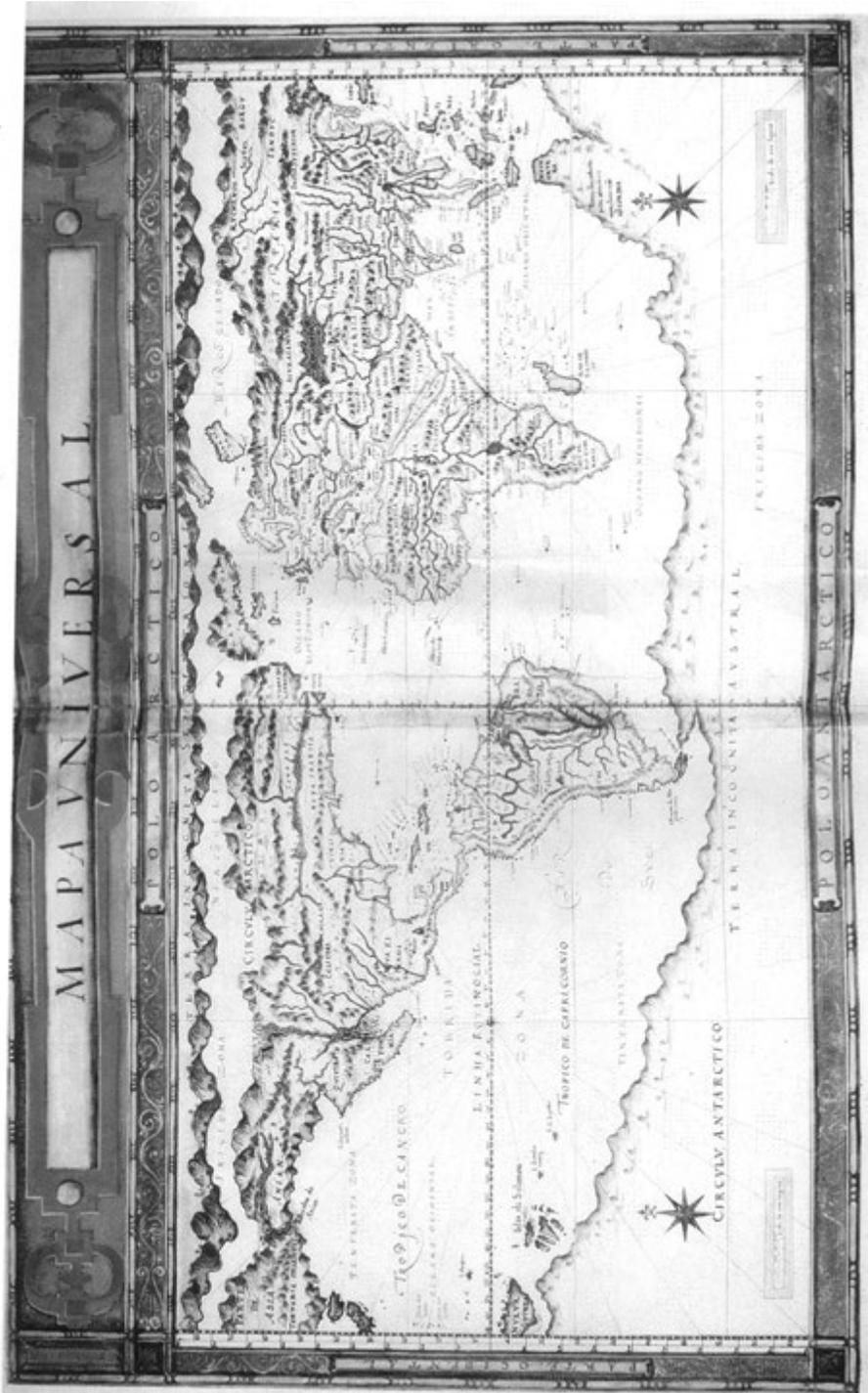
No atlas praguense é dada uma atenção extraordinária também à Índia portuguesa. Entre outras coisas, apresentam-se numerosos apontamentos sobre a etapa inicial da entrada dos europeus nesta parte do mundo.

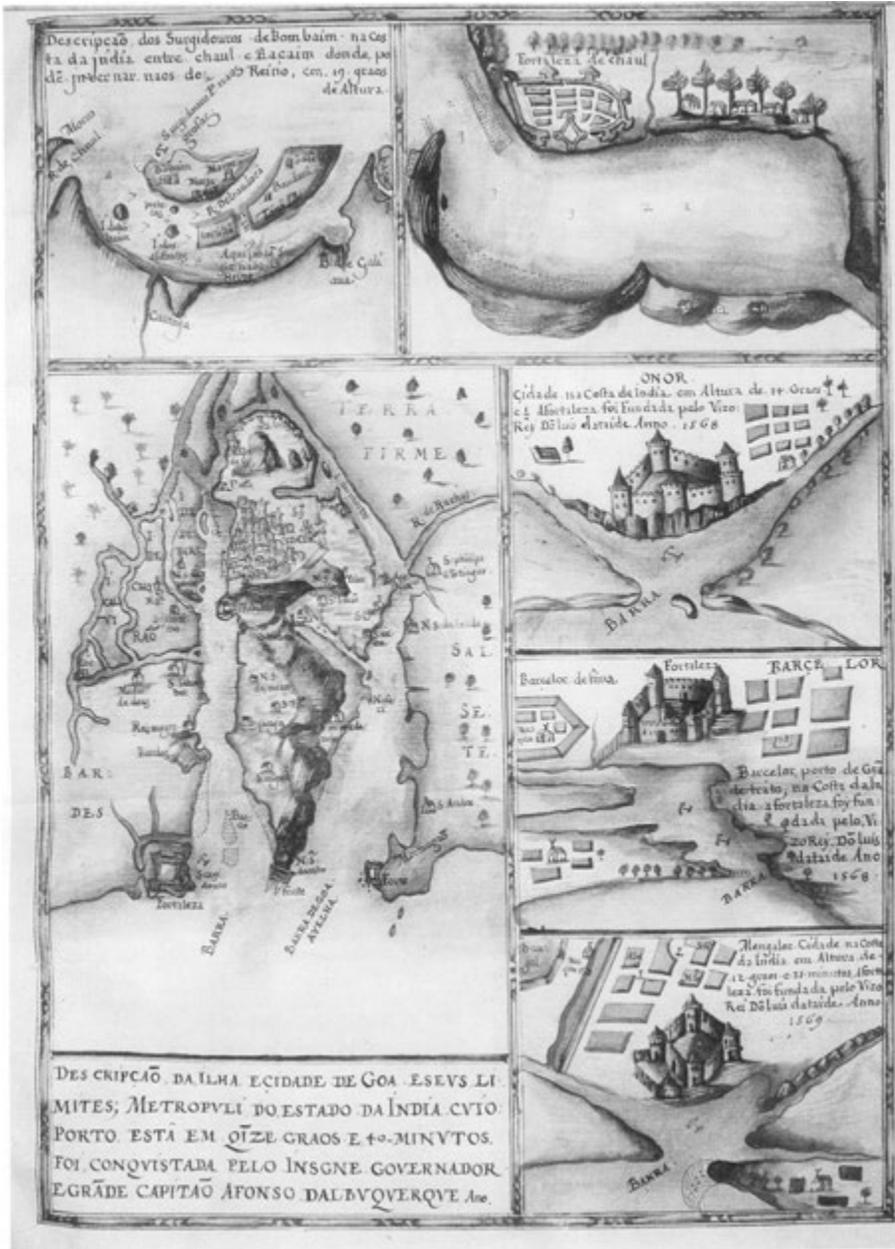
Contudo, o atlas praguense tem um alcance muito mais amplo: pela sua complexidade e integridade, extraordinárias mesmo na própria obra extensa de João Teixeira, resulta não só um documento interessante e valioso sobre o nível do pensamento cartográfico europeu da primeira metade do século XVII, mas também um testemunho de alta qualidade artística acerca dos importantes centros de povoamento humano nas regiões costeiras de quase o mundo inteiro. Ao mesmo tempo, a sua existência nas colecções checas é testemunho da atenção que se prestava nos países checos e na Europa central, em geral, aos descobrimentos portugueses.

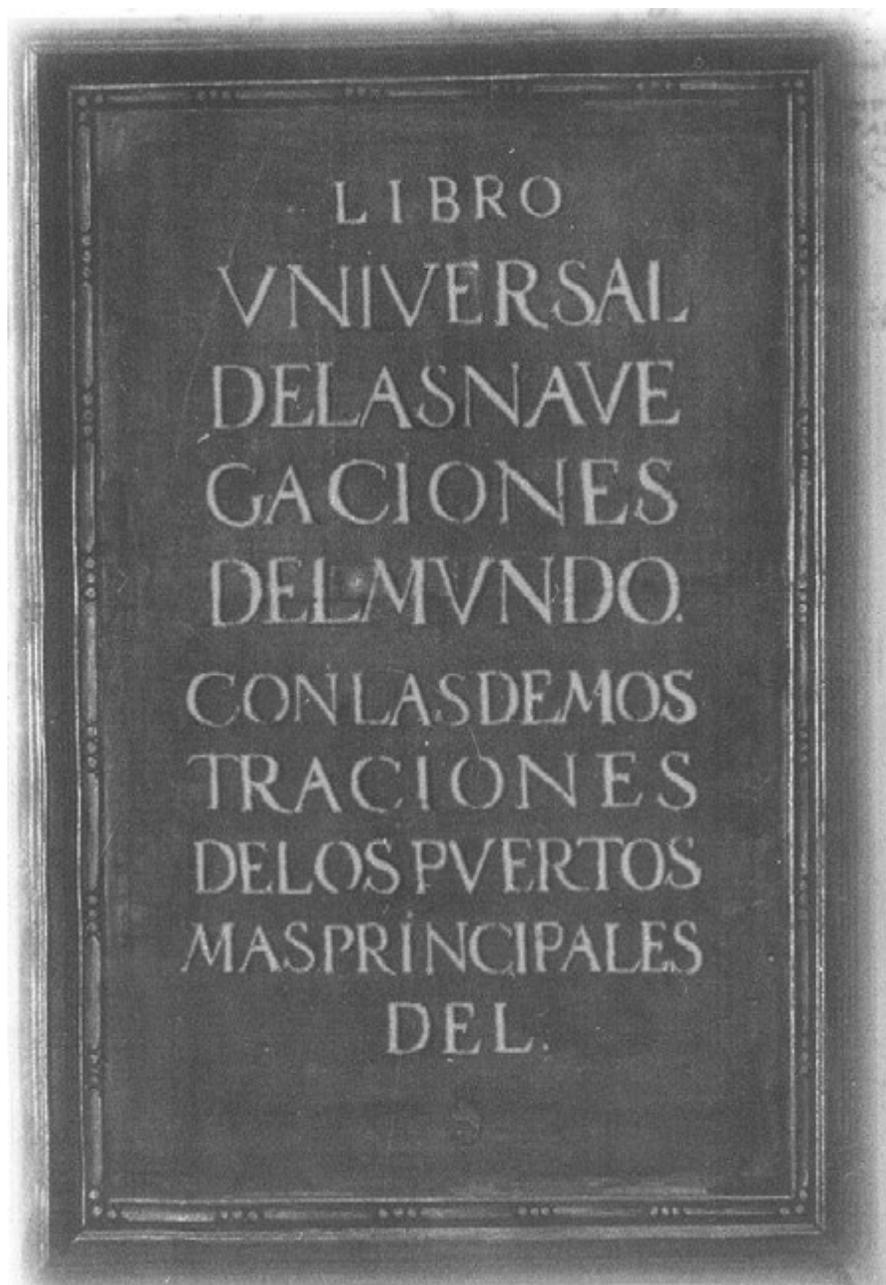
(Tradução: Marie Havlíkova)

.....
cartógrafo cuja obra influiu na cartografia holandesa, tendo sido possível observar o mesmo nos seus antecessores. Comp. também Cortesão, Jaime, *História do Brasil nos velhos mapas*, Tomo II, Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco, Rio de Janeiro, s.d., particularmente pp. 39–44 e seguintes.

²⁶ Comp. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, ed. cit., vol. IV, p. 85.







OS MARFINS INDO-PORTUGUESES DO MUSEU DE ARTES APLICADAS DE BUDAPESTE

NOTA PRÉVIA

Entre 18 e 19 de Outubro de 2010 realizou-se na Universidade ELTE de Budapeste um colóquio dedicado ao tema *Os descobrimentos portugueses e a Mitteleuropa*. Integrado no âmbito das comemorações académicas dos 500 anos do nascimento de Fernão Mendes Pinto e nos programas de divulgação cultural dos estudos portugueses, pensou-se desde o início na presença de uma comunicação da área da história da arte, tantas vezes alheada deste género de encontros internacionais.

Aceite o desafio, colocava-se a questão de preparar uma comunicação que se adequasse ao programa e suscitasse interesse na potencial assistência. Foi Rákóczi István, solidamente fundado no conhecimento cultural e artístico de Budapeste, que providenciou uma alternativa, rapidamente transformada em oportunidade. Com efeito, mencionou na altura a existência de umas peças de marfim de produção não europeia e cuja origem seria africana ou indiana. E, de facto, guardam-se no Museu de Artes Aplicadas de Budapeste três peças em marfim (duas peças inteiras e uma terceira com apenas uma das componentes do conjunto) talhadas no Estado da Índia no século XVII, inserindo-se no tipo de produção classificada como indo-portuguesa.

Assim, cabe aqui fazer um agradecimento especial e particular a Rákóczi István, por me ter dado a conhecer a existência dos marfins em Budapeste, e a Mojzer Anna, por me ter encaminhado para as colecções. Devo, ainda, um agradecimento a Nagy Györgyi por me ter recebido no museu e ter permitido que eu fotografasse e mexesse nas peças.

Por fim, e não obstante o inequívoco interesse que as peças indo-portuguesas do Museu possuem, convém esclarecer que este texto é um registo escrito do que foi a comunicação apresentada oralmente para uma plateia que nada sabia sobre marfins produzidos em contexto imperial português, e não um estudo desenvol-

.....
¹ Centro de História de Além-Mar – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores ■
carla.alferes.pinto@gmail.com

vido sobre os mesmos. Estes marfins merecem uma investigação e um estudo desenvolvido que não cabe neste artigo. Todavia, porque se quer que este seja também um texto informativo e formativo, introduzi uma série de referências bibliográficas (em português e inglês) que poderão ajudar a esclarecer os interessados na matéria.

CLASSIFICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Ultrapassada a surpresa inicial pela presença de marfins indo-portugueses na Hungria, havia que responder a algumas perguntas para tentar enquadrar museológica e artisticamente estas peças: de que peças estamos a falar? Qual a origem museológica destes objectos? Como são classificadas dentro das colecções do museu? Que informação artística e que enquadramento histórico possuímos sobre as peças?

Assim, estamos a falar de três marfins – duas peças completas: uma Nossa Senhora e um Menino Jesus Bom Pastor – e uma incompleta: o Menino Jesus de um Bom Pastor.

As informações disponíveis no museu são muito escassas e o desconhecimento do húngaro não ajudou. Existe um artigo escrito por Anna Mojzer (MOJZER 1994) a que só acedi através de um resumo em inglês. É desse resumo em inglês, da conversa em italiano com a conservadora Györgyi Nagy e da tradução húngaro-português do István Rákóczi que resulta a informação que agora vos disponibilizo.

Os três marfins pertencem à colecção *minor*, ou seja, de “objectos de pequenas dimensões” do museu que é depois sub-dividida conforme os materiais das peças. Neste caso, a colecção *minor*, sub-divisão de marfins que é também, dentro deste acervo, a mais preciosa atendendo ao valor do material. Os três marfins foram adquiridos na década de 60 do século XX a dois coleccionadores particulares: em 1961 a Vámos Ferenc, e em 1969 à colecção Fehér.

Não tenho, portanto, qualquer informação sobre a contextualização histórica que enforma o coleccionismo destas peças. Foram integradas no museu (após a aquisição a coleccionadores que as compraram por sua vez, provavelmente, nos mercados artísticos europeus), numa colecção muito variada, e conservadas junto a outros marfins. Não sei também nada sobre os antigos proprietários dos objectos mas, aparentemente, o museu também não.

Para quem estuda a arte indo-portuguesa a categorização museológica que acabei de fazer não deixa de ser estranha.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ARTÍSTICA

Mas afinal o que é isto da arte indo-portuguesa?

Quando em 1498 Vasco da Gama aportou a Calicute, levava para trocar pela pimenta com o samorim indiano, quinquilharia, ou seja, objectos artesanais e artísticos que ficavam muito aquém da qualidade técnica, material e estética que dominava a produção artística na costa ocidental da Índia. A realidade cultural e artística que os Portugueses encontraram na Índia era sofisticada, social e comercialmente organizada, e de uma qualidade que nada devia à europeia.

O império português foi construído sobre uma estrutura não territorial baseando-se essencialmente numa imensa rede marítima de pontos estratégicos comerciais e militares onde a fixação de cidades e a presença efectiva portuguesa era relativamente escassa (THOMAZ 1994). A sede administrativa do *Estado da Índia*, esta enorme extensão territorial asiática que ia grosso modo da costa oriental africana até ao Japão, era em Goa. No intuito de assegurar o cumprimento da lei, de administrar a justiça e de atestar a cobrança dos impostos e rendas nas alfândegas, a Coroa recorreu a diversos mecanismos, designadamente, o patrocínio desde cedo do Padroado Português do Oriente.² O Padroado foi em certa medida e durante algum tempo, mais eficaz que a própria administração na criação e, depois, manutenção, de um monopólio na esfera religiosa eclesiástica e no domínio naval e comercial. Afinal, era a Coroa que pagava aos missionários que se dirigiam para a distante *Índia* e, como tal, estes eram agentes ao serviço do monopólio e domínios da monarquia portuguesa.

Ainda que a realidade fosse bem distinta, a comunidade portuguesa e europeia tentou criar na Índia cidades à imagem das europeias, importando instituições, edifícios, religião, hábitos e costumes. Junto com os soldados e os *casados*, ou seja, os residentes permanentes no Estado da Índia, os primeiros europeus a chegar à Índia no século XVI foram os religiosos. Primeiro os franciscanos, logo seguidos pelos jesuítas, agostinhos, dominicanos, levavam uma missão específica: evangelizar a Ásia.

Para isso precisavam de comunicar e fazer-se entender. Mais rápido e eficaz que o domínio das diferentes línguas e dialectos espalhados pelo imenso território do Estado da Índia, eram as imagens que surgiam como veículo privilegiado de transmissão da mensagem cristã e, ao mesmo tempo, das formas e plásticas europeias.

A gravura – porque facilmente transportável, reproduzida e interpretável – foi um dos meios fundamentais para transmitir as imagens, predominantemente

.....
² Na prática um conjunto de direitos, em questões de evangelização e administração eclesiástica, que a Santa Sé reconhecia a Portugal, numa região difusamente denominada como “Índia” e que se estendia, grosso modo, do Cabo da Boa Esperança ao Japão. Este texto utiliza a ortografia antiga.

de carácter alegórico e cristão, consentâneos com o momento cultural e social da época. Lembremo-nos que a Europa passou no século XVI por uma série de acontecimentos determinantes na sua história e na daqueles que com ela se relacionavam. Por um lado, o desenvolvimento de uma elite humanista e erudita e de um conjunto de artistas e cientistas que se escudavam na cultura renascentista, por outro, as lutas fratricidas pelo poder e domínio territorial mescladas com disputas religiosas. A Europa dividia-se em duas e os impérios ibéricos alinhavam por Roma onde a Igreja, triunfante e catequética, emanava *urbi et orbi* directrizes que presidiam às esforçadas diligências proselitistas da coroa portuguesa no Estado da Índia.

Se é certo que a função destas imagens era a de doutrinar e, se possível, facilitar a conversão dos “gentios”, ou seja os que não partilhavam o catolicismo, é também seguro que a maior parte delas terá tido uma compreensão muito limitada no que à leitura do significado alegórico diz respeito. Ou seja, as mesmas imagens podiam ter interpretações e funções diferentes, consoante o produtor e/ou o destinatário.

A par com a proliferação e replicação (KUBLER 1990: 102–9) de gravuras e imagens pintadas, a presença dos portugueses na Ásia, e designadamente em Goa, desencadeou a rápida produção e comércio de imaginária (isto é, peças esculpidas de carácter maioritariamente religioso) que era utilizada para o culto religioso e privado, de ourivesaria, de mobiliário, de todos os tipos artísticos e funcionais necessários ao quotidiano das populações instaladas no Estado da Índia.

Esta produção tem sido discutida e definida desde o final do século XIX e maioritariamente designada como “indo-portuguesa”, ainda que o termo não seja consensual. Em 1997 Rafael Moreira e Alexandra Curvelo recuperaram uma outra designação utilizada desde a década de 60 por Bernardo Ferrão, as “artes luso-orientais”, caracterizando e integrando esta produção no seu contexto social, cultural e religioso. Os autores mencionados consideram que estes objectos estão, nas tipologias, materiais e formas, intimamente ligados às condições e características de vida das populações de origem europeia na vasta extensão de território que formava o império português. Assim, por um lado, verifica-se que a fragilidade e as condições de vida da maior parte dos portugueses (soldados e religiosos) que se deslocavam para a Ásia, exigia dos objectos um carácter portátil e prático. Por outro lado, com a consequente fixação de comunidades e a construção de núcleos urbanos, surgiram sociedades mais ou menos complexas que, em alguns casos, se reinventavam, construindo modelos de actuação e de estar que tinham paralelo na produção de objectos. É o caso das ostentatórias sociedades goesa e (mais tarde) macaense, onde a proporção de “fidalgos” que as formavam, particularmente no caso da primeira, e consentâneo luxuoso estilo de vida – que causou espanto e crítica aos inúmeros estrangeiros que nela viviam

ou a visitavam – levava à produção de peças de cada vez maior aparato e pompa (MOREIRA E CURVELO 1997).

Resumindo, este tipo de produção artística caracteriza-se por: tipologias, materiais e formas intimamente ligados às condições e características de vida das populações de origem europeia; por objectos maioritariamente de carácter portátil, prático, facilmente adaptável aos materiais locais e às novas funções, preferencialmente de pequenas dimensões; é uma produção tendencialmente híbrida nos materiais, formas, tipologias e motivos; e que, com a consequente fixação de comunidades e a construção de núcleos urbanos, complexifica a produção (uso de materiais mais nobilitantes, opção pelas formas mais elaboradas, aumento da dimensão dos objectos) que tem paralelo na existência de objectos luxuosos e na alteração da escala de outros, visível na arquitectura mas também no mobiliário.

Não obstante a existência de peças de excepção plástica, a maior parte dos objectos do universo de produção “indo-portuguesa” é de série, seguindo modelos próximos dos propostos pela imagética contra-reformista, trabalhados e interpretados de maneiras diversas e variadas. É o caso das três peças do Museu de Artes Aplicadas de Budapeste.

AS PEÇAS DO MUSEU DE ARTES APLICADAS DE BUDAPESTE

* Virgem Imaculada

Índia (Goa?), 1.^a metade do século XVII

Marfim, 17,2 × 6 cm

Antiga colecção Fehér

Museu de Artes Aplicadas, Budapeste (69.1374)

Imagem da Virgem de pé, com vestido comprido de gola arredondada, cingido um pouco acima da cintura, e mãos postas ligeiramente descentradas para a esquerda. A cabeça está descoberta na frente e, atrás, até aos ombros; tem os cabelos penteados de risco ao meio e esparsos sobre os ombros, representado em madeixas estriadas pouco definidas e extensas. O rosto, muito sumariamente caracterizado – testa alta, sem sobrancelhas e pupilas, lábios pequenos e com definição das comissuras, esboçando um ligeiro sorriso, pescoço largo e estreito –, as orelhas – ao contrário do que é mais comum, pouco pronunciadas – e as mãos – que mais não são que um esboço escavado no marfim – demonstram uma moleza e pouca destreza no talhe da matéria que encontra paralelo na horizontalidade rígida das pregas do vestido ou nas diferentes profundidades dos veios e altos-relevos dos movimentos do manto/sari nas costas.

O vestido parece ter uma dupla manga (que pode também ser uma má interpretação ou vestígio tardio da sobre-túnica). Deitado sobre os ombros largos, encontra-se um manto que se assemelha mais a um sari, tal a dimensão e enrolamentos do pano. O corpo está todo envolvido pelo sari que, descobrindo o peito, desce pelo lado direito e é dobrado no antebraço esquerdo, caindo para as costas, envolvendo todo o corpo até a ponta voltar a cair, no lado direito. Ainda que o pano se assemelhe mais a um sari que a um manto, este movimento do tecido apanhado numa das pontas sobre um dos braços é característico da chamada produção indo-portuguesa. O tecido é todo debruado por um motivo perlado na fimbria, salientado por tintos, que também marcam os cabelos da Virgem e dos anjos.

A imagem está descalça e assenta sobre um quarto crescente que se apoia numa peanha esculpida com as faces de três querubins. O joelho direito, ligeiramente flectido, encontra-se indicado em saliência no vestuário.

44

O único elemento iconográfico presente nesta imagem é o crescente lunar que aponta para o dogma da Imaculada Conceição (distinção cujo significado é a ideia da concepção da Virgem sem a mácula do pecado original). Baseado na Sagrada Escritura, especificamente na imagem da mulher apocalíptica envolvida numa auréola solar com a luz debaixo dos pés (Apocalipse, 12:1), esta crença só se tornou dogma em 1854, mas foi muito acarinhada e persistentemente difundida pela Igreja e pelas ordens missionárias (particularmente os franciscanos e os jesuítas) desde o século XV (altura em que lhe foi definida uma festa universal celebrada no dia 8 de Dezembro). Sendo os países ibéricos particularmente marianos – não esqueçamos, por exemplo, a consagração de Portugal a Nossa Senhora da Conceição em 1640 – este tipo de iconografia é relativamente comum na produção em contexto imperial.

Ainda que muito interessante pelas razões que adiante apontarei, esta imagem inscreve-se num tipo de produção de oficina sem grande requinte, visível, por exemplo, no querubim à esquerda na peanha que, por manifesta falta de espaço foi representado a 90°, na imperfeição do talhe das mãos ou no tratamento anguloso e pouco fluído do manto e das asas dos anjos.

As mãos em prece, o manto apanhado no braço, tecido com bordadura decoradas ou pregueadas, os olhos amendoados, os cabelos soltos e a cair pelos ombros, as orelhas destacadas, os pés descalços, caracterizam um dos tipos de representação mariana usuais do império português e que teve uma genealogia longa.

Há, todavia, uma série de características muito interessantes nesta imagem e que já não são muito comuns, concretamente, a forma como o manto é cingido na cintura, na parte de trás da figura, e as formas das nuvens que adornam a peanha.

A maior parte das imagens de vulto representando Virgens de produção indo-portuguesa têm a parte de trás esculpida com os cabelos em madeixas onduladas,

normalmente compridos, sobre o vestido, e os mantos escorridos em pregas desenhadas e / ou relevadas no marfim ou na madeira. Esta imagem, pelo contrário (e apesar de não ser caso único) apresenta o sari apertado na cintura, bem marcada na matéria, e as pregas do movimento, nas costas e nas pernas, individualizadas quer na forma quer no talhe.

Esta constatação levanta dois problemas de ordem diversa: por um lado, atesta a necessidade do manuseio destas peças e, reforçando a natureza tridimensional da escultura que deve ser vista em todas as suas dimensões (mesmo quando se tratam de peças de encostar e, por isso, não talhadas na parte de trás), coloca a questão da fotografia como instrumento de trabalho, nomeadamente quando (como é usual nos catálogos de exposição e afins) só se fotografam as peças de frente; por outro lado, tomando o argumento anterior como premissa, a assunção de que muito está para fazer na caracterização da imaginária indo-portuguesa e que algumas das diferenças apontadas entre esta e a hispano-filipina (TRUSTED 2006) têm ainda muito (e estimulante) trabalho a desenvolver.

Por fim, as nuvens que adornam as laterais e tardez da peanha. As nuvens inscritas na produção indo-portuguesa são normalmente lavradas em encaracolados contínuos, mais cheios e enrolados. Estas apresentam-se em fiadas sobrepostas, delineadas em curvas suaves, mais próximas da estética japonesa. E este aspecto apenas vem salientar o que ficou escrito no parágrafo anterior. A produção de arte, e especificamente de marfins, na Ásia sob domínio dos impérios ibéricos, tem relações formais e materiais bem mais complexas que as da mera definição geográfica e temporal. A circulação de artesãos, materiais, formas e produtos era constante e ainda pouco conhecida e o consumo destes objectos, quer na Europa quer no império, é assunto que só há pouco se começou a florir.

* Menino Jesus Bom Pastor
 Índia (Goa?), século XVII
 Marfim, 21 × 4,7 cm
 Adquirido a Vámos Ferenc
 Museu de Artes Aplicadas, Budapeste (61.434)

Conjunto escultórico constituído por uma imagem do Menino Jesus (que se ligava ao resto da peça por um espigão já perdido e substituído por um descuidado e pouco feliz soco de marfim) e um monte rochoso construído em três socalcos.

O Menino Jesus apresenta-se trajando a túnica em velo – cujo relevo é feito em pontas de diamante facetadas –, com mangas ligeiramente abaixo do cotovelo, toda com um debrum liso. É apanhada na cintura por um cinto com laçada. O infante tem um cordão a tiracolo que suspende o bernal nas costas, a cabaça dependurada do cinto no lado direito e, nos pés, umas sandálias abertas muito

características deste tipo de imagem. As pernas estão cruzadas, com a direita sobre a esquerda; e o braço direito flectido (e apoiado sobre a artificiosa cabaça, ali colocada precisamente para essa função, como acontece aliás na maior parte destas representações) colocado na direcção da cabeça. A mão apresenta três dedos abertos e dois (o mindinho e o anelar) cruzados para amparar a cabeça. O rosto tem os olhos fechados e repousados, o nariz aquilino e a boca pequena, com o lábio inferior carnudo. Os cabelos do Menino são divididos em madeixas curtas trabalhadas individualmente em tracejados paralelos pouco profundos.

Do rebanho, que se espalha, pelo monte em socalcos, acompanham o Menino duas ovelhas: uma sobre a perna esquerda, e que levanta o focinho para o rosto do infante; a outra, sobre o ombro do mesmo lado, mas que se encontra partida.

Apesar da qualidade de talhe e pormenor que o Menino tem, o monte rochoso é dos menos desenvolvidos e mais comuns³ da imaginária indo-portuguesa. No primeiro nível, a partir de cima, está representada parte da árvore (que teria tido ramagens frondosas e destacadas; ainda existem no tardo da peça os orifícios onde a mesma encaixaria) e o mascarão de onde sai a água que jorra sobre a taça do segundo nível. Nessa taça bebericam dois pássaros, acompanhados nesse nível da representação pelas ovelhas do rebanho. Por baixo, ou seja, no terceiro e último socalco, o mero esboço do que costuma ser, normalmente, uma gruta, onde se abriga Maria Madalena. A santa encontra-se deitada sobre a direita, de cabelos soltos, com o braço do mesmo lado flectido para aguentar o rosto; com a mão esquerda folheia um livro.

A base é muito simples, mostrando três elementos decorativos: dois lisos que alternam um perlado. Como acontece com este tipo de escultura, a parte de trás não é trabalhada, já que se destinava a ser encostada.

* Menino Jesus Bom Pastor (fragmento)
Índia (Goa?), século XVII
Marfim, 19 [23 com o espigão] × 6,7 cm
Antiga colecção Fehér
Museu de Artes Aplicadas, Budapeste (69.1379)

Menino Jesus de um conjunto de Menino Jesus Bom Pastor. O Menino Jesus, cuja dimensão é considerável, deixa adivinhar qual seria o tamanho total do conjunto. É muito semelhante ao anteriormente descrito: vestido de lá, com a fímbria da túnica mais elaborada: é debruada a liso, tendo no meio um motivo crenelado

.....
³ Existem vários muito semelhantes nas colecções particulares portuguesas, bem como, em museus; a título de exemplo, vejam-se os Meninos Jesus Bom Pastor do Museum of Fine Arts em Boston (n.º inv. 30.155) e o do Victoria and Albert Museum em Londres (n.º inv. A27-1984; com policromia).

muito próximo do de ponta de diamante com que decora o velo e as ovelhas. O mesmo tipo de cinto laçado, o cordão – trabalhado a imitar corda – com o boral, a cabaça e as ovelhas no colo e no ombro.

O talhe do velo é mais preciso que o do Menino anterior e as sandálias que o infante calça nos pés são, também, mais elaboradas e com motivos decorativos. As mãos e os pés da criança têm as unhas salientes, esgrafitadas no marfim.

O rosto, sereno e apoiado na mão como no exemplar anterior, tem os olhos abertos (a outra variante iconográfica neste tipo de representações), sem pupilas e sobrancelhas, nariz aquilino e boca pequenas com as comissuras bem pronunciadas.

O cabelo que é distribuído e trabalhado de forma semelhante ao anterior apresenta, todavia, um caracol na mecha frontal, muitas vezes lido como sendo um dos atributos de Buda (TÁVORA 1983: 74).

A criança senta-se sobre um coração cuja ponta menor dá lugar a um espigão que se encaixava na estrutura do monte rochoso, entretanto desaparecida. Este Bom Pastor pertence a um outro grupo em que o Menino não assenta diretamente sobre a peanha, mas sobre coração trespassado, na origem, por setas. É o caso deste exemplar no qual, como é comum à maior parte dos outros, as setas desapareceram. É possível que esta figuração esteja ligada às *Confissões* de Santo Agostinho (IX, 21): “Trespasarás o teu coração com a ponta do teu amor”; ou ao episódio da Transverberação de Santa Teresa.

Os Meninos Jesus Bom Pastor são dos mais interessantes e (ainda) impenetráveis motivos escultóricos indo-portugueses; trata-se, também, de um tipo exclusivo da produção artística no império português, designadamente na Índia, já que não se conhecem exemplares deste género produzidos noutras zonas geográficas ou feitos noutros materiais que não o marfim (à excepção do conhecido Menino Jesus Bom Pastor cingalês em cristal de rocha da Wallace Collection [n.º inv. S50] em Londres).

O nome dado a estas (bem mais complexas iconograficamente) imagens deriva da parábola bíblica segundo a qual Cristo declarara: “Eu sou o Bom Pastor” (JOÃO 10: 11–16). O significado da parábola era o de que Cristo conhecia todas as Suas ovelhas, isto é, toda a Humanidade, e que estava disposto a dar a vida por ela. A associação do pastor – que reúne em si as ideias-chave da liderança e da capacidade de união num só credo – à do sacrifício é imediata e, diga-se, desenvolvida nos textos do Novo Testamento e outros apócrifos (OSWALD 1996: 1–3).

Percebe-se assim a capacidade de síntese desta imagem no que diz respeito ao ponto de vista cristão. A sua complexidade não dispensaria certamente a ajuda de um intérprete (e aqui o papel da Igreja e dos seus missionários é fundamental) mas, através das formas, facilitava a construção de histórias (ou realidades)

vividas diariamente. Não podemos esquecer que a função destas imagens era a de concentrarem em si o maior número de mistérios, dogmas e significados religiosos de forma a poderem ser interpretados durante momentos de ensino, de oração ou de ofício das missas católicas.

Assim, estes objectos terão circulado desde muito cedo no interior das missões. Certamente executado por artistas locais, as esculturas do Bom Pastor reproduzem uma série de imagens-tipo da arte europeia veiculadas quer pelas gravuras e quer pelos originais esculpidos, reinterpretada pelas formas e conteúdos locais.

Cristo é narrado como pastor (vestido com um velo, usando a cabaça e o bernal) e está acompanhado pelas ovelhas. A figuração de Cristo como criança e representado sozinho tornou-se mais comum no último quartel do século XVI, fortemente impulsionado pela imagética contra-reformista; era, por exemplo, um dos motivos iconográficos preferidos por Santa Teresa d'Ávila.

Todavia, a postura que o Menino assume nas representações do Bom Pastor indo-português é pouco comum à arte no Velho Continente. De olhos fechados e aparentando dormir, repousando a cabeça sobre os dedos indicador e médio, como que meditando, o Menino assemelha-se a certas representações de Buda. O facto desse motivo iconográfico ter associado uma árvore (lida como sendo da vida, na interpretação cristã) reforça a ligação proposta por vários autores ao budismo; afinal, foi sob uma árvore frondosa e cheia de frutos copiosos que Buda nasceu enquanto a rainha Maya descansava da jornada que a conduziria a casa de sua mãe. Por outro lado, os Meninos estão normalmente sentados – ao contrário do que acontece nas representações europeias onde a figura está normalmente de pé –, com a perna direita sobre a esquerda, mais uma vez uma posição associada a algumas imagens de Buda.

Já quanto à montanha, esta surge na Bíblia como local de teofanias (aparições reais ou presumidas de Deus), de ligação entre a Terra e o Céu, e de ascese, mas raramente aparece em representações europeias da parábola do Bom Pastor.

Também a representação da Madalena na arte europeia do século XVII é relativamente escassa, ao contrário do que acontece com este tipo iconográfico, já que a santa penitente é uma das figuras que mais aparece associada à representação de Bom Pastores com programa iconográfico pouco desenvolvidos e menos complexos que os outros que reportam a narrativa de episódios cristológicos e hagiográficos.

A representação da Madalena é, todavia, de uma grande complexidade. Mistura várias iconografias que juntam pelo menos três personagens bíblicas: Maria Magdala, a Betânia (a irmã de Lázaro) e a Madalena, a prostituta perdoada por Jesus, com uma figura lendária do século VII, Maria Egípcíaca que se teria retirado da uma gruta onde vivia como penitente. Ou seja, quer o significado real dos motivos iconográficos representados nos Meninos Jesus Bom Pastor quer o uso

que lhes era dado está ainda por apreender na sua totalidade. A verdade é que estas imagens se tornaram demasiado estranhas para nós e não é fácil entendê-las.

Do ponto de vista escultórico, a disposição em socalcos denota uma economia de espaço e de meios notável, para além de dar lugar à exemplificação da mestria e qualidade do trabalho local do talhe do marfim, naqueles exemplares que fugiam à produção em série. Genericamente, as características formais dos Bons Pastores são as seguintes: iconografia-tipo repetida e relativamente rígida; tratamento minucioso das formas; talhe exímio do material; *horror vacui*; clara organização do espaço, disposto horizontalmente (normalmente, em socalcos e grutas); disposição dos vários ciclos narrativos em bandas; tematicamente, surge como uma curiosa síntese de várias devoções, episódios bíblicos e interpretações hagiográficas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A Expansão Portuguesa e a Arte do Marfim* (catálogo da exposição) (1991). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- KUBLER, GEORGE (1990): *A forma do tempo. Observação sobre a história dos objectos*. Lisboa: Veja (tradução de José Vieira de Lima, *The shape of time. Remarks on the history of things*, 1961).
- MOJZER, ANNA (1994): “17. századi Goai elefántcsontszobrok az Iparművészeti Múzeumban”, *Művészettörténeti Értesítő* XLIII., (199) 3–4. szám, 247–256.
- MOREIRA, RAFAEL E CURVELO, ALEXANDRA (1997): “A circulação das formas. Artes portáteis, arquitectura e urbanismo”. In: *História da expansão portuguesa. Volume II: Do Índico ao Atlântico (1570–1697)*. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Lisboa: Círculo de Leitores: 532–579.
- OSSWALD, MARIA CRISTINA TRINDADE GUERREIRO (1996): *O Bom Pastor na Imaginária Indo-Portuguesa em Marfim*. Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).
- SOBRAL, LUÍS DE MOURA (2007): “The expansion and the arts: transfers, contaminations, innovations”. In: *Portuguese Oceanic Expansion, 1400–1800*. Edited by Francisco Bethencourt and Diogo Ramada Curto. New York: Cambridge University Press: 390–459.
- TÁVORA, BERNARDO FERRÃO DE TAVARES E (1983): *Imaginária luso-oriental*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- THOMAZ, LUÍS FILIPE (1994): “Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI”. In: *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel: 207–43.
- TRUSTED, MARJORIE (2006): “Propaganda and Luxury: Small-Scale Baroque Sculptures in Viceregal America and the Philippines”. In: *Asia & Spanish America: Trans-Pacific Artistic & Cultural Exchange, 1500–1850*. Edited by Donna Pierce and Ronald Otsuka. Denver: Denver Art Museum: 151–63.

REPERCUSSÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES NAS RELAÇÕES LUSO-CHECAS

Desde os primeiros contactos, o tema dos descobrimentos marítimos portugueses constitui uma parte importante nas relações entre checos e portugueses.

A EMBAIXADA DE JORGE DE PODĚBRADY

O rei de Boémia Jorge de Poděbrady (1458–1471) serviu de mediador a D. Leonor, filha de D. Duarte e esposa do imperador Frederico III, durante negociações da corte imperial com os príncipes alemães.² O mesmo rei da Boémia enviou uma embaixada às cortes europeias para promover o seu *Projecto da Organização Pacífica Internacional*. Os nobres da nacionalidade checa e alemã entraram a Portugal em Freixo de Espada à Cinta, em 1466, e percorrendo depois o território português, falaram duas vezes com o próprio D. Afonso V. Václav Šašek de Bířkov, autor do *Commentarius brevis et iucundus*,³ testemunha repetidas vezes o interesse dos checos nos resultados da expansão portuguesa a Marrocos:

Em Braga encontramos o Rei de Portugal. Ele recebeu o cavaleiro Lev de Rosmital e todo o seu séquito com todas as homenagens devidas. (...) Ao tomarmos despedidas antes da partida, (...), o nosso senhor (...) pediu ao El-Rei que lhe desse dois mouros. O irmão de El-Rei que foi presente riu-se do requerimento dizendo: “O que estás

.....
¹ Faculdade de Filosofia, Universidade de Hradec Králové, República Checa ■ docjanklima@seznam.cz
² Veja mais detalhadamente: Ludwig Scheidel e José A. Palma Caetano, *Relações entre a Áustria e Portugal. Testemunhos históricos e culturais*. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

³ O escrito de Václav Šašek de Bířkov foi publicado em latim (Olomouc 1577) pelo bispo Stanislav Pavlovský z Pavlovic e em alemão na tradução de J. E. Horký (Brno 1824, publicada também em Viena sob o título *Des böhmischen Freiherrn Löw von Rozmital und Blatna Denkwürdigkeiten und Reisen*, In: Wiener Jahrbücher für Literatur, XXXVII). Em Stuttgart, Alemanha, saiu à luz o texto alemão de G. Tetzl e o latino de Pavlovský em 1844 sob o título *Itineris a Leone de Romital*. Em Portugal, J. da Cunha Neves e Carvalho Portugal apresentou a narrativa pela primeira vez aos círculos científicos nas suas *Reflexões sobre o itinerario do barão de Rosmital*, Actas das sessões da Academia Real das Sciencias de Lisboa, III, 1851.

a pedir, meu amigo, não tem valor nenhum. Podes solicitar algo maior e mais honesto do que são esses mouros. Pois, se ansias tanto tê-los, aceita, por favor, de mim a mais este terceiro presente, quer dizer este macaco. Depois vais voltar à tua pátria com essa doação excelente. Pode ser,” perguntou, “que não há mouros nem macacos na vossa terra se tu as solicitas antes de outras cousas?” E quando o senhor Lev respondeu que eles apareciam raramente na nossa terra, o duque disse:

“Mas aqui abundam cousas semelhantes. O El-Rei, meu irmão, tem três cidades em África, enviando um exército para lá todos os anos. Por mais pequena que seja tal expedição, ela nunca regressa com mãos vazias, mas sim, ela traz sempre cem mil ou mais mouros de toda a idade e sexo para Portugal. E tudo trazido uma vez costuma ser vendido como o gado. Pois, o hábito é que mercadores de outros países vêm para cá a fim de comprarem os negros nos mercados. Através dessas transações, o El-Rei ganha o proveito muito maior do que da cobrança de impostos no reino inteiro. Um negro pequeno, pois, custa doze ou treze moedas portuguesas de ouro e qualquer negro maior é, naturalmente, ainda mais caro...” (...)

52

Há muitos pagãos na cidade (do Porto) vendidos pelos cristãos. Muitos milhares dos cativos são levados para serem vendidos ou comprados. Eles nunca regressam às suas terras de nascimento. (...) O Rei de Portugal faz incursões militares às terras deles, levando dali muitos milhares de homens, mulheres e crianças. Ele costuma fazê-lo todos os anos, dividindo depois os cativos entre os seus súbditos nas cidades que têm de alimentá-los por sua conta própria. Só quando adultos, são os escravos vendidos pelos funcionários reais ao cativoiro. Assim ganham os cofres do Estado muitos milhares de moedas de ouro. As crianças que nascem entre escravos, devem ser sustentadas até atingirem a sua madureza e depois também elas são vendidas...⁴

É claro que foi o tema exótico que diz respeito à conquista de Marrocos e da costa da “Guiné” que atraiu a atenção da embaixada checa.

BOÉMIA E O MARTINHO DE BOÉMIA

O berço do famoso cosmógrafo Martin Behaim (quer dizer: de Boémia, em francês *Martin de Bohême*, 1459?–1507) era procurado nas cidades checas de Český Krumlov⁵ ou Plzeň (Pilsen). A família tinha propriedades na aldeia de Schwarzbach (Arroio Preto) perto de Pilsen. Porém, o historiador Josef Polišenský con-

⁴ Tradução de J. Klíma. Sobre o itinerário da embaixada, ver J. Hrubeš, “El itinerario checo más antiguo de España y Portugal”. *Ibero-Americana Pragensia*, ano V, Praga 1971, pp. 69–82.

⁵ O antropólogo Josef Wolf, no seu comentário à margem da edição checa da obra de Basil Davidson *Old Africa Rediscovered (Objevení staré Afriky)*, Praga 1962, nota na p. 87) supõe que “Martin de Bohême foi o checo de origem. Nasceu em 1436 provavelmente na cidade de Český Krumlov...” Segundo o bibliotecário nuremberguense F. W. Ghillany, a família dos Behaim teve a sua sede original na localidade Schwarzbach na Boémia, o que costumavam aproveitar ao assinarem documentos como ▶

seguiu dar uma prova irrefutável de que o apelido não tem conexão directa com a própria Boémia, mas sim com a chamada “Boémia Nova”, a denominação antiga das possessões vizinhas alemãs compradas outrora para o Reino de Boémia pelo imperador Carlos IV sediado em Praga.

Martin Behaim nasceu em Nuremberga (Nürnberg, Bavária). Em 1484, ele estabeleceu-se em Antuérpia, sendo quase imediatamente enviado para Portugal por parte de D. João II. Behaim tomou parte, depois, na segunda viagem de Diogo Cão às costas de África ocidental. Em 18-2-1489, Martinho de Boémia foi armado cavaleiro na igreja de São Salvador de Alcáçovas. Em 1488 casou-se com D. Joana de Macedo. Entre 1491 e 1493, Behaim esteve em Nuremberga construindo o seu célebre globo terrestre. A partir de 1495, Behaim viveu de novo em Lisboa, onde veio a falecer em 29-7-1507.⁶

O sábio alemão comprova contactos vivos entre Bavária e Boémia e entre o espaço centro-europeu e o português.

VALENTIM FERNANDES DA MORÁVIA

Desde as cidades checas na Morávia Olomouc e Brno chegou, em 1495, a Lisboa o renomado impressor de nacionalidade alemã, mas ligado ao ambiente cultural checo. O posterior escudeiro da rainha D. Leonor tornou-se famoso com as suas obras gráficas executadas para a nobreza portuguesa (como *Vita Christi*) ou com os impressos oficiais feitos por encomenda da corte ou do monarca como *Ordens d’El Rey Manuel*.

Como agente de D. Manuel para negociar com os ricos comerciantes alemães, Valentim Fernandes⁷ começou a interessar-se pelos descobrimentos ultramarinos.

.....
 ▷ “Behaim von Schwarzbach”. Esses e mais factos os utiliza Karel Fleissig (1912–1976) na sua biografia novelística intitulada *Atrás da estrela do navegador Behaim (Za hvězdou mořeplavce Behaima)*, Plzeň 1977, onde se descreve toda a vida de Behaim inclusive a sua estadia na corte portuguesa e a viagem com Diogo Cão para a África ocidental.

⁶ Uma curta biografia de M. Behaim aparece na obra de Henrique de Campos Ferreira Lima, *Relações entre Portugal e a Tchecoslováquia*, Vila Nova de Famalicão, 1936, pp. 28–29, onde se menciona, também, o artigo de Ferreira de Serpa: “Martinho de Boémia (Martin Behaim)”, In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 9, Vol. 22, 1904.

⁷ Desde a literatura abundante sobre Valentim Fernandes trazemos à memória pelo menos: Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa 1980, pp. 346–347; J. M. Garcia (ed.), *As Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa 1983, pp. 16–17; F. M. Esteves Pereira (ed.), *Marco Paulo* (fac-símile), Publicações da Biblioteca Nacional, Reimpressões II, Lisboa 1922; V. Deslandes, *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos XVI e XVII*, Lisboa 1888; Xavier da Cunha, *Impressões deslandesianas*, Lisboa 1894; A. J. Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no Século XVI*, Lisboa 1926; K. Burger (ed.), *The Printers and Publishers of the XV Century with Lists of their Works*, Londres 1902; K. Burger, *Die Drucker und Verleger in Spanien und Portugal von 1501–1536*, Leipzig ▷

Em 1502, imprimiu o *Livro de Marco Paulo* que contém não só o famoso *Milhão*, mas também um relatório de Niccolò de Conti sobre a viagem para a Índia e uma carta de Jerónimo de Santo Estêvão sobre a navegação para a Índia. Valentim Fernandes publicou alguns livros úteis para a navegação marítima como *Regimento da Declinação* ou o *Reportório dos Tempos*. Modificações das obras que diziam respeito aos descobrimentos portugueses uniu-as no chamado *Manuscrito Valentim Fernandes* descoberto em 1847 na biblioteca de Munique. O convoluto contém escritos *De prima inuentione Guinee*, *De insulis primo inventis in mare Occidentis* e *De inuentione insularum de Açores*.

Apesar de usar, também, o atributo “Alemão”, Valentim Fernandes orgulhava-se de ser natural da Morávia, o que expressava pelos meios artísticos (o leão checo na sua senha).⁸ Com suas obras, o impressor moravo acompanhou o período mais importante dos descobrimentos portugueses.

CODEX BRATISLAVIENSIS

Em 1962, Peter Ratkoš e Josef Polišký descobriram um convoluto na Biblioteca do Liceu de Bratislava (Eslováquia) com seis tratados escritos em latim e outros seis, em alemão. Destes, 4 relações diziam respeito à cosmografia, 4 relações descreviam as viagens portuguesas para a Índia entre 1497 e 1509, o relato de L. Nuremberger tocava a viagem e a estadia do escritor na Índia portuguesa, uma nota falava sobre uma expedição ao país de Preste João, duas relações em latim descreviam descobrimentos espanhóis na zona das Antilhas. O chamado *Codex Bratislaviensis* contém duas fontes extremamente preciosas: um relatório alemão sobre a segunda viagem de Vasco da Gama à Índia (1502–1503) e o relato alemão sobre a viagem à Índia realizada em 1517–1518 e sobre o espaço português no Oceano Índico executado por Lázaro Nuremberger (Lazar Nürnbergger), natural de Neustadt an der Aisch perto de Nuremberga, Bavária. O autor descreve

▷ 1913; Dr. Schmeller, *Über Valentin Fernandez Aleman und seine Sammlung von Nachrichten über die Entdeckungen und Besitzungen der Portugieser in Afrika und Asien bis zum Jahre 1508*, *Abhandlungen der Philosophisch-Philologischen Classe der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, Munique 1847; A. J. Saraiva e Ó. Lopes na sua *História da literatura portuguesa* (edição checa *Dějiny portugalské literatury*, Praga 1972, pp. 170, 177, 179) não ousam provar a origem morava do notável escudeiro da casa da rainha D. Leonor, irmã do rei D. Manuel.

⁸ Sob ponto de vista da história de arte, o professor Pavel Štěpánek analisou a obra de Valentim Fernandes, acentuando a sua origem irrefutável de Olomouc, no seu livro *Valentim Fernandes de Morávia. Poznámky k životu a dílu významného moravského knihtiskáře v Lisabonu na přelomu 15. a 16. století – představitel manuelského umění (Valentim Fernandes de Morávia. Notas acerca da vida e obra do importante impressor moravo em Lisboa na virada dos séculos XV e XVI – representante da arte manuelina)*, Praga: L. Marek, 2006.

comércio e guerras no espaço índico, frisando, por exemplo: *Os portugueses administram toda a Índia e Malaca muito mal.*

O convoluto de cópias contemporâneas é uma prova dos contactos vivos entre o mundo português e o espaço centro-europeu. Historiadores checos e eslovacos publicaram o *Codex Bratislaviensis* em alemão, português e inglês.⁹

TESOUROS DAS BIBLIOTECAS CHECAS

Em numerosas bibliotecas checas encontram-se muitos livros de proveniência portuguesa ou escritos alemães, italianos e outros que dizem respeito aos descobrimentos portugueses.

Durante a segunda metade do século XVII, o nobre checo Otta ou Jan Hartvík de Nostitz adquiriu um manuscrito português como um exemplo dos Livros de Marinharia. A obra guardada na Biblioteca de Dobrovský (outrora de Nostitz) em Praga, contém um diálogo e seis roteiros datados entre 1564 e 1582: *Roteiro desta cidade de Lixboa pera a Yndia e do Cabo da Esperança pera todo o descoberto, Roteiro da ponta do Cabo Verde – roda sua costa e conhece as entradas de braços ate as Ylhas Bravas, Roteiro do Ryo das Galinhas ate o Cabo das Palmas por toda a costa da Malagueta, o mais extenso Roteiro das Indias de Castella pera todo o descoberto pelas partes do norte e de leste e oeste, Rota da viagem e navegação que levarão os castelhanos da Nova Espanha do porto de Navidade pela banda do Mar do Sul pera yre a descobrir maluquo como forão e o Roteiro de Frandes co suas*

⁹ Informações detalhadas sobre o manuscrito foram publicadas por Miroslav Krása, Josef Polišíenský e Peter Ratkoš no livro *The Voyages of Discovery in the Bratislava Manuscript Lyc.515/8 (Codex Bratislaviensis)*, Universidade Carolina, Praga 1986; análises parciais apareceram nos artigos publicados na imprensa profissional em diferentes idiomas, como J. Polišíenský e P. Ratkoš, “Eine neue Quelle zur zweiten Indienfahrt Vasco da Gamas”, *Historica*, Praga 1964, Nº 9, pp. 53–67; J. Polišíenský e P. Ratkoš, “Codex Bratislaviensis a jeho správy o objavení Ameriky”, *Historický časopis*, Bratislava 1976, Nº 24, pp. 397–407; J. Polišíenský e P. Ratkoš, “Codex Bratislaviensis y el descubrimiento de América”, *Ibero-Americana Pragensia*, Praga 1975, ano. 5, pp. 155–165; J. Polišíenský e P. Ratkoš, “Codex Bratislaviensis e as suas notícias sobre as viagens portuguesas para a Índia nos anos de 1502 a 1517”, *Ibero-Americana Pragensia*, Praga 1978, ano 12, pp. 173–196. As mesmas fontes foram analisadas e explicadas no contexto histórico nas teses de diploma escritas por J. Horáková, *Cesty Evropanů do Indie v první čtvrtině XVI. století*, e A. Vosečková, *Nový pramen k druhé cestě Vasco da Gamy do Indie r.1502*, ambas apresentadas na Faculdade de Filosofia da Universidade Carolina, Praga, em 1970. Com base na fonte descoberta em Bratislava apareceram estudos sobre as viagens descritas na mesma (A. Kroell, “Le voyage de Lazarus Nürnberger en Inde 1517–1518”, *Bulletin des études portugaises et brasiiliennes*, Lisboa, Vol. 41/1980, pp. 59–87.) assim como sobre a personagem de Lazar Nürnberger. (H. Kellenbenz, *Die fremden Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel vom 15. Jahrhundert bis zum Ende des 16. Jahrhunderts*, In: *Fremde Kaufleute auf der Iberischen Halbinsel*, Köln 1970; E. Otte, “Jacob und Hans Cromberger und Lazarus Nürnberger, die Begründer des deutschen Amerikahandels”, *Mitteilungen des Vereins für Geschichte der Stadt Nürnberg*, Nürnberg 1962–1963, Nº 52, pp. 129–162.)

navesas e derotas do Cabo Fistera pera Imglaterra. Os roteiros aqui concentrados dizem respeito a todas as rotas marítimas mais importantes do mundo.¹⁰

Semelhantes tesouros ficam guardados na Biblioteca Estatal em Praga. Lá conserva-se a narrativa de viagens do P. Francisco Álvares publicada em 1540 em Lisboa; *Ho Preste Joam das Indias*, junto com uma adaptação italiana da mesma obra *Viaggio fatto nella Ethiopia*, obra utilizada mais tarde por Damião de Góis.

Contém também partes dedicadas aos descobrimentos, *A Crónica do Rei D. Manuel* escrita por Damião de Góis e conservada no fundo da Biblioteca Estatal Checa. A *Historia da Índia* escrita por Fernão Lopes de Castanheda (sign. 52 B 275) leva o autógrafo do autor.

Na mesma biblioteca fica guardada, também, a *Terceira Década de Ásia* da autoria de João de Barros. Outra obra fundamental lá conservada é *Esta hua breve relação da embaixada* (para Etiópia) de João Bermudes.¹¹

Foram as famílias nobres checas de Pernstein e Lobkowitz que começaram a comprar livros portugueses e espanhóis, alguns com referência aos descobrimentos marítimos ou actividades ultramarinas. A biblioteca provada mais rica, antes de transferir os fundos para as bibliotecas centrais, foi a da família de Silva-Tarouca,¹² ramificada na Boémia e Morávia.

Na biblioteca do Museu da Literatura Checa de Strahov em Praga, a época de descobrimentos portugueses é muito bem documentada pelas obras escritas em português, espanhol, alemão, italiano ou latim.¹³ Para dar exemplo, seguem mencionados alguns títulos mais importantes:

Jerónimo Osório (1506–1580), *De rebus Emmanuelis* que abrange descobrimentos do período manuelino; Nicolau Godinho, *De Abassinorum rerum* que apresenta biografias dos patriarcas na Etiópia – João Nunes Barreto e Andrés de Oviedo; Giovanni Pietro Maffei (1536–1603), *Historiarum Indicarum libri XVI* – sobre descobrimentos portugueses nos oceanos Índico, Atlântico e Pacífico; Bartolomé Juan Leonadro de Argensola (1562–1631), *Historia de la conquista de las islas Molucas* (1602); Jean de Léry, *Historia navegationis in Brasiliam* (1586); Giovanetto Giuseppe di S. Teresa, *Istória delle guerre del Regno del Brasile accadute tra la Corona di Portogallo e la Repubblica di Olanda*.

¹⁰ Ver Kateřina Kozická, “Um manual português para os Navegadores da segunda metade do Século XVI da biblioteca Dobrovský (outrora Nostitz) em Praga”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XXI, Praga 1987, pp. 175–177.

¹¹ Ver Jaroslava Kašparová, “Fontes para a história das actividades ultramarinas dos portugueses, conservadas na Biblioteca Estatal da RSCh em Praga”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XXI, Praga 1987, pp. 161–174.

¹² Ver J. Halada, *Lexikon české šlechty (Dicionário da nobreza checa)*, I, Praga 1992, p. 151; F. Silva-Tarouca, *Die Silvas in Österreich*, Viena 1899.

¹³ Ver Simona Binková, “Os descobrimentos portugueses na biblioteca de Strahov em Praga”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XXI, Praga 1987, pp. 175–178.

REPERCUSSÃO DOS DESCOBRIMENTOS NOS ESCRITOS CHECOS DA ÉPOCA

A versão checa da obra escrita, em 1544, por Sebastião Münster, foi publicada bastante modificada, em 1554, por Sigismundo de Puchov (Zikmund z Puchova) sob o título *Cosmografia Checa* (Kozmografia Česká). A informação geográfica sobre o Reino de Portugal contém um texto extenso sobre a evolução do Estado português que sublinha os descobrimentos marítimos como feitos mais importantes dos individuais monarcas:

Este João (Iº) fez grandes coisas, tomou a magnífica cidade de Ceuta aos mouros e teve alguns filhos, dos quais os portugueses tinham pelo seu santo o Ferdinando por causa da limpidez da sua vida e a sua piedade...

Henrique primeiramente descobriu Novas Ilhas no Mar Atlântico. (...) Edwardus foi o filho do mencionado João. Aclamado Rei, ele subjugou pela sua espada cidades africanas de Zeylam, Tygem e Alkazar, unindo-as ao Reino de Portugal. O irmão do rei Erwardus, Henrique Infans (...), atingiu primeiramente a ilha de Medeira que então foi totalmente erma. (...) Desde Medeira navegou mais longe até alcançar Ilhas Canarias ou Afortunadas, desde lá navegando ao redor de África. Mais tarde, passados alguns anos, o Rei Manuel concentrou muitas embarcações, encaminhando-as para (...) Índia, onde muitas especiarias têm origem.

57

Zikmund z Puchova, no seu texto bastante independente, não deixa de mencionar o papel importante da coroa portuguesa nas viagens de Amerigo Vespucci:

*Amerikus Vespuzius foi enviado por Ferdynandus, rei de Espanha, junto com Colombo, por volta do ano de mil quatrocentos noventa e dois, para buscar terras. Logo que ele aprendeu a navegação marítima, ele mesmo começou a navegar depois de alguns anos. Duas viagens empreendeu nos tempos do mencionado rei Fernando e duas, no tempo de Emmanuel, rei de Portugal, sobre os quais ele escrevia.*¹⁴

Mais acontecimentos no ultramar português despertaram atenção na Boémia e Morávia.

Em 1578 distribuiu-se em Praga, em duas versões, a folha volante intitulada, na 2ª versão, *A batalha portuguesa e notícias verdadeiras desde Madrill e Lisboa sobre a queda prejudicial e morte do Rei de Portugal*. O impresso informou sobre

¹⁴ Tradução de J. Klíma segundo O. Kašpar, *Čechy v zrcadle hispano-amerických dějin (Países checos no espelho da história hispanoamericana)*, Pardubice 1997, p. 34.

a derrota portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir, explicando, também, o problema dinástico em Portugal.¹⁵

O nobre checo, intelectual, músico e humanista Cristóvão Harant de Polžice e Bezdrůžice (1564–1621) viajou para a Palestina e Nordeste de África. No seu livro de viagens intitulado *Peregrinação ou a Viagem à Terra Santa e a Egipto* (Putování, aneb cesta ... do země svatě a ... do Egypta), ele abordou muitos acontecimentos ultramarinos, escrevendo, também, sobre a primeira viagem de *Vascus Gama* para a Índia ou sobre a frota do *Alvarus Capralis* (sem mencionar o descobrimento do Brasil). O viajante experimentado descreveu inícios da administração colonial na Índia após a fundação de Goa, prestando atenção à composição da sociedade colonial. Harant fez referência sobre a conquista de Malaca e sobre a presença portuguesa noutros países asiáticos. Pela primeira vez, ele esclareceu para os checos a noção de “mestiço”:

58

Portugueses, não tendo muitas vezes esposas procedentes da sua própria Pátria, casaram-se, com base nas instruções dos seus superiores, com mulheres e virgens oriundas daquelas terras onde eles começaram a viver e morar; filhos do pai espanhol ou português (porque não existia sempre uma única opinião acerca da questão) e da mãe indígena chamam-se até ao presente dia mestiços...¹⁶

Harant, político versado, mencionou, também, motivos da inimizade entre portugueses e holandeses:

Como eu disse acima, os (portugueses) mesmos deram motivo, com a sua avareza e preguiça (...), aos habitantes das terras indígenas, para que muitos reis recebessem amigavelmente, há poucos anos atrás, os holandeses ou estados, os quais tentaram abrir o mesmo caminho marítimo para atingirem as suas metas...¹⁷

A repercussão do descobrimento da Carreira da Índia aparece na tradução checa da obra de Johann Boehme Aubanus *Omnium gentium mores*, feita por Jan Mirotický de Kroměříž sob o título *Costumes, direitos, ordens ou usanças de todas as nações* (Obyčeje, práva, řády anebo zvyklosti všech národův). O escrito foi publicado na cidade de Olomouc, Morávia, em 1579.

¹⁵ Segundo a folha volante alemã de Jan Beyer (*Portugallische Schlacht und gewisse Zeitung aus Madrill und Lisabona*, Leipzig, 1578), fizeram a traduções checas semelhantes primeiro Jiří Dačický e depois, Burian Walda.

¹⁶ O. Kašpar, *op. cit.*, p. 41.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

Em 1541, Burián Sobek de Kornice traduziu para checo a obra do historiador alemão Johann Carion *O livro das crônicas sobre varias cousas extraordinárias* (Kniha kronik o všelijakých znamenitých věcech od počátku světa zběhlých) que contém a história da conquista portuguesa da Índia.

Stanislav Pavlovský (na tradução, provavelmente, de B. Hostounský) publicou, em 1585 em Olomouc, uma relação sobre a cristianização do Japão: *Noticia acerca do que aconteceu quando o papa deu audiência aos enviados dos reis de Japão* (Správa toho všeho, co se jest dalo v Římě..., když...Řehoř XIII. papež slyšení dával posílům králuov Japonských).

Daniel Adam de Veleslavín, humanista, impressor, editor e escritor, publicou a *Crônica do mundo* (Kronika světa, 1584), onde descreve a batalha portuguesa na costa da Índia e a ocupação de Baçaim e Diu. No seu *Calendário histórico* (Kalendář historický, 1596), Veleslavín faz uma explícita referência ao descobrimento do Brasil e ao nome do seu descobridor “Petrus Alvarus Capralis”.¹⁸

A colônia francesa na baía de Guanabará – a “França Antártica” – a comentou o nobre checo Václav Budovec de Budov, em 1584, no seu *Tratado breve sobre a idade do ouro* (Krátkej spis o zlatém budoucím a již nastávajícím věku) dizendo que “Em livros portugueses encontramos que os huguenotes fundaram na região que se chama Guanabara ... uma cidade”.

Matěj Cyrus e Pavel Slovák traduziram, em 1590 (a primeira tradução alemã é de 1594), o livro escrito em latim de Jean de Léry (1534–1613) *Historia navigationis in Brasiliam, quae et America dicitur* sob o título *História da navegação para América que também se chama o Brasil* (Historia o plavení se do Ameriky, kteráž i Brasilia slove). Os dois membros da Igreja dos Irmãos Checos fizeram uma tradução bastante livre. O único manuscrito preservado traz notas marginais dos acalorados leitores os quais, muitas vezes, expressavam as suas opiniões sobre semelhanças entre o ambiente exótico sul-americano e o centro-europeu: “Oh, quantos tantos antropófagos, que se fazem pobres e piedosos, possui a nossa Europa, e até, a nossa própria Pátria, este país checo”.¹⁹

¹⁸ S. Binková, “A nova África, a nova Índia e o Novo Mundo – o Brasil – nos escritos quinhentistas checos”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XLI, Praga 2007, pp. 169–187.

¹⁹ A nova edição exemplar checa da obra foi publicada pela Academia Checoslovaca de Ciências, Secção da língua e literatura checa, dentro da série “Monumentos da antiga literatura checa” com uma introdução de Bohuslav Horák, um estudo sobre o significado da tradução no período humanista de Zdenka Tichá, com notas detalhadas sobre a ortografia e linguagem de Quido Hodura e com muitas notas explicativas em Praga, 1957.

OS CHECOS NA ÁSIA PORTUGUESA

Na Índia portuguesa, Goa passou a ser ou o destino final ou uma escala temporária para missionários checos provenientes, na maioria dos casos, da *Societas Iesu*. Václav Pantaleon Kirwitzer (1588–1626) partiu da Boémia em 1616, fez observações astronómicas em Goa, publicando os seus resultados em 1620. A partir de 1621, ele actuou no Japão e em Macau, onde morreu. František Čábelský, membro da ordem dos Teatinos, partiu de Itália para Goa, onde faleceu a 2-6-1686. Kryštof Mattern, jesuíta e farmacêutico, partiu de Lisboa, em 1709, para Goa, onde dirigiu o hospital local. Nas suas cartas enviadas para Europa, Mattern descreveu as populações, a flora e a fauna da Índia portuguesa. František Tillisch (1670–1716) partiu junto com Mattern para a Índia portuguesa. Antes de continuar para Manchúria, Tillisch escreveu *Itinerarium Lisaboni Goam (Itinerário da carreira de Lisboa a Goa)*. Jan Walter partiu para a costa de Malabar na posse dos portugueses em 1738. Nas suas cartas, elucidou sobre as guerras de 1739–1740 que afectaram Baçaim e Goa. Vilém Obstzierer (1716–1761) natural da aldeia de Škvorec na Boémia Central, estudou a língua portuguesa em Lisboa e depois, a partir de 1748, trabalhou como missionário em Goa, onde morreu. No centro goês da missão asiática, Karel Slamenský passou a ser membro da Companhia de Jesus. Outro missionário checo Jáchym Jakeš actuou na costa de Malabar. Goa funcionou como escala obrigatória para outros missionários checos como Jan Siebert, Jan Gruber, Jan Köffler (1711–1780) ou Václav Paleček, os quais depois prosseguiram a sua viagem para Pegu, Vietname ou outros países asiáticos.²⁰

O membro excepcionalmente culto da ordem dos jesuítas Karel Příklad (1712–1785) oriundo de Praga, partiu de Lisboa para Goa em 1748. No centro da Índia portuguesa desempenhou a função do chefe do seminário arquiepiscopal durante 10 anos. Porém, afectado pela abolição da Companhia de Jesus pelo marquês de Pombal, Příklad teve de voltar para Europa. Depois de passar seis anos nos calabouços de São Julião da Barra, o sábio foi posto em liberdade em 1767. Regressou para a Boémia, vivendo na cidade de Hradec Králové. Foi já na sua pátria que ele escreveu o primeiro manual do sânscrito intitulado *Principia Linguae Brahmanicae*, compilou a primeira gramática da língua falada em Goa sob o título *Grammatica Linguae Canarinae*, descreveu a cidade de Goa e o modo de vida nas possessões portuguesas na sua obra *Epistolae, quibus civitatis, collegium et portus Goani, mores Orientalium describuntur et errores plurium scriptorum, qui in hac materia versati sunt, detegantur*. Karel Příklad fez, através da sua obra

²⁰ S. Binková, “Os países checos e a zona lusitana”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XXI, Praga 1987, pp. 137–160.

científica, o maior esforço para aproveitar os resultados dos descobrimentos portugueses para ligar o espaço goês com o centro-europeu.²¹

A importância do espaço português para as relações entre os Países Checos e Ásia é elucidada pelas memórias do jesuíta checo e astrónomo proeminente Karel Slavíček (1678 Jimramov – 1735 Pequim). Na sua viagem da Europa para a China, o missionário passou por cidades e bases portuguesas, deslocando-se desde Lisboa ao longo das Ilhas de Cabo Verde, Angola e Moçambique a Macau, donde o sábio continuou o último troço do seu trajecto: *Aos 13 de Março de 1716 (...) nós 14 jesuítas (...) do nosso colégio da cidade de Lisboa em Portugal nos dirigimos à nau “Santana”. (...) Depois de levantar ferro na tarde do dia 14 (...) começamos a navegar (...) para Angola. (...) Aos 29 de Agosto (...) atingimos Macau à meia-noite...*²²

O padroado português no Oriente era amplamente aplaudido nos Países Checos como garantia da difusão do cristianismo na grandes partes de Ásia. O jesuíta checo Jiří Plachý-Ferus no seu *Mapa católico* (Mappa katolická, 1630)²³ agradece o rei “Emanuel” de Portugal por “ter unido muitas nações na crença cristã”.

A cultura religiosa do barroco uniu os espaços checo e português. O renomado pintor Jan Kryštof Handke (1694–1774) da Morávia criou uma imagem representativa (óleo sobre tela) da *Fundação do seminário em Goa*.²⁴

Em troca do culto do santo checo São João Nepomuceno exportado de Boémia para Portugal e todas as suas possessões ultramarinas, naturalizou-se, na Boémia e Morávia, o culto de São Francisco Xavier ligado à missão asiática organizada desde o centro goês do padroado. A primeira enciclopédia checa

²¹ O manual *Principia Linguae Brahmanicae* fica conservado na biblioteca do Museu Nacional em Praga, sign. X C 35. A obra do missionário fundou a indologia checa, sendo Příkryl o objecto central dos artigos profissionais que diziam respeito aos inícios daquele ramo científico. Ver por exemplo Vincenc Lesný, “Počátky studia sanskrtu v Čechách” (Inícios do estudo do sânscrito na Boémia), *Listy filologické*, ano 47, Praga 1920, pp. 185–194; V. Lesný, “Principia linguae brahmanicae von Carolus Příkryl”, *Archiv Orientální*, 6, Praga 1934, pp. 50–52; Kamil Zvelebil, “A Czech Missionary of the 18th Century as Author of a Tamil Grammar”, *Tamil Culture*, 4, 1955, pp. 337–340; Miloslav Krása, “First Czech Scholar in India”, *Archiv Orientální*, 36, Praga 1964, pp. 609–624; M. Krása, “Počátky známosti Indie v českých zemích” (Inícios do conhecimento da Índia nos Países Checos), *Sborník historický*, Praga 1971, pp. 149–181.

²² Algumas cartas de Karel Slavíček junto com a biografia do missionário as publicou P. Josef Vraštil no livro intitulado *Listy z Číny do vlasti 1716–1727 (Cartas desde China para a Pátria 1716–1727)*, Praga 1935. Extratos do diário de Slavíček escrito em latim os publicou Francisco Rodrigues no seu livro *Jesuítas portuguesas astrónomos na China (1583–1805)*, Porto 1925, pp. 25–28.

²³ Ver Hartmut Trunte, “Orbis Apostolorum. Jiří Plachý-Ferus und seine Mappa Katolická (1630)”, *Studien zum Humanismus in den böhmischen Ländern*. III. Köln-Weimar-Wien: Böhlau Verlag, 1993, pp. 51–87.

²⁴ Pela primeira vez, o conhecedor das artes plásticas e das relações luso-checas Prof. Pavel Štěpánek virou a atenção ao pintor Handke no guia turístico *Portugalsko (Portugal)*, Praga: Olympia, 1989, p. 44.

Ottův slovník naučný (*Enciclopédia de Otto*), que começou a ser publicada em 1890, diz, que “a atividade empenhada de São Francisco Xavier não foi muito bem sucedida (na costa ocidental da Índia). Isto documentam as suas cartas que apresentam a falta de esperança, essencialmente por causa da má influência dos portugueses sobre a mente e o coração da população.”²⁵

As igrejas ou capelas do santo, geralmente acompanhadas pela homenagem iconográfica, situam-se nas cidades e povoações checas e moravas de Opařany, Uherské Hradiště, Kokory, Muzlov e Plaveč. Além de pinturas, há também estátuas do São Francisco Xavier percebido como herói da “conquista espiritual” organizada desde o espaço português. Um exemplo pouco conhecido é a escultura situada na aldeia de Polní Voděrady. A estátua mais conhecida, feita pelo proeminente escultor barroco Ferdinand Maxmilián Brokoff, decora a histórica Ponte de Carlos em Praga.

O ESPAÇO BRASILEIRO ABERTO PARA OS CHECOS

Em 1637, Valentin Stansel (depois Valentim Estansel, 1621–1705?) nascido na cidade de Olomouc, Morávia, passou a ser membro da Companhia de Jesus em Praga. Em 1656, Stansel partiu da Boémia para Roma, depois para Lisboa. Desde a cidade capital portuguesa deslocou-se, em 1663, para o Brasil, onde ficou até à sua morte. O intelectual e organizador hábil assumiu a função de administrador do colégio jesuítico na cidade de Salvador de Bahia. Já em Portugal, Stansel dedicou-se à astronomia (*Orbe Afonsino ou Horoscopio Universal*, Évora 1658). Como membro do Colégio da Bahia e cientista notável, Stansel observou o cometa Jacob a 1-12-1689, escrevendo mais tarde importantes obras astronómicas, sendo mais conhecido *Uranophilus Caelestis Peregrinus...*²⁶

Depois de estudar teologia em Brno, Olomouc, Jihlava, Praga e Telč, o jesuíta Jan Gintzel (1660 Chomutov, Boémia Noroeste – 1743 Serenbac) chegou ao Brasil em 1694. O jesuíta passou vinte anos na cidade de Salvador de Bahia e nos arredores. Na sua carta datada 5-6-1694, Gintzel descreveu acertadamente a capital da América portuguesa.²⁷

²⁵ Este texto da enciclopédia *Ottův slovník naučný*, Vol. 9, o publica Jan Klíma no seu livro histórico *Portugalská Indie (A Índia Portuguesa)*, Praga: Libri, 2010, p. 109.

²⁶ Pavel Štěpánek, “Um observador tcheco do céu brasileiro”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XLI, Praga 2007, pp. 189–204.

²⁷ Pavel Zavadil, “O missionário jesuíta Joannes Gintzel e as suas cartas do Brasil”, *Ibero-Americana Pragensia*, ano XLI, Praga 2007, pp. 205–214.

František (ou Franz) Wolff de Silésia foi missionário na zona de Pará. Matias Piller da Morávia, irmão leigo, destacou-se, no Brasil português, como produtor de papel.

Entre os jesuítas provenientes da Província de Boémia, o P. Samuel Fritz (1663 Trutnov – 1725 Alto Maranhão) passou a ser mais conhecido. O jesuíta culto chegou, em 1691, à zona espanhola da Amazônia. Ao organizar a missão entre os índios omáguas, Fritz foi levado pelas correntes dos grandes rios a Rio Negro e, depois, ao rio das Amazonas. Na cidade de Belém do Pará foi detido pelos portugueses como alegado espião espanhol e, depois de solto, escoltado pelos portugueses para as suas missões no Peru oriental de hoje. Durante a sua estadia no Brasil e, sobretudo, durante ambas navegações no rio das Amazonas, Fritz criou o mapa do maior rio sul-americano junto com seus afluentes. O mapa foi publicado, pela primeira vez, em Quito em 1707, sendo depois reimpresso numerosas vezes. Assim, o missionário checo descobriu a bacia amazônica para os europeus e para a própria administração portuguesa no Brasil. O mapa foi utilizado durante uns 200 anos, servindo de argumento até nas disputas fronteiriças luso-espanholas que diziam respeito ao espaço amazônico. O mapa de Fritz foi apreciado por cientistas como La Condamine ou Alexander von Humboldt.²⁸

NO PERÍODO DO RENASCIMENTO NACIONAL CHECO

A sociedade burguesa checa procurava informações na língua nacional, as quais apareceram na forma de livros geográficos, históricos e artísticos.

Karel Vladislav Zap na sua Geografia Geral (*Wšeobecný zeměpis*, 1849–1850), Tomo I, diz sobre Portugal: “No século XV, os portugueses tornaram-se descobridores dos países ultramarinos e heróis marítimos. (...) Vasco da Gama foi o primeiro inventor do caminho marítimo em redor de África para a Índia...”. O Tomo II refere todas as colónias portuguesas, acentuando sempre a sua origem no período dos descobrimentos: “Makao é a sede do governador e do bispo

²⁸ A obra fundamental sobre a vida e obra do Padre Samuel Fritz foi escrita por Josef e Renée Gickelhorn, *Im Kampf um den Amazonenstrom*, Praga 1943. Existem numerosos estudos sobre o missionário, p. ex. A. Blaschke, “Das neueste Lebensbild unseres Landsmannes Samuel Fritz”, *Volksbote*, № 21, suplemento Heimat; J. Posner, “Ein Trautenauer – Apostel und Erforscher des Amazonas P. Samuel Fritz SJ (1654–1725)”, *Riesengebirgs-Jahrbuch* 1964, pp. 41–47; F. Šilhan, “Páter Samuel Fritz, misionář, cestovatel a první kartograf v údolí amazonském”, *Zprávy z československé provincie Tovaryšstva Ježíšova*, Praga 1928, № 1, pp. 44–53; J. Vondra, “Český překlad studie C. Wesselse o Samuelu Frit-zovi”, *Věstník díla šíření víry*, XX/1931; S. Binková e J. Polišenský (ed.), “Samuela Fritze Zpráva o cestě po Amazonce”, In: *Česká touha cestovatelská*, Praga 1989; Josef Koláček, *Samuel z Trutnova*, Roma: Velehrad, 2001 etc.

português. A cidade é construída de maneira europeia, possuindo 3 fortalezas, 13 igrejas, alguns mosteiros católicos, um instituto dos missionários evangélicos, a famosa gruta de Camões, um porto, um mercado e 40 000 habitantes...²⁹

Antonín Antonov, ao modificar a narração de Joachim Heinrich Campe no livro *Descobrimiento de América (Objevení Ameriky, 1878)* menciona os irmãos Corte Real, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães.³⁰

Informações detalhadas e bastante qualificadas sobre a história do espaço português incluso a realidade material do mesmo as ofereceu a *Enciclopédia de Otto (Ottův slovník naučný)* mencionada acima, que começou a ser publicada a partir de 1890.

ESCRITORES E TRADUTORES CHECOS AO TRADUZIR OS LUSÍADAS

64

A geração concentrada ao redor da revista *Lumír* (2ª metade do século XIX) frequentemente abordou o tema português. O escritor mais ligado ao ambiente neolatino Julius Zeyer (1841–1901) publicou uma série de epopeias poéticas denominada *Dos Anais do Amor (Z letopisů lásky)*, onde o poema *Gabriel de Espinosa* oferece a lenda sebastianista junto com motivos marroquinos ao leitor checo. O autor fala sobre o significado dos descobrimentos portugueses:

Eu amava-o como filho próprio
e quando ele com um grande afã
partiu a África para conquistá-la
e para tirar da escuridão, alumando-as com a cruz
aquelas regiões maculadas pela escravidão
a gemer sob o jugo do paganismo
de repente esperei que a aurora santíssima
começava a apontar e que a idade aurea
acenava não só os portugueses
mas sim a humanidade inteira, porque eu esperei
que a luz salutífera iria sair
de Lisboa.³¹

Zeyer, autor dos contos fantásticos com temas exóticos, escreveu, entre outros, o conto intitulado *A tigela de opala (Opálová miska)*. O texto começa com as

²⁹ Karla Wladislawa Zapa *Wšeobecný zeměpis*, I–II, Praga 1849–1850.

³⁰ Antonín Antonov, *Objevení Ameriky (O descobrimiento de América)*, Praga: Rohlíček e Sievers, 1878.

³¹ Julius Zeyer, *Z letopisů lásky*, série III e IV, 7ª edição, Praga 1928, pp. 22–23.

palavras do fictício Miguel de Panoyas de Lisboa, que diz: “fugi da minha pátria no navio comandado por Vasco da Gama, orgulho de Portugal. E quem desci na costa de Malabar...”³²

Para provar o alto nível da língua checa, os intelectuais do século XIX buscaram obras mais célebres nas literaturas europeias para serem traduzidas para checo. *Os Lusíadas*, a epopeia nacional portuguesa escrita por Luís de Camões, ofereceu o tema exótico dos descobrimentos ultramarinos, o que era um desafio para a literatura nacional checa em ascensão. A parte que apresenta o episódio sobre Inês de Castro a publicou Josef Bojislav Pichl (1813–1888) na *Revista do Museu Checo*, primeiro periódico científico moderno, em 1836. Mais tarde, o sacerdote e bibliógrafo František Doucha (1810–1884) publicou alguns extractos dos *Lusíadas* na língua checa, neste caso extractos sobre os descobrimentos ultramarinos. Josef Král (1853–1917), filólogo e professor da Universidade Carolina de Praga, publicou, em 1876, uma escolha dos poemas líricos de Luís de Camões.

Foi finalmente o poeta mais importante da geração de *Lumír*, Jaroslav Vrchlický (1853–1912), quem ofereceu aos leitores checos a tradução completa dos *Lusíadas* (Praga 1902). O poeta, apaixonado pelas literaturas neolatinas, dedicou também, entre 1902 e 1903, dois sonetos a Camões nos seus livros intitulados *Nas sete cordas e Ilusões fugitivas e verdades eternas*. Na colectânea das paráfrases poéticas *Das campinas da poesia nacional e artificial*, Vrchlický apresentou a sua própria versão de quatro obras poéticas do romancista português (*Canção da folha da figueira, Conde Nilo, Triste vida do marujo, Nau Catrineta*).

A tradução moderna e definitiva dos *Lusíadas* foi publicada em 1958. O texto foi traduzido, pela primeira vez directamente a partir do original português, pelo o maior lusitanista checo do século XX, Zdeněk Hampejs/Hampl (1929–1986), a versão poética foi feita por um dos melhores poetas checos da época, Kamil Bednář (1912–1972). A publicação com todos os devidos comentários, explicações (inclusive com uma biografia de Luís de Camões) e ilustrações artísticas saiu à luz na série representativa *Os Imortais* da melhor casa editorial checa.³³ No início, o livro apresentou como moto as palavras de Vrchlický: “Camões é, antes de tudo, poeta do oceano. Os seus versos ficam impregnados pelo sopro e pelo sal marítimo, jogando nas cores tropicais...”

³² Julius Zeyer, *Fantastické povídky*, 7ª edição, Praga 1927, p. 57.

³³ Luís de Camões, *Lusovci*, Praga: Státní nakladatelství krásné literatury, hudby a umění, 1958; tradução de Zdeněk Hampejs, adaptação poética de Kamil Bednář, ilustrações de Miloslav Troup, 326 páginas.

O MUNDO ABERTO – INSPIRAÇÃO PARA O MUNDO FECHADO

Durante a ocupação alemã da Boémia e Morávia, entre 1939 e 1945, a obra e vida de Luís de Camões ligada aos descobrimentos ajudava a abrir horizontes nacionais limitados pelo isolamento forçado.

František Kožík (1909–1997), escritor checo respeitado e amado, publicou, em 1940, uma novela intitulada *O Poeta Nunca Morre* (*Básník neumírá*), combinando a biografia de Camões com canções e provérbios portugueses. Repetidas vezes, na obra aprecia a importância dos descobrimentos: “Uma vaga da história fez emergir os portugueses acima da superfície das nações europeias. (...) Subitamente, os portugueses ergueram as suas cabeças. Uma estrela ardia sobre o oceano. Eles estenderam mãos para tocá-la, tornaram-se grandes pela sua coragem...”³⁴

66

O romanista Václav Černý (1905–1987), junto com o poeta Kamil Bednář, organizou a edição da colectânea dos poemas de Camões sob o título *Amores portugueses* (*Portugalské láska*, 1941, 1942).

Kamil Bednář adaptou partes poéticas da biografia escrita por Virgínia de Castro e Almeida e traduzida pelo poeta e romanista Lumír Čivrný (1915–2001). O livro foi publicado em Praga, em 1941, sob o título *A Vida de Camões* (*Život Camõesův*).

DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES PARA O LEITOR CHECO

A partir dos anos 1940, o leitor checo tem tido muitas oportunidades de familiarizar-se com a história dos descobrimentos portugueses. Livros publicados na língua checa ofereceram biografias (RUDOLF BAUMGART, *Fernão Magalhães*, Praga 1942),³⁵ extractos das crónicas e relatos mais importantes (*Objevné cesty do Afriky a Asie – Viagens de descobrimento para África e Ásia* são partes da *Crónica do Descobrimento da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara e partes da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto)³⁶ ou fontes ligadas aos descobrimentos (*Tragické námořní příběhy – Histórias trágico marítimas – 3 relatos portugueses*).³⁷

³⁴ František Kožík, *Básník neumírá*, 4ª edição, Praga 1971, p. 9, extracto como outros traduzido por J. Klíma.

³⁵ Rudolf Baumgardt, *Fernão Magalhães. Příběh první cesty kolem světa*, Praga: Orbis, 1942.

³⁶ *Objevné cesty do Afriky a Asie. Výbor z dvou portugalských kronik: Gomes Eannes de Azurara, Kronika objevení a dobytí Guineje, Fernão Mendes Pinto, Putování*, (tradução: Luděk Kult), Praga: Státní nakladatelství krásné literatury a umění, 1966.

³⁷ *Tragické námořní příběhy 1589/1622*, Adaptação de C. R. Boxer dos relatos de Diogo do Couto, João Baptista Lavanha e Francisco Vaz de Almada, Praga: Mladá fronta, 1972.

O primeiro historiador checo a apresentar o tema dos descobrimentos ultramarinos Josef Janáček (1925–1994) começou por descrever a expansão espanhola, mas, no seu último livro *Quanto a navegações de Cristóvão Colombo* (Čtyři plavby Kryštofa Kolumba, Praga 1992)³⁸ dá prioridade aos descobrimentos portugueses. A professora Simona Binková dedica os seus esforços à pesquisa científica das relações luso-checas, cujos resultados publica na revista *Ibero-Americana Pragensia*, à descrição dos descobrimentos *O Período dos Descobrimentos Marítimos* (Čas zámořských objevů, Praga 2008)³⁹ e à edição comentada das fontes: *Dopis králi Manuelovi o nalezení Brazílie* – A carta de Pêro Vaz de Caminha ao rei Manuel sobre o achamento do Brasil, Praga 2007.⁴⁰

A história do espaço lusófono oferecida nos livros publicados na língua checa cobre agora toda a lusofonia, incluindo sempre a descrição do período dos descobrimentos. O leitor checo dispõe da história de Portugal,⁴¹ do Brasil,⁴² de Angola,⁴³ Moçambique,⁴⁴ Guiné-Bissau,⁴⁵ Cabo Verde,⁴⁶ São Tomé e Príncipe,⁴⁷ Timor Leste⁴⁸ e Índia Portuguesa.⁴⁹ O apogeu dos descobrimentos portugueses fica descrito no livro *Descobrimentos marítimos. Vasco da Gama e o seu mundo* (Praga: Libri, 2006).⁵⁰ Assim, o interessado ou estudante checo tem acesso a informações relevantes e bastante completas sobre os descobrimentos portugueses na sua língua materna.

³⁸ Josef Janáček, *Čtyři plavby Kryštofa Kolumba*, Praga: Panorama, 1992.

³⁹ Simona Binková, *Čas zámořských objevů*, Praga: Triton, 2008.

⁴⁰ *Dopis králi Manuelovi o nalezení Brazílie*, ed. por Simona Binková, Praga: Scriptorium, 2007.

⁴¹ Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, Praga: Nakladatelství Lidové noviny, 1996; Simona Binková, *Portugalsko*, Praga: Libri, 2004; Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*, 2ª edição aumentada e revista, Praga: Nakladatelství Lidové noviny, 2007; Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech*, Praga: Libri, 2007.

⁴² Jan Klíma, *Dějiny Brazílie*, Praga: Nakladatelství Lidové noviny, 1998; Jan Klíma, *Brazílie*, Praga: Libri, 2003.

⁴³ Jan Klíma, *Angola*, Praga: Libri, 2003; Jan Klíma, *Dějiny Angoly*, Praga: Nakladatelství Lidové noviny, 2009.

⁴⁴ Jan Klíma, *Mosambik*, Praga: Libri, 2008; Jan Klíma, *Dějiny Mosambiku*, Praga: Nakladatelství Lidové noviny, 2010.

⁴⁵ Jan Klíma, *Guinea-Bissau*, Praga: Libri, 2006.

⁴⁶ Jan Klíma, *Kapverdské ostrovy. Svatý Tomáš a Princův ostrov*, Praga: Libri, 2008; Jan Klíma, Jan Vitek, *Kapverdské ostrovy. Historie a georeliéf*, Hradec Králové: Gaudeamus, 2003.

⁴⁷ Jan Klíma, *Kapverdské ostrovy. Svatý Tomáš a Princův ostrov*, Praga: Libri, 2008.

⁴⁸ Jan Klíma, *Východní Timor*, Praga: Libri, 2003.

⁴⁹ Jan Klíma, *Portugalská Indie*, Praga: Libri, 2010.

⁵⁰ Jan Klíma, *Zámořské objevy. Vasco da Gama a jeho svět*, Praga: Libri, 2006.

REPENSAR A NOÇÃO “DESCOBRIMENTOS”

Desde a perspectiva não-europeia, a noção “descobrimientos” no seu sentido histórico é um contra-senso. Nações asiáticas e africanas rejeitam o ponto de vista europeu, acentuando as suas próprias civilizações existentes antes do “descobrimento” europeu ou o conceito do “descobrimento” (melhor “conhecimento”) mútuo. Porém, a importância do conteúdo – contactos internacionais – vai crescendo ao ponderar relações recentes ou contemporâneas entre continentes e culturas. Tais relações começaram durante os descobrimentos marítimos portugueses e hoje é preciso avaliá-las no eixo entre o negativo *clash of civilizations* (Huntington) e a positiva multiculturalidade cooperativa.⁵¹

Desde a perspectiva europeia, o melhor conhecimento da época dos descobrimentos serve para superar o isolacionismo remanescente centro-europeu e as diferenças existentes até agora entre o espaço centro-oriental europeu e o ocidental mais orientado para o ultramar. O conhecimento dos descobrimentos portugueses é útil, pois, para os centro-europeus se inteirarem melhor do processo histórico de ascensão europeia causada pelos descobrimentos e de descensão contemporânea da Europa resultante do fim da prioridade europeia no mundo presente. Nos espaços nacionais, a recolha da documentação relevante tem sido feita. Porém, a definição perfeita do significado dos descobrimentos portugueses para o espaço específico da Europa Central está por ser discutida pela comunidade reunida dos lusitanistas húngaros, polacos, eslovacos, checos, mas também austríacos e alemães, no futuro próximo.

⁵¹ Neste contexto, é de recomendar a publicação de Luís Filipe Barreto, *Portugal. Pioneiro do diálogo Norte-Sul*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

OS JESUÍTAS HÚNGAROS
NO BRASIL E EM PORTUGALO RELATO DO PADRE SZLUHA SOBRE
O MUNDO PORTUGUÊS SETECENTISTA

Este trabalho tem por objectivo apresentar o relato do Padre João Nepomuceno Szluha, um jesuíta húngaro que nos meados do século XVIII pregou o Evangelho e trabalhava como professor de Matemática na província ultramarina de Maranhão. Nas suas 7 cartas o Padre Szluha apresenta os acontecimentos da sua vida com muitos detalhes desde a sua chegada a Lisboa em 1753 até ao mês de Maio de 1758, quando escreveu a sua última carta da América do Sul.

Na historiografia da literatura húngara os relatos jesuíticos provenientes de lugares remotos não fazem parte do género da literatura de viagens.² A explicação para este fenómeno pode estar relacionada com facto de este tipo de relatos ser muito raro e na maioria dos casos os relatos acabam por não ser publicados na época em que foram escritos.

Numa comunicação Karl Kohut chama atenção para essa anomalia que também se encontra na historiografia da literatura alemã.³ O autor destaca o facto de os relatos jesuíticos raras vezes serem analisados no contexto literário da sua época. No nosso caso esse período coincide com o século XVIII, a época do iluminismo, quando a atenção da Europa se virou mais uma vez para as terras distantes e os europeus olharam os povos indígenas como exemplos de uma vida melhor e como crianças da Idade de Ouro. Tudo isso resultou na publicação europeia de enciclopédias e colecções de relatos sobre o tema.

Além de enciclopédias compiladas pelos cientistas seculares e anticlericais, várias colecções aproveitaram também os relatos jesuíticos como fontes principais

.....
¹ Universidade de Szeged ■ dorababarczy@gmail.com

² Veja-se a colecção de comunicações dum colóquio internacional de 1991: Imre BÉKÉSI et al. (eds), *Régi és új peregrináció. Magyarok külföldön, külföldiek Magyarországon* [Peregrinação Nova e Velha. Húngaros no exterior, estrangeiros na Hungria], Nemzetközi Magyar Filológiai Társaság, Budapeste, 1993, tomo I–III, <http://mek.oszk.hu/06300/06387>. Última consulta: 16/12/2011.

³ Karl Kohut, “Jesuita (y) viajero. El Viaje a Perú (1776) de Wolfgang Bayer y la literatura de viaje en Alemania a fines de siglo XVIII”, in Karl Kohut – María Cristina Torales Pacheco (eds), *Desde los confines de los imperios ibéricos: los jesuitas de habla alemana en las misiones americanas*, Madrid, Iberoamericana, 2007, 607–693.

na apresentação de outros continentes. A obra monumental do padre Joseph Stöcklein, *Der Neue Welt-Bott* é um excelente exemplo.

Entre 1726 e 1761, nesta obra de vários volumes foram publicadas as cartas dos sócios da Companhia sobre a vida geral nas províncias e sobre os acontecimentos importantes, os habitantes indígenas, a geografia, a flora e a fauna da região. Temos de mencionar também o grande defensor protestante dos jesuítas, Christoph Gottlieb von Murr,⁴ que foi o redactor do famoso *Journal Zur Kunstgeschichte Und Zur Allgemeinen Litteratur* e publicou 17 tomos entre 1775 e 1788 em Nuremberga. Os documentos, que apresentam o continente da América do Sul, são quase exclusivamente os relatos dos jesuítas da Assistência Alemã da Ordem. Estes jesuítas trabalharam como missionários no Ultramar e depois da emissão dos decretos régios foram expulsos dos territórios de Portugal e Espanha. Um exemplo relevante destes relatos é o diário do Padre *Anselm Eckart*. Neste, o Padre relatou todo o processo da expulsão e dos anos passados no exílio em Portugal. Os documentos naturalmente foram alterados, cortados e interpolados, ainda assim podem ser interpretados como as fontes mais importantes e quase únicas da América do Sul para o público alemão daquela época.

No Reino da Hungria, o interesse pelas terras remotas manifestou-se da mesma forma no fim do século XVIII. Foi publicado o relato mais importante do Padre *Francisco Xavier Éder* sob o título *Descriptio Provinciae Moxitarum in Regno Peruano*, juntamente com o texto original em latim. Em 1791, o ex-jesuíta Pál Makó, professor da Universidade de Buda imprimiu o relato das missões desempenhadas na actual Bolívia, perto do Rio Mamoré, onde trabalhou como missionário entre os índios Mojo durante 18 anos. Analisando os detalhes etnográficos, geográficos, botânicos e zoológicos, podemos concluir que o seu livro é uma fonte inestimável para a história da região.

Devido ao trabalho persistente e ao apoio financeiro de um outro ex-jesuíta, János Molnár, no final do século, entre 1783 e 1804 foi publicada uma colecção completa. Nos 20 volumes da Colecção da Casa do Livro Húngaro [*Magyar Könyv-ház*] foram publicados fragmentos da literatura científica e da literatura de viagens em húngaro, dando ênfase aos relatos sobre a América Latina. Neste processo, traduziram também para húngaro alguns capítulos da obra acima mencionada do Padre Éder e partes do diário do Padre Eckart.

As cartas do Padre *Dávid Fáy*, sócio-missionário do Padre Szluha na Vice-Província do Maranhão, acabaram por não ser publicadas em nenhuma destas colecções. As suas 4 cartas escritas de Lisboa e da aldeia de Tapuitaper (hoje cidade de Alcântara no Maranhão) de 1753 e as da missão de São Francisco Xavier do Carará

⁴ Christoph Gottlieb von Murr, *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur*, tomo 9, Nuremberg, Johann Eberhard, 1780.

(hoje cidade de Monção) de 1755 foram traduzidas para húngaro e publicadas no fim do século XIX.⁵ As cartas atraíram a atenção dos investigadores apenas nos meados do século passado, quando Tivadar Ács, jornalista e historiador publicou duas das cartas de 1753 na revista *Földgömb* [O Globo]⁶ e na sua monografia sobre a emigração húngara.⁷ Ács considerou o texto um exemplo da literatura de viagens, e não deu importância ao facto das informações remontarem ao século XVIII. Isto pode ser atribuído à falta de relatos semelhantes em húngaro. O Padre Fáy descreveu detalhadamente a sua viagem marítima de Lisboa até à cidade de São Luís do Maranhão, como também a estrutura e a carácter das povoações, os habitantes, os alimentos típicos, enumerou os animais mais típicos do continente, e os frutos exóticos.

Os traços da actividade missionária do Padre Fáy podem ser observados nas duas cartas de 1755. Os textos originais em latim foram publicados juntamente com a tradução inglesa por Lajos Boglár, etnógrafo húngaro do século passado.⁸ Boglár avaliou os textos sob o ponto de vista etnográfico, István Rákóczi sob o aspecto da imagenética.⁹ O Padre Fáy iniciou o seu trabalho em Tapuitapera, depois foi nomeado sócio-missionário do Padre Szluha na aldeia de São Francisco Xavier do Carará onde os padres evangelizaram os guajajaras e os jaquaraparas. Segundo Lajos Boglár, o Padre Fáy foi o primeiro autor que se referiu aos índios gamellas e amanayés, duas tribos indígenas, que antes disso não tinham nenhum contacto com os portugueses. O Padre Szluha assumiu a função de entrar em contacto com os gamellas, e no fim da sua viagem árdua conseguiu encontrá-los e comunicar com eles.

O Padre João Nepomuceno Szluha nasceu em 1725 numa família de nobreza húngara, entrou na Companhia de Jesus, obteve a sua formação em Buda (Hungria), e depois ensinou nos colégios da sua ordem. Pediu aos seus superiores trabalhos e missões ultramarinos, e no ano de 1753 já estava em Lisboa à espera da partida para o Maranhão junto com os Padres Fáy e Eckart.

As suas 7 cartas de Lisboa e as da sua actividade missionária nunca foram publicadas, e os investigadores da época não as conheceram. Hoje, as cópias dos

⁵ Existe uma tradução portuguesa destas cartas publicada por Paulo Rónai em 1945. Paulo Rónai (trad. e ed.), *As cartas de P. Davi Fáy e a sua biografia. Contribuição para a história das missões Jesuítas no Brasil no século XVIII*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

⁶ Tivadar Ács, “Délamerikai magyar utazók a XVII. és XVIII. században [Viajantes húngaros nos séculos 17 e 18]”, in *A Földgömb*, 1938 (2-4.), pp. 67-74, pp. 113-117, pp. 150-153.

⁷ Tivadar Ács, *Akik elvándoroltak* [Imigrantes húngaros], Budapest, s. n., 1940.

⁸ Veja-se Lajos Boglár, “The Ethnographic Legacy of Eighteenth Century Hungarian Travellers in South America”, in *Acta Ethnographica*, 1952, pp. 313-358.

⁹ István Rákóczi, “A construção da imagem do Brasil na Hungria (séc. XVII-XVIII).” In: *Actas do Congresso Luso-Brasileiro: Memórias e Imaginários*, Edição do Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, vol. I, pp. 27-36.

manuscritos podem ser encontradas no *Arquivo da Ordem dos Frades Menores* em Budapeste.¹⁰ O conteúdo das cinco cartas datadas do período entre 1753 e 1755 é paralelo ao relato feito pelo Padre Fáy. Todos partiram da Hungria para Portugal e seguiram o caminho, juntos, para o Maranhão. A diferença mais ostensiva está na narrativa. A do Padre Szluha é muito mais rica, tendo uma abundância de detalhes.

Já na primeira carta de 12 de Março de 1753, escrevem sobre a língua portuguesa, que estavam a aprender. O Padre Fáy apenas mencionou o facto de já conseguir falar português, o Padre Szluha referiu que aprender português era muito mais difícil do que tinha pensado. Ele observa que o português tem muitas palavras latinas e várias expressões espanholas, francesas e italianas, mas não tem uma gramática exacta, e tem muitas palavras que não têm nada a ver com as línguas em cima referidas. Segundo o padre não vale a pena aprender a língua de ouvido porque os portugueses falam muito depressa e além do mais, falam pelo nariz e não se consegue entender nada. Ele também escreve sobre os hábitos portugueses que são diferentes dos húngaros, quer nas cerimónias eclesiásticas nos feriados, quer nos acontecimentos públicos, como um funeral ou uma execução pública da pena de morte.

A segunda carta de 12 de Setembro de 1753 é muito semelhante à carta do Padre Fáy: ambas relatam a viagem através do Oceano Atlântico em forma de um diário, mas o relato do Padre Szluha parece ser mais detalhado também desta vez. Ele acrescenta que era proibido desenhar o percurso das naves e por isso não preparou nenhum mapa do caminho.

Na sua terceira carta de 1753 relata a sua expedição para encontrar a tribo dos gamellas. O padre caminhou na floresta com os seus 14 acompanhantes e no fim duma caminhada árdua encontrou as cabanas da tribo. O primeiro contacto com os indígenas seguiu as regras habituais: o padre deu-lhes pequenos presentes: anzóis, espelhos, anéis, e guizos e tentou convencer o chefe e os velhos da necessidade de descer da floresta e unir-se à aldeia dos guajajaras.

Numa das suas cartas de 1755 fala livremente sobre as dificuldades financeiras da evangelização. Conta que os 25 índios concedidos aos missionários para prestar serviços eram de facto indivíduos livres e serviam só quando era necessário e assim muitas vezes simplesmente regressavam à floresta. Os missionários usaram a colecção das drogas do sertão para poder comprar os instrumentos necessários. O padre relata que por este motivo os portugueses acusaram os missionários de exercer comércio ilícito e conta também que as autoridades seculares reagiram

¹⁰ Ferences Levéltár [Arquivo da Ordem dos Frades Menores], A budai zárda irattára [Colecção do Convento de Buda], tomo I, pp. 70–99.

a estas acusações e removeram os jesuítas das aldeias e os trocaram por clérigos seculares, provenientes de Portugal.

Na sua última carta da América em 1758 relata a sua viagem imensa desde a cidade de São Luís do Maranhão até ao Rio de Janeiro. A causa do seu deslocamento foi o decreto régio de 1755¹¹ que visava à abolição do poder temporal dos missionários sobre os índios já evangelizados. Em consequência todos os religiosos foram expulsos das missões e nas aldeias introduziram o governo temporal dos seculares. Por isso o Padre Szluha foi nomeado professor de Matemática pelo seu superior no colégio do Rio de Janeiro. Percorreu o seu caminho de cerca de 3 mil quilómetros a cavalo por terra, navegando já perto do litoral, chegando a Pernambuco em 22 de Dezembro, e na sua carta fez um relato detalhado da cidade de Olinda e da fortaleza de Recife. Prosseguindo o seu caminho descreveu também Bahia (hoje Salvador) e o Rio de Janeiro, sempre sublinhando a beleza dos sítios e dos edifícios. O seu relato é importante para os estudos de Hungarística porque na literatura húngara não existem textos sobre esta região e é muito provável que nenhum viajante húngaro antes tivesse estado nestas cidades.

É óbvio que o autor destas cartas não teve a intenção de publicá-las. O seu alvo foi informar os seus superiores, e principalmente o destinatário das cartas, o padre Antal Reviczky, sobre os factos e acontecimentos daquela terra tão distante da Hungria. É evidente que o padre Szluha escrevendo os seus relatos seguiu a fórmula de estilo estabelecido já pelo fundador da Ordem, Inácio de Loyola. Seguiu também a Constituição da Companhia, que tinha ordenado a todos os membros manterem uma correspondência activa entre si.¹² O objectivo desta actividade foi garantir o eficiente funcionamento da organização através da troca de informações oriundas de todas as partes do mundo. O padre Szluha foi um agente desta rede de longa distância¹³ (*long-distance network*) e com as suas cartas forneceu aos membros domésticos da Companhia de Jesus dados úteis e ao mesmo tempo aspectos muito curiosos e interessantes sobre uma terra tão distante.

¹¹ Três peças da legislação real de primeira importância foram editadas em 1755, sobre as condições dos índios no Grão-Pará e Maranhão. O primeiro alvará de 4 de Abril visava abolir a diferente situação legislativa dos mestiços e dos portugueses. A lei de 6 de Junho restituiu aos índios a liberdade das suas pessoas, dos bens e do comércio. O alvará de 7 de Junho aboliu o poder temporal dos religiosos sobre os índios, evangelizados e aldeões, e nas aldeias introduziu o governo dos seculares. Veja-se Jorge Couto, “O poder temporal nas aldeias de índios do Estado de Grão-Pará e Maranhão no período pombalino: foco de conflitos entre os jesuítas e a coroa (1751–1759)”, in Maria Beatriz Nizza da Silva (ed.), *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 63.

¹² A autora usou a tradução húngara da Constituição da Companhia: *Jézus Társaságának Rendalkotmányja*, Budapeste, Jézus Társaságának Magyarországi Rendtartománya, 1997. Constitutio 8, 1, 9 [673].

¹³ Steven J. Harris, “Mapping Jesuit Science: The Role of Travel in the Geography of Knowledge”, in John O’Malley (ed.), *The Jesuits: Cultures, Sciences, and the Arts, 1540–1773*, Toronto, University of Toronto Press, 1999, pp. 212–240.

ZSOMBOR NEMERKÉNYI,
ZSOMBOR BARTOS-ELEKES¹

OS MAPAS DE LÁSZLÓ MAGYAR

Os ensaios húngaros e estrangeiros apresentam opiniões divididas sobre o papel de László Magyar na história da ciência. Analisando a vida de László Magyar, as suas cartas, como também os dados recém-descobertos, podemos concluir que os seus resultados científicos não podem ser ignorados no caso dos descobrimentos portugueses no século XIX. Para isso, é preciso recolher, catalogar e analisar detalhadamente os documentos manuscritos.

Os mapas merecem atenção especial na avaliação dos trabalhos geográficos de László Magyar. Um mapa editado em 1857 – que pode ser encontrado no arquivo da Academia de Ciências da Hungria – mostra o litoral e uma parte do interior de Angola com marcação das tribos indígenas. O mapa manuscrito de 1858, encontrado na Coleção “Cholnoky” de Mapas em Cluj-Napoca, apresenta com alta precisão a rede de rios junto à bacia do Congo e Zaire. Este mapa manuscrito descoberto em 2007 – que antes tinha sido conhecido só através de uma cópia – dá novos detalhes sobre o trabalho de mapeamento de László Magyar e serve para conhecer melhor os métodos utilizados por ele e afirmar a sua precisão de medição.

75

In: *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*.
Org.: CLARA RISO e ISTVÁN RAKÓCZI. Budapeste, 2012.
ELTE Eötvös Kiadó/Talentum 5./, pp. 75–82.

.....
¹ Zsombor NEMERKÉNYI (Budapest, 1976): M.Sc. in Cartography (Eötvös Loránd University, Budapest, 1999); PhD in History of Cartography (Eötvös Loránd University, Budapest, 2008). His main research interests lie in the European colonization of Africa in the 19th century. He has been associate editor by the official magazine of the Hungarian Geographical Society since 2006. He edits maps for scholarly periodicals, books and atlases. Eötvös Loránd University, Budapest (Hungary) ■ zsombor76@gmail.com // Zsombor BARTOS-ELEKES (Tétouan, 1976): GIS-course (University of Utrecht, 1998); M.Sc. in Cartography (Eötvös Loránd University, Budapest, 1999); PhD in History of Cartography and Toponymy (Eötvös Loránd University, Budapest, 2006). Since 2000 he has been teaching cartography and toponymy at Babeş-Bolyai University (Cluj-Napoca) as a lecturer. His edited maps and papers are published by Hungarian and Romanian publishers and periodicals. Babeş-Bolyai University, Cluj-Napoca (Romania) ■ bezsombor@yahoo.com

MAPA MANUSCRITO DE ANO 1857

Em Junho de 1857 László Magyar enviou para János Hunfalvy, por intermédio do governo português, o primeiro relato das suas viagens juntamente com um mapa editado para este relato. Magyar indicou várias rotas intermediárias através das quais a encomenda deveria chegar com sucesso à Academia de Ciências da Hungria. É importante mencionar o facto que Magyar, antes de enviar a encomenda, não tinha tido tempo para fazer uma cópia e assim o governador-geral português emitiu pessoalmente uma carta oficial para confirmar a recepção e a transmissão do pacote. No entanto, László Magyar apenas em Dezembro de 1861 recebeu notícias da entrega e da publicação da sua obra e ao mesmo tempo da sua nomeação académica.

Assim, o seu primeiro mapa manuscrito ficou no arquivo da Academia onde até hoje, pode ser encontrado.² (*Figura 1.*) János Hunfalvy, o patrono mais importante de László Magyar, escreveu um prefácio ao texto, e completou-o com notas e depois publicou-o em 1859.³

Mas não foi este o primeiro trabalho de Magyar enviado para Hungria, e a ser recebido positivamente. Como no caso das cartas e dos relatórios anteriores, Hunfalvy enviou a tradução alemã do livro de Magyar para August Petermann, e através da cooperação dos exilados húngaros em Londres também para a gestão de Royal Geographical Society.

O mapa manuscrito guardado no arquivo da Academia de Ciências da Hungria, em forma de uma edição fac-símile de 1993, está acessível a todos,⁴ e assim pode ser consultado por exemplo na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa.

MAPA MANUSCRITO DE ANO 1858

No dia 5 de Dezembro de 1858 László Magyar foi eleito Membro Correspondente da Academia de Ciências da Hungria. Na ausência dele, János Hunfalvy leu o seu discurso inaugural no dia 10 de Outubro de 1859.⁵ A vida de Magyar foi estudada de várias formas e por várias pessoas e continuando ainda hoje a ser estudada.

.....
² O mapa da África do Sul, entre as latitudes de 8° e 15° e as longitudes de 11° e 19°, feito por László Magyar em 1857, 1:1170 000, 8°30'S – 14°30'S; 10°00'E – 19°00'E.

³ *Magyar László délafrikai utazásai 1849–57 években.* vol. 1 [ed.]: Hunfalvy János (Pest, Eggenberger, 1859), 204.

⁴ *Afrikai királyságok a XIX. század közepén. Magyar László kéziratoss térképe.* Edição Fac-Símile. Budapest, Cartographia Vállalat, 1993.

⁵ Magyar, László, “Rövid tudósítás a Moluva vagy Moropuu és Lobál országokról.” *Akadémiai Értesítő* 11 (1859): pp. 921–941.

Os registos de Magyar, tirados durante os 16 anos passados em África, trouxeram muitas novidades aos círculos científicos do século XIX. A partir dos trabalhos conhecidos podemos considerar que só uma fracção da obra de Magyar foi encontrada nos arquivos e nas bibliotecas. Ainda por cima, o local e a data da criação dos documentos aparecem nas várias listas de origem diferentemente. No que diz respeito aos volumes e mapas desaparecidos, existem várias hipóteses, mas os manuscritos originais e os registos contemporâneos servem como a evidência mais autêntica da sua existência. Uma carta datada, de 9 de Junho de 1863, e dirigida ao Governador de Benguela mostra que Magyar, já em 1857 continuou o trabalho iniciado no volume publicado em húngaro e alemão em 1858, como também começou a elaborar os mapas de acompanhamento. Esta carta apresenta detalhadamente o conteúdo e o território descrito de cada volume. Presumivelmente, estes três volumes contêm os resultados mais importantes de László Magyar.

Além disso, Magyar tem uma correspondência muito rica em discursos científicos com os representantes da comunidade científica da época e com as regências portuguesas dos territórios coloniais. Infelizmente estes discursos são muitas vezes difíceis de interpretar por causa da vaga ordem cronológica das descrições. Sem mapas, as informações espaciais – devido às mudanças frequentes de nome – são difíceis de identificar com os dados dos exploradores da época.

A carta datada, de 16 de Novembro de 1858, e dirigida ao seu maior patrono húngaro, János Hunfalvy, é uma excepção.⁶ No anexo desta carta mandou a descrição dos países Lobal e Maluva (também conhecido como Moropu) e um mapa dos territórios referidos. János Hunfalvy apresentou este trabalho como o discurso inaugural de László Magyar. O mesmo trabalho foi publicado no Boletim Geográfico de August Petermann. A única diferença foi que a publicação alemã partilhou a versão reeditada do mapa em anexo e também um glossário de 200 palavras “moluvas” que pode ser encontrado no manuscrito original.⁷ Esta foi a última publicação com referência directa do mapa manuscrito original, sem qualquer alteração. A partir deste momento durante quase meio século, os diferentes trabalhos referem-se apenas à cópia de Petermann.

Gusztáv Thirring, na sua obra biográfica publicada em 1937 ainda escreve sobre “mapas” em plural, mas sem indicação precisa da fonte.⁸ A utilização do plural “mapas” foi realmente correcta porque as correspondências e os relatórios

⁶ Levél Hunfalvy Jánoshoz. (Lucira, 1858. november 16.) In: *Magyar László élete és tudományos működése. Kritikai adalék a magyar földrajzi kutatások történetéhez. Magyar László kiadatlan írásai-val.* [ed.]: Thirring, Gusztáv (Budapest, Kilián, 1937), pp. 145–149.

⁷ Originalkarte von Ladislaus Magyar' Reisen in Central Afrika 1850, 1851 und 1855. In: *Petermann's Geographische Mittheilungen* (1860), Figura 10.

⁸ Thirring, Gusztáv (ed.): *Magyar László tudományos működése. Kritikai adalék a magyar földrajzi kutatások történetéhez. Magyar László kiadatlan írásai-val.* Budapest, Kilián, 1937.

já mencionados informam sobre edição de vários mapas. Pelo menos dois destes mapas foram enviados para a Hungria por intermédio português. Em 1888, Thirring visitou, no Instituto Justus Perthes em Gotha, *Alexander Supan*, naquela época o editor-chefe do Boletim Geográfico de Petermann e pediu-lhe acesso ao mapa manuscrito de László Magyar. Nesta altura, já não foi possível encontrar o referido mapa no arquivo do instituto.

Em Abril de 2007, na Faculdade de Geografia da Universidade Babeş-Bolyai, em Cluj-Napoca, no legado reencontrado de Jenő Cholnoky foi descoberto um mapa: “*Extracto da imagem da terra da África do Sul, editado em 1858 por László Magyar*” que apresenta novos detalhes na pesquisa. (Figura 2.)

Jenő Cholnoky, entre 1905 e 1919, como chefe de departamento do Instituto de Geografia na Universidade Francisco José em Cluj-Napoca, construiu um arquivo significativo de mapas. Em Novembro de 1919 Cholnoky foi expulso de Cluj-Napoca tendo que deixar para trás a sua colecção significativa a nível nacional. O legado de Cholnoky foi mantido vivo durante mais algumas décadas, e a colecção até mesmo aumentou entre 1940 e 1944, na altura de Gyula Prinz. Os selos encontrados em alguns mapas testemunham este facto. Depois, na década de 50, o legado ficou completamente esquecido. A colecção de Cholnoky permaneceu empoeirada no fundo de um armazém até 2001, quando foi redescoberta. A colecção é tratada e gerida pela Sociedade Geográfica ‘Jenő Cholnoky’ e a catalogação foi concluída em 2008.⁹ Presumivelmente já na época de Cholnoky existia um catálogo detalhado da colecção com milhares de itens. Mas este catálogo original nunca foi encontrado, assim como, muitos atlas individuais, mapas manuscritos e fotografias tiradas em placas de vidro, acabando por ficar escondidos no processo de investigação científica.

Jenő Cholnoky, entre 1905 e 1910, foi Secretário-Geral, e depois entre 1914 e 1915 presidente da Sociedade Geográfica da Hungria. Levou consigo o referido mapa para Cluj-Napoca quando era professor na Universidade Francisco José, mas de onde, em 1919, depois da sua partida rápida e forçada, não o pôde trazer para Budapeste. Se, no departamento, tivesse existido um catálogo do arquivo de mapas, o referido mapa teria que estar assinalado neste catálogo. No canto inferior direito do mapa podemos ver o selo do “Instituto Geográfico da Universidade Francisco José” e em baixo, o número de catálogo C4071 que mostra claramente que o mapa deveria ter chegado à colecção depois de 1905, mas antes de 1919.

A partir de 1914, Jenő Cholnoky foi presidente da Sociedade Geográfica da Hungria e Gusztáv Thirring o vice-presidente. É provável que Cholnoky, como

.....
⁹ Bartos-Elekes, Zsombor: A kolozsvári Cholnoky Jenő Térképtár bemutatása, In: *Erdélyi Gyopár* (2007/3), pp. 16–17. <http://hagyatek.cholnoky.ro/terkeptar/tanulmanyok/> (Janeiro de 2012)

presidente da Sociedade, tentasse enriquecer a coleção do arquivo com vários volumes e não apenas com um único mapa. Esta hipótese parece válida porque Gusztáv Adolf, o primeiro professor do Departamento de Geografia Universal e Comparativa, lançou o arquivo do Instituto Geográfico em 1895, e na primeira década a coleção tinha apenas alguns livros e poucas enciclopédias. Depois da sua partida inesperada, em Dezembro de 1919, Cholnoky foi incapaz de registar detalhadamente os documentos que ficaram em Cluj-Napoca e que ele tinha levado de Budapeste. Assim não é surpreendente que na sua monografia publicada em 1937, o vice-presidente da Sociedade, Gusztáv Thirring, também não tenha conseguido dar informações sobre a localização exacta do mapa.

DOCUMENTOS PERDIDOS

O caminho do mapa manuscrito pode ser acompanhado até hoje só através de suposições, mas o seu reencontro é muito incentivador. É provável que haja vários documentos importantes, escondidos nos arquivos. Após a morte de László Magyar, em 1864, o seu legado não voltou para a Hungria e assim o desaparecimento dos manuscritos referenciados, mas nunca vistos, parecia facilmente aceitável.

Em 1868, quando a Academia não recebeu nenhuma notícia de László Magyar durante anos, pediu informação oficial ao governo português que através das pesquisas dos seus agentes e viajantes deveria informar os húngaros sobre a localização de Magyar. Em seguida, a Academia foi informada que o húngaro tinha morrido no dia 9 de Novembro de 1964. Os húngaros pediram contribuição do governo português para a repatriação do legado. Segundo as informações das autoridades portuguesas de 1873, a caixa com o legado de László Magyar queimou-se.¹⁰ A comunidade científica húngara duvidou das notícias, mas 8 anos depois da morte de Magyar já não podiam agir. Segundo a correspondência muito lenta e ocasional entre 10 de Agosto de 1868 e 3 de Maio de 1870, depois do sumário do legado tinham aparecido credores, mas o montante remanescente nem dava para pagar os créditos. Assim, um inventário completo foi feito do legado e além disso, a caixa com as coisas pessoais ainda não tinha sido destruída. O resultado da pesquisa de Éva Sebestyén contradiz esta notícia. Os documentos de órfãos encontrados no Arquivo do Tribunal de Benguela datam o incêndio pela primeira vez em 1867 e pela segunda em 1868.¹¹ A autora também “*sugere*” que o conteúdo “*da caixa de vários jornais, cartas e documentos*” eram os manuscritos do segundo e do terceiro volumes de László Magyar.

¹⁰ Akadémiai Értesítő. (1872), p. 195.; (1873), p. 39.

¹¹ Sebestyén, Éva, “Levéltári kutatástörténet: Magyar László.” *Africana Hungarica* 2 (1998): pp. 303–327.

Certamente, muitos manuscritos foram realmente destruídos, mas era uma decisão apressada desistir de todos os documentos. A actual análise das fontes e a pesquisa extremamente complexa mostram também que, depois da morte de László Magyar, foram encontrados objectos e documentos que servem como novidades na análise dos seus descobrimentos. Também pode ser que um dia os volumes procurados, juntamente com os mapas em anexo, vão ser encontrados num arquivo português, angolano ou no de qualquer país europeu. Como o exemplo do mapa de 1858 mostra, a localização dos documentos procurados nem sempre pode ser derivada logicamente.

(Tradução: Marianna Katalin Racs)



Figura 1.

JORGE SANTOS ALVES¹

A NOVA EDIÇÃO DA PEREGRINAÇÃO (LISBOA, 2010)

RADIOGRAFIA DE UM PROJECTO

Publicada em Maio de 2010, numa edição conjunta da Fundação Oriente e da Imprensa Nacional – Casa de Moeda, sob o título *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação. Studies, Restored Text, Notes and Indexes* (4 vols.), a nova edição da Peregrinação de Fernão Mendes Pinto pode e deve agora ser objecto de uma tão completa quanto possível revisão crítica, uma “radiografia”, também enquanto projecto de investigação (inteiramente financiado pela Fundação Oriente). Independentemente das recensões críticas já realizadas e de outras que ainda virão, julgamos ser um imperativo para quem dirigiu a edição (e também projecto de investigação) levar a cabo esta radiografia e publicá-la depois da sua apresentação no colóquio internacional Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa, organizado pela Universidade Eötvös Loránd e pelo Centro de História de Além-mar (FCSH da Universidade Nova de Lisboa), em Budapeste, a 18 e 19 de Outubro de 2010.²

PREPARAÇÃO E ESTRUTURA DO PROJECTO / IDEIAS-CHAVE DO PROJECTO

Por acordo entre o coordenador e a Fundação Oriente decidiu-se formar um conselho científico, pequeno e funcional, que pudesse ajudar na tomada de decisão relativamente a aspectos essenciais do projecto. Esse conselho foi constituído por João de Deus Ramos (em representação da Fundação Oriente), Roderich Ptak (Universidade de Munique), George Bryan Souza (Universidade do Texas), Luís Filipe Barreto (Universidade de Lisboa), Rui Loureiro (Universidade Lusófona), Claude Guillot (École de Hautes Études en Sciences Sociales) e Jorge Santos Alves

83

In: *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*.
Org.: CLARA RISO e ISTVÁN RÁKÓCZI. Budapeste, 2012.
ELTE Eötvös Kiadó / Talantum 5./, pp. 83–88.

.....
¹ Instituto de Estudos Orientais/Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa ■ jorgesantosalves@gmail.com // Este texto é antes de tudo uma homenagem do autor a todos aqueles que, de um ou de outro modo, colaboraram neste projecto e na sua edição.

² Agradecemos a István Rákóczi e Carla Alferes Pinto o convite para participar neste colóquio.

(Universidade Católica Portuguesa e coordenador). Por sugestão do coordenador e acordo do conselho científico foram discutidas e aprovadas as principais ideias-chave do projecto. Foram elas:

- Estrutura do Projecto materializada em 4 volumes: Volume I (Estudos sobre Mendes Pinto e a Peregrinação); Volume II (Texto restaurado da Peregrinação); Volume III (Anotações); Volume IV (Índices).
- Estudos e anotação a cargo de uma equipa pluridisciplinar (História, Arqueologia, Sociologia, Antropologia, Etnografia, Linguística, etc.) e plurilinguística no domínio das línguas asiáticas;
- Investimento forte na anotação e na indexação.
- Investimento na fixação do texto da Peregrinação e restauro à imagem da primeira edição de 1614;
- Dar ferramentas de exploração da Peregrinação a todos (público em geral e a especialistas de todas as áreas do conhecimento);
- Aposta na circulação da edição resultante do projecto, consagrando a importância do texto para os Estudos Asiáticos, em especial da Ásia Oriental.
- Recusa de uma tradução da Peregrinação para Inglês (invocando-se más experiências anteriores quer com o texto de Mendes Pinto, quer com outros textos portugueses dos séculos XVI e XVII).
- Uso do Inglês nos estudos sobre Mendes Pinto e a Peregrinação, na anotação e nos índices.
- Logística (Fundação Oriente)

O apoio logístico ao projecto Fernão Mendes Pinto e a Peregrinação coube integralmente à então Direcção dos Serviços de Cultura e Assuntos Sociais da Fundação Oriente, tendo sido gerido desde o início por Isabel Carvalho. Este quadro da Fundação geriu os convites aos colaboradores, o seu pagamento e toda a correspondência trocada com os colaboradores do projecto.

O acompanhamento editorial (recepção e tratamento dos textos dos colaboradores, revisão de textos, as traduções e contactos com a tipografia) foi assegurado sucessivamente, ao longo dos quase 5 anos de duração do projecto por três quadros da Fundação Oriente (sucessivamente Mafalda de Castro, Carla Alferes Pinto e Miguel Conde). As traduções e revisão de textos para Inglês foi da responsabilidade de Richard Trewinnard (entretanto falecido), passando depois para Kevin Rose e Roopanjali Roy.

COLABORADORES

A escolha dos colaboradores do projecto foi uma das tarefas mais críticas, mas simultaneamente mais desafiantes deste projecto.

O conselho científico deliberou acerca do perfil dos colaboradores, em especial dos anotadores da Peregrinação: deveriam ser especialistas em Estudos Asiáticos, de larga cobertura disciplinar, com obra publicada, espírito de equipa e comprovada fiabilidade no cumprimento de prazos. Os autores de artigos para o volume I seriam 18 e os anotadores (volume III) seriam 19. Para além destes, definiu-se um núcleo duro de colaboradores, aos quais foi entregue o restauro do texto da Peregrinação, de acordo com a primeira edição de 1614, os índices e a pesquisa de arquivo (destinada a identificar e biografar na medida do possível os nomes portugueses referidos na obra de Mendes Pinto, em especial os “ilustres desconhecidos”). As tarefas foram distribuídas do seguinte modo: restauro do texto – Elisa Lopes da Costa; índices – Zoltán Biedermann; pesquisa de arquivo – Pedro Pinto.

CRONOGRAMA

De acordo com a Fundação Oriente, definiu-se que o projecto de investigação, denominado Fernão Mendes Pinto e a Peregrinação, decorreria entre Outubro de 2005 e Dezembro de 2009. Em função destas baias cronológicas, acordou-se numa muito rigorosa definição dos prazos de cada fase do projecto e na exigência de extrema fiabilidade dos futuros colaboradores do projecto no cumprimento dos prazos. Até porque se antevia um grande número de colaboradores (cerca de 40), portugueses e maioritariamente estrangeiros. À partida foram consideradas 6 fases estruturantes com a seguinte projecção no cronograma:

- Colóquio Internacional no Convento da Arrábida (Outubro 2005);
- Anotação da Peregrinação (2006–2008);
- Restauro do texto da Peregrinação e indexação (2006–2008);
- Revisão final do manuscrito pelo coordenador e pelo responsável editorial da Fundação Oriente (Janeiro – Junho 2009);
- Entrega do manuscrito na tipografia (Julho 2009);
- Lançamento da edição (1º trimestre 2010).

Todos os prazos foram genericamente cumpridos (marginalmente, o texto de um dos colaboradores foi entregue ao coordenador com vários meses de atraso), com excepção das duas últimas fases, que sofreram ligeiros atrasos. Estes atrasos foram basicamente motivados por razões operacionais, que tiveram a ver com a mobilização da Fundação Oriente para a abertura do Museu do Oriente

(Maio 2008), a mudança do responsável pela gestão editorial da Fundação Oriente e a negociação da parceria editorial desta instituição com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Não obstante o peso destas condicionantes, o manuscrito seguiu para tipografia nos primeiros meses de 2010.

DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO – REDE INTERNACIONAL E DIÁLOGO CIENTÍFICO

No desenvolvimento do projecto, que mediou entre 2005 e 2009, existiu naturalmente um conjunto de dificuldades, algumas inesperadas (por exemplo, dois dos anotadores inicialmente convidados terem pedido escusa e haver necessidade de encontrar alternativas no panorama académico internacional) mas que não questionaram dois aspectos centrais. Que eram vitais para o sucesso do projecto. Falamos da criação de uma rede académica internacional em torno de Mendes Pinto, da sua obra e da sua importância para os Estudos Asiáticos (sem questionar a sua importância também para a história da presença portuguesa na Ásia) e de uma plataforma de diálogo científico entre os colaboradores (co-autorias de anotação, trocas de informação documental, bibliográfica, cruzamento de olhares críticos e problemáticos) mas que se foi estendendo a outros agentes e instituições académicas internacionais.

Foi graças a essa rede e esse diálogo, que potenciou e facilitou a comunicação entre o coordenador e os colaboradores do projecto, que foi possível cumprir as linhas definidoras daquela que foi a verdadeira pedra de toque deste trabalho: a anotação dos 226 capítulos da Peregrinação. Relativamente à anotação foi proposta uma grelha de objectos formada por 22 áreas temáticas/problemáticas. A saber: acontecimentos políticos relevantes (batalhas, mudanças dinásticas, etc.); acontecimentos religiosos relevantes (festivais, cultos, funerais, casamentos, etc.); alimentação; armamento; divindades e crenças; exotismos; fenómenos naturais relevantes; grupos étnicos; grupos sociais; jogos; lendas; moedas; nomes geográficos (estados, cidades, rios, montanhas, etc.); nomes próprios; pesos e medidas; produtos comerciais (com ênfase nos produtos raros); referências literárias ou de outro tipo de fonte informativa; títulos oficiais; vocabulário asiático ou luso-asiático; vocabulário botânico; vocabulário náutico; vocabulário zoológico.

A anotação destes objectos seguiu formalmente a folha de estilo do Chicago Manual of Style, pautando-se por um modelo de redacção claro, sucinto e informado pela mais actualizada bibliografia, tanto em línguas ocidentais como asiáticas. Por fim, os colaboradores teriam que aceitar como uma inevitabilidade, porventura benéfica para o resultado final, que a anotação da Peregrinação seria, para usar as palavras de um dos colaboradores, um *work in progress*.

RESULTADOS DO PROJECTO – A EDIÇÃO

Desde 21 de Outubro de 2005, no Convento da Arrábida, que no nosso espírito e nos de João de Deus Ramos, Claude Guillot, George Bryan Souza e Roderich Ptak ficara gravado que o resultado final do projecto Fernão Mendes Pinto e a Peregrinação ganharia corpo em livro. Assim aconteceu, graças à Fundação Oriente (mais tarde também à Imprensa Nacional – Casa da Moeda). A chamada “série” Mendes Pinto originou quatro volumes, assim repartidos:

O volume I – *Studies on Mendes Pinto and the Peregrinação* divide-se em quatro secções num total de 15 artigos. Foram vários os objectivos relativamente a este volume, mas o essencial era procurar um novo discurso historiográfico sobre Mendes Pinto e a Peregrinação e reaproximar Mendes Pinto e sua obra dos historiadores (da presença portuguesa na Ásia, mas sobretudo dos Estudos Asiáticos). Tudo sem ligar Pinto ao polígrafo, percebendo que a Peregrinação é a compilação do património informativo e vivencial português, luso-asiático e mesmo asiático sobre boa parte da Ásia marítima e alguma terrestre, em meados do século XVI. Eis as secções e os autores de textos:

- *The Networks of Mendes Pinto*: Zoltán Biedermann & Andreia Carvalho, Luís Filipe Barreto e Jorge S. Alves
- *Visions of Asia in the Peregrinação*: George Bryan Souza, Jacques Leider, Roderich Ptak, Claude Guillot, Charles Wheeler
- *Mendes Pinto’s Intertextualities*: Rui Loureiro, Marília Santos Lopes, Francisco Roque de Oliveira
- *Asian Vocabulary in the Peregrinação*: Ludvik Kalus, Claude Guillot, Jin Guoping, Ana Fernandes Pinto & Hino Hiroshi e Luís Filipe Thomaz.

O volume II é composto pelo texto da Peregrinação conforme a edição princeps de 1614. Trabalho de paciência e rigor levado a cabo por Elisa Lopes da Costa, que permitiu recolocar no texto algumas centenas de palavras e mesmo, num caso, um período inteiro, em falta na maioria da edições modernas, mais usadas e reputadas como fiéis ao original. Naturalmente, também este trabalho esteve sujeito (como veremos abaixo na alínea 4 deste artigo) à implacável ditadura das gralhas e dos erros.

O volume III contém a anotação da Peregrinação. Foram anotadores, por ordem de entrada em cena no fio dos capítulos da obra: Susana Munch-Miranda, Dejanirah Couto, Geneviève Bouchon, Daniel Perret, Jorge Santos Alves, Anthony Reid, Charles Wheeler, Claudine Salmon, Jing Guoping, Manel Ollé, Françoise Aubin, Jurgis Elisonas, Angela Schottenhammer, Jacques Leider, Volker Grabowsky, Claude Guillot, Maria da Conceição Flores & Kennon Breazeale e Rui Loureiro.

O leitor encontra no início de cada capítulo anotado a correspondência das páginas desse capítulo no volume 2 da série, o que contém o texto da Peregrinação.

O volume IV é de índices. Trabalho notável da responsabilidade de Zoltán Biedermann. Todos os índices são remissivos e além de um índice onomástico e toponímico, encontram-se 14 índices temáticos. Incluem-se índices relativos a Animais, Plantas e Natureza, Clima, Navegação, Navios, Comércio, Mercadorias e Economia, Alimentos, Moedas, Medidas, Pesos, Comunicações e Diplomacia, Grupos Étnicos e Sociais, Guerra e Armamento, Governo, Fiscalidade e Justiça, Arte, Arquitectura, Artesanato, Vida Social e Práticas Culturais, Género, Religião e Instituições Religiosas.

UMA PRIMEIRA LEITURA CRÍTICA

O 19 de Maio de 2010, dia da apresentação pública da edição em Lisboa, não significou o fecho do projecto Fernão Mendes Pinto e a Peregrinação. Bem pelo contrário. Desde esse dia, entrou numa nova fase. Uma fase em que está exposto aos leitores, a todos os tipos de leitores, do grande público aos especialistas, às suas críticas e sugestões, e à crítica interna do coordenador e de todos os que com ele colaboraram. Afinal, este pequeno artigo ou radiografia é já uma primeira avaliação crítica de um projecto, nas suas várias fases. Aqui ficam alguns pontos dessa leitura crítica que mal acaba de começar:

- A miragem da “perfeição” no restauro do texto da Peregrinação confirma-se que era isso mesmo, uma miragem. Algumas gralhas e incorrecções existem no texto restaurado (três delas foram já assinaladas numa das recensões publicadas).
- A discussão da viabilidade/possibilidade de uma tradução integral para Inglês do texto da Peregrinação;
- O uso exclusivo do Inglês nos estudos, anotação e indexação da obra;
- Os critérios de escolha dos objectos de anotação (mais e/ou outros?);
- A articulação entre a análise e o discurso historiográficos e literários sobre a Peregrinação;
- O jogo de complementaridade/oposição entre o estudo da presença histórica portuguesa na Ásia e os Estudos Asiáticos, na análise e anotação da Peregrinação.

EM BUSCA DAS FONTES DA PEREGRINAÇÃO DE FERNÃO MENDES PINTO

Qualquer leitor que tenha abordado, mesmo que superficialmente, a *Peregrinação* ter-se-á decerto interrogado sobre as fontes utilizadas por Fernão Mendes Pinto na respectiva composição, já que é por demais evidente que um tal empreendimento textual não poderia concretizar-se sem o recurso a um conjunto alargado materiais textuais e cartográficos. Contudo, alguns inquéritos preliminares revelaram a extrema complexidade da tarefa de identificar essas fontes.² Mendes Pinto continua a trocar as voltas à generalidade dos seus leitores e dos seus comentadores há mais de quatro séculos, pois a demanda das fontes compulsadas pelo celebrado viajante assemelha-se sobremaneira a uma missão verdadeiramente impossível. Mas, de qualquer forma, algumas considerações se poderão alinhar a respeito desta matéria, mesmo que estejamos perante questões de impossível resolução no actual estado dos nossos conhecimentos sobre o mundo cultural em que Mendes Pinto viveu.³ E em primeiro lugar valerá a pena olhar para o pouco que sabemos do seu percurso biográfico. O embarque para a Índia, que marcou o início de uma longa e movimentada carreira ultramarina, ocorreu

.....
¹ Centro de História de Além-Mar, Lisboa ■ rmloureiro@netvisao.pt

² Em anteriores escritos, debrucei-me com especial atenção sobre a secção chinesa da *Peregrinação*, que ocupa mais de um terço do volume total de páginas: ver Rui Manuel Loureiro, “Possibilidades e limitações na interpretação da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, *Studia Romanica et Anglica Zagrabiensia* (Zagreb), vols. 29-30, 1984-1985, pp. 229-250; Rui Manuel Loureiro, “Um continente inexplorado: a ‘Peregrinação’”, *Jornal de Letras* (Lisboa), n. 157, Julho 1985, pp. 12-13; Rui Manuel Loureiro, “Mentira e experiência na *Peregrinação*”, *Jornal de Letras* (Lisboa), n. 167, Setembro 1985, p. 5; Ver também Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China – Colectânea de Estudos Dispersos* (Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau, 2009), pp. 151-197.

³ Alguma da imensa bibliografia existente sobre a *Peregrinação* aborda a questão das fontes. Ver sobretudo Georges Le Gentil, *Fernão Mendes Pinto: Un Précurseur de l’Exotisme au XVI^e Siècle* (Paris: Hermann & Cie., 1947), pp. 31-237; e também Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins – Portugal e a China no Século XVI* (Lisboa: Fundação Oriente, 2000), pp. 647-673, onde se citam os estudos fundamentais. Mais recentemente, ver Francisco Roque de Oliveira, “Viagem ao Trono do Mundo – Inquérito sobre as fontes escritas e cartográficas da pretensa peregrinação de Fernão Mendes Pinto através da China em 1542-1544”, *Revista Portuguesa de Estudos Chineses – Zhongguo Yanjiu* (Lisboa & Porto), vol. 1, n. 2, 2007, pp. 225-264.

em 1537, quando Fernão Mendes teria já mais de 20 anos. Não há notícia de que antes desta data tenha desenvolvido quaisquer estudos de natureza académica; e nas décadas seguintes, seguramente, não teria tido grandes oportunidades de obter qualquer tipo de formação escolar consistente. Contudo, ao longo do acidentado percurso que em 1554 o conduziu aos braços abertos do padre Melchior Nunes Barreto em Goa, algumas competências teria adquirido para poder ser admitido sem grandes preliminares nas fileiras da exigente Companhia de Jesus. Assim, podemos concluir com alguma segurança que Mendes Pinto seria sobretudo um autodidacta, que foi forjando uma cultura pessoal relativamente alargada ao sabor da sua movimentada carreira.

Entretanto, como qualquer autodidacta que se preza, nunca teria interrompido a sua improvisada educação, e é muito provável que depois do regresso a Portugal, em 1558, se tenha começado a dedicar à leitura e à análise dos tratados históricos e das relações geográficas que alguns dos seus contemporâneos vinham publicando sobre o mundo oriental. Ocorre de imediato um paralelo com Cristóvão Colombo, que nos anos que se seguiram a 1492, depois da sua viagem inaugural às Antilhas, teve a preocupação de dar alguma consistência livresca ao seu *projecto asiático*, através do recurso a um circunscrito conjunto de leituras que hoje estão bem identificadas.⁴ Mendes Pinto só teria sentido necessidade de obter (in) formação livresca depois de decidir lançar-se à escrita da sua própria relação de viagens, o que ocorreu quase certamente nos primeiros anos da década de 1560. Ao menos assim o dá a entender uma carta do jesuíta Cipriano Soares, que em 1569 afirmava que Fernão Mendes já tinha “escrito um comentário das coisas que viu em diversos reinos de que a gente comum tem grande expectativa”.⁵ E tal tarefa, atendendo às inusitadas dimensões da obra em questão, teria ocupado muito mais do que um par de anos. É importante sublinhar que entre a chegada de Mendes Pinto a Lisboa e a data do seu desaparecimento decorrem 25 anos. O texto da *Peregrinação*, muito provavelmente, foi sendo construído ao longo de um quarto de século, beneficiando de um *tempo longo* de redacção, que possibilitaria não só uma crescente elaboração estilística, como também uma mais profunda fundamentação documental. Até 1583, data da sua morte, o celebrado viajante teria amplas oportunidades para rever e para rescrever o seu prolixo *livro de memórias*, à luz de informações orais, de manuscritos e de impressos a que ia tendo acesso.

⁴ Sobre as leituras de Colombo, ver o estudo fundamental de Juan Gil, *Mitos y utopías del Descubrimiento* – 3 vols. (Madrid: Alianza, 1989), vol. 1, *passim*; e uma síntese de problemas em Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China*, pp. 11–33.

⁵ *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, ed. Rebecca Catz & Francis M. Rogers (Lisboa: Editorial Presença, 1983), p. 110.

Convém ter presente que antes de 1550, com uma ou outra exceção de relevo, os prelos nacionais mantiveram-se absolutamente silenciosos a respeito das actividades que os portugueses estavam a desenvolver desde os últimos anos do século XV nas terras e nos mares que se estendiam para leste do Cabo da Boa Esperança. Nada de especial haveria a ler a respeito de assuntos orientais, para quem não frequentasse os círculos muito restritos que em Portugal, em torno da Coroa, se ocupavam dos empreendimentos ultramarinos. Dobrada a metade de Quinhentos, contudo, sucessivos volumes dedicados a temas orientais começaram a brotar das oficinas tipográficas de Lisboa, de Coimbra e de Évora, num imparável movimento de difusão noticiosa,⁶ que não poderia ter escapado à atenção de um homem tão perspicaz e tão curioso como Mendes Pinto. E não choca pensar que o aventureiro viajante teria decidido registar por escrito as suas vivências apenas depois de verificar nas livrarias lisboetas os títulos disponíveis sobre o mundo oriental.

Outra questão a ter presente numa demanda das fontes eventualmente utilizadas na composição da *Peregrinação* liga-se ao desconhecido percurso seguido pelo manuscrito, desde a morte do respectivo autor, em 1583, até à primeira edição da obra, em 1614, nas oficinas lisboetas de Pedro Craesbeck. O original que teria sido entregue à Casa Pia das Penitentes de Lisboa pelas filhas do autor passou depois por muitas mãos, nomeadamente pelas do cronista-mor português Francisco de Andrade, pelas do historiador jesuíta João de Lucena e pelas do polígrafo espanhol Francisco de Herrera Maldonado, para não falar de censores, de revisores e de tipógrafos que tiveram de manusear os fólhos manuscritos no caminho para a impressão. Qualquer um deles poderia ter manipulado o grosso manuscrito, acrescentando, cortando, emendando ou reordenando o texto original. Perante a total impossibilidade de poder comprovar eventuais manipulações, à falta de um qualquer manuscrito, deverá assumir-se que a versão final que chegou até à fase da impressão se deve maioritariamente a Fernão Mendes Pinto.

Esta versão final, impressa em Lisboa em 1614, apresenta-se como uma empresa verdadeiramente monumental, composta por 226 capítulos, que se estendem por 303 fólhos, com um longuíssimo título que também não sabemos se é da responsabilidade do respectivo autor. Mendes Pinto propõe-se dar “conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouuio”. Ou seja, anuncia desde logo aos seus leitores que estão perante uma compilação de notícias em primeira-mão, quer vividas pelo próprio autor, quer recolhidas por este junto de outros testemunhos

⁶ Uma visão genérica do material impresso no século XVI sobre questões orientais, e eventualmente disponível na época em Portugal, poderá ser obtida em Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe - Vol. 1: The Century of Discovery - 2 tms.* (Chicago: University of Chicago Press, 1965), pp. 148-228; e em José Manuel Garcia, *Ao Encontro os Descobrimentos: Temas de História da Expansão* (Lisboa: Editorial Presença, 1994), pp. 195-216.

fidedignos. Esta asserção é complementada logo de seguida por uma outra, onde afirma que pretende também dar “conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a ele como a outras muytas pessoas”. Aí estão, logo na abertura da *Peregrinação*, anunciadas as principais fontes a que Fernão Mendes terá recorrido: as suas experiências pessoais, bem como as de muitos dos seus companheiros de peregrinação, em “muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhúa noticia”.⁷ Repare-se, de passagem, que a acção é desde logo deslocada para regiões orientais pouco ou nada conhecidas na Europa, como sejam a China, a Tartária, o Sião, o Pegú, Martavão ou o enigmático *Calaminhão*.

Eis-nos perante um dos paradoxos colocados pela *Peregrinação* ao perplexo analista: o texto mendes pinteano resulta declaradamente de acumuladas experiências, vividas pelo *pobre de mim* e por tantos outros peregrinos portugueses; mas essas vivências decorrem em cenários ou em contextos sobre os quais pouco ou nada se pode apurar na documentação portuguesa coetânea, produzida maioritariamente nos âmbitos do Estado da Índia ou do Padroado Português do Oriente. Em muitas ocasiões é necessário aceitar a versão de Fernão Mendes sem outros comprovativos, já que os episódios por ele relatados não se encontram documentados nas fontes portuguesas da época. Parece tratar-se, aliás, de uma estratégia deliberada, pois a dado passo da sua obra o nosso homem escreve que não quer “gastar o tempo em escrever o que sey que outros já escreverão”.⁸ As luzes da *Peregrinação*, dir-se-ia que propositadamente, incidem as mais das vezes sobre o chamado *império-sombra*,⁹ vasta constelação de personagens, de comunidades e de interesses luso-asiáticos, que se espalhava sobretudo pelas regiões mais orientais da Ásia marítima, que escapavam ao controlo ou à monitorização dos funcionários civis ou religiosos dependentes da Coroa lusitana.

Apenas duas secções da *Peregrinação* fogem a esta lógica descentralizadora. Por um lado, os capítulos iniciais, que relatam andanças de Mendes Pinto na parte ocidental do Índico, bem conhecida e bem frequentada pelos observadores portugueses da primeira metade do século XVI. Por outro lado, os capítulos finais, que tratam de assuntos relacionados com a Companhia de Jesus, os quais são amplamente documentados por fontes de origem jesuíta. Mas mesmo nestas secções Fernão Mendes invoca repetidamente a sua condição de testemunha presencial. A componente vivencial da *Peregrinação*, de facto, é dominante, pois muito embora os cenários sejam quase sempre exóticos, muito dos eventos narrados pareçam

⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. Adolfo Casais Monteiro (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988), p. 11 (frontispício da 1ª edição).

⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 216, p. 686.

⁹ A noção de *império-sombra* é devidamente explanada em Sanjay Subrahmanyam, *The Portuguese Empire in Asia 1500–1700 – A Political and Economic History* (Londres: Longman, 1993), pp. 249–269.

inacreditáveis, a ordenação cronológica seja por demais confusa, existe consenso entre os investigadores: “Fernão Mendes Pinto viveu, realmente, muito daquilo que conta”.¹⁰ Uma única passagem, seleccionada entre tantas e tantas outras, dará bem a medida da experiência vivencial que enforma a *Peregrinação*: “Ao outro dia seguinte pela menham nos partimos deste ilheo de Fingau, & corremos a costa do mar Oceano em distancia de vinte & seis legoas, até abocar o estreito de Minhagaruu, por onde tinhamos entrado, & passados â contra costa destoutro mar mediterraneo, seguimos nossa derrota ao longo della até junto de Pullo Bugay, donde atrauessamos a terra firme, & aferrando o porto de Iunçalão, corremos com ventos bonanças dous dias & meio, e fomos surgir no rio de Parlès do reyno de Quedà, no qual estiuemos cinco dias surtos, por nos não seruir o vento”.¹¹

Entretanto, a natureza sistematicamente autobiográfica do discurso adoptado pelo celebrado viajante deverá ser posta em suspenso em variadíssimas instâncias, pois é possível detectar nas páginas do seu livro de memórias segmentos narrativos pedidos de empréstimo a informadores orais. Por um lado, muitos episódios aparentemente inverosímeis da *Peregrinação* deixam de o ser se lhes retirarmos a primeira pessoa do singular e atribuirmos a Mendes Pinto a função de mero compilador de histórias alheias, relatadas por homens como Fernão Gil Porcalho,¹² Vasco Calvo,¹³ Lançarote Guerreiro,¹⁴ Paulo de Seixas,¹⁵ Domingos de Seixas,¹⁶ Diogo Soares de Melo¹⁷ ou Jorge Álvares.¹⁸ Por outro lado, entram frequentemente em cena personagens orientais, umas vezes anónimos, outras vezes bem identificados, que fornecem amplas porções de matéria narrativa. Em alguns casos, trata-se de descrições geográficas, como as que são obtidas junto ao Cabo Varela sobre a topografia e a hidrografia do interior do Champá;¹⁹ ou as que se recolhem em Ainão a respeito da configuração desta grande ilha chinesa.²⁰ Outras vezes, trata-se de relatos histórico-etnográficos, como aqueles que são fornecidos por diversos informadores chineses a respeito do Celeste Império;²¹ ou os que são recolhidos de um eremita no interior do Pegú, a quem os portugueses

¹⁰ Aníbal Pinto de Castro, “Introdução”, in Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, ed. [M. Lopes de Almeida &] Aníbal Pinto de Castro (Porto: Lello & Irmão, 1984), p. xxxi.

¹¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 19, p. 55.

¹² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 33.

¹³ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 116.

¹⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 144.

¹⁵ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 149.

¹⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 183.

¹⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 185.

¹⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 200.

¹⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 41.

²⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 44–45.

²¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 90.

interrogam demoradamente.²² Noutros casos ainda, trata-se de histórias exemplares, como a daquele arménio chamado Tomé Mustangue, capturado pelos turcos no Mar Vermelho e mais tarde encontrado pelos portugueses no Golfo de Tonquim;²³ ou como o episódio de Inês de Leiria, filha de Tomé Pires que alegadamente teria sido contactada em *Sampitay*, no interior da China.²⁴ Mas um empreendimento textual tão vasto e tão complexo como a *Peregrinação* não poderia alimentar-se apenas das lembranças do seu autor, mesmo que ele tivesse, como escrevia o padre Cipriano Soares, “uma memória felicíssima”.²⁵

Por outras palavras, a “rude & tosca escritura” que Mendes Pinto pretende deixar “por erança” aos seus filhos²⁶ – que na realidade eram filhas – assenta também em outro tipo de suportes, que não as memórias de experiências próprias e alheias passadas ao papel. Embora de uma forma sempre discreta, é possível encontrar ao longo da *Peregrinação* múltiplas referências a fontes textuais europeias e asiáticas consultadas ou utilizadas pelo autor, algumas das quais são transcritas mais ou menos literalmente. De qualquer forma, quase nunca essas fontes são identificadas, limitando-se o autor a meras alusões dirigidas aos mais letrados dos seus leitores. Prática, de resto, pouco consentânea com a falta de cultura livresca que alega em mais de uma ocasião. Vejamos alguns exemplos ilustrativos de fontes europeias, sem excessivas preocupações de sistematização.

Durante as deambulações iniciais pelo Índico ocidental, surgem menções ao cerco posto à fortaleza portuguesa de Diu em 1538, matéria que Mendes Pinto se escusa a desenvolver, alegando que “as histórias que tratão da governança de Nuno da Cunha” a ela se referem “largamente”. Trata-se de uma alusão clara à *Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses*,²⁷ publicada em Coimbra, em sucessivos livros, entre 1551 e 1561. A mesma crónica, da autoria de Fernão Lopes de Castanheda, é citada noutra passagem, a propósito da morte de D. Lourenço de Almeida, de quem “as historias do descobrimento da India fazem larga menção”.²⁸ E talvez se refira também a Lopes de Castanheda a menção ao almirante “Laque Xemená”, de quem “as historias da India fazem muytas vezes

²² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 170.

²³ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 43.

²⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 91. Sobre este episódio, ver Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China*, pp. 75–93.

²⁵ *Cartas de Fernão Mendes Pinto*, p. 110.

²⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 1, p. 13.

²⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 4, p. 20. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ed. M. Lopes de Almeida – 2 vols. (Porto: Lello & Irmão, 1979), *passim*.

²⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 20, p. 59. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do descobrimento*, liv. 2, caps. 80–81.

menção”.²⁹ Para além deste, outros escritores quinhentistas de temas ultramarinos são convocados para as páginas da *Peregrinação*, sempre de forma implícita ou não explícita.

A sombra de João de Barros – e das suas três primeiras *Décadas da Ásia*, impressas em Lisboa entre 1552 e 1563 – paira sobre diversas secções da *Peregrinação*, embora o grande cronista português nunca seja explicitamente referido, talvez porque tratara sobretudo de eventos ocorridos até cerca de 1539. A ele se refere provavelmente Fernão Mendes Pinto, depois de utilizar a *Década Terceira* na descrição que faz da China, quando decide relatar “a origem & fundamento” do império chinês, “ja que os escritores antigos atègora não derão nenhúa razão disto”.³⁰ João de Barros é também a fonte onde o nosso autor recolhe alguns dados sobre a embaixada de Tomé Pires a Pequim,³¹ para depois acrescentar que a versão dos factos que alegadamente recolhera do próprio Vasco Calvo “não se conforma muyto co que os nossos Chronistas escreuem”.³² Além do mais, a *Década Terceira* parece ter servido também de base para a descrição de alguns eventos ocorridos no Sião,³³ pois Mendes Pinto invoca como informador um tal Domingos de Seixas, “que estaua catiuo em Sião auia vinte & tres annos”.³⁴ João de Barros afirma que este “homem de boa linhagem”, que também foi seu informador, esteve efectivamente prisioneiro do monarca siamês durante vinte e cinco anos.³⁵

Outro tratadista utilizado por Mendes Pinto mas não citado de forma explícita é Afonso Brás de Albuquerque, que em 1557 publicou em Lisboa os *Commentarios de Afonso Dalboquerque*. Assim, à passagem por *Nouday*, um grupo de portugueses testemunha que um mandarim dessa cidade chinesa trazia “húas couraças de veludo roxo de crauação dourada do tempo antigo, as quais despois” apuraram que haviam pertencido a “um Tomè Pirez”.³⁶ De entre as crónicas portuguesas quinhentistas, apenas a 2ª edição emendada e alargada da obra do filho de Afonso de Albuquerque, impressa também em Lisboa em 1576, relata este pormenor.³⁷ Na vila de *Junquileu*, em pleno território chinês, Mendes Pinto e os seus companheiros visitam o túmulo de “Trannocem Mudeliar”, embaixador enviado a Pequim

²⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 32, p. 89.

³⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 92, p. 258.

³¹ Cf. João de Barros, *Da Ásia*, ed. Nicolau Pagliarini – 8 vols (Lisboa: Livraria Sam Carlos, 1973), déc. 3, liv. 6, caps. 1–2, e liv. 8, cap. 5.

³² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 116, p. 337.

³³ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 181–188.

³⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 183, p. 562.

³⁵ João de Barros, *Da Ásia*, déc. 3, liv. 2, cap. 5, p. 160.

³⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 65, p. 184.

³⁷ Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque*, ed. Joaquim Veríssimo Serão – 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973), pt. 3, cap. 30. Ver Rui Manuel Loureiro, *Fidalgos, Missionários e Mandarins*, pp. 590–596.

pelo sultão que governava Malaca à época da conquista daquela cidade pelos portugueses. Todo o episódio se baseia novamente na 2ª edição dos *Commentarios* de Brás de Albuquerque, lembrando o autor da *Peregrinação* que as “particularidades” desta história “estão escritas num liuro impresso que disso se fez”.³⁸

A descrição da China, como foi já sugerido, ocupa um lugar verdadeiramente central na economia textual da *Peregrinação*. Em primeiro lugar, pela importância do espaço que lhe é dedicada no corpo da obra; depois, pela significativa quantidade, e qualidade, das informações que integra sobre as mais variadas facetas da realidade chinesa; finalmente, pela forma altamente elogiosa como o mundo chinês é apresentado aos leitores. Mendes Pinto conhecia bem o litoral do Celeste Império, por onde deambulou durante largos anos. Mas, para além da sua experiência pessoal do mundo sínico, pôde recorrer a um conjunto importante de materiais portugueses escritos, que incluía não só diversas cartas e relações de portugueses que haviam estado cativos em território chinês, mas sobretudo o celebrado *Tratado das cousas da China* de frei Gaspar da Cruz, impresso em Évora em 1570. É até provável que Mendes Pinto se tivesse encontrado com alguns antigos prisioneiros portugueses e com o missionário dominicano, já que todos frequentaram as regiões limítrofes do Mar do Sul da China em épocas mais ou menos coincidentes. Indícios da utilização da obra de frei Gaspar abundam na *Peregrinação*, como em outro lugar foi demonstrado,³⁹ muito embora o *Tratado* nunca seja directamente mencionado.

Outras vezes, surge a suspeita de Fernão Mendes ter recorrido a determinadas fontes que se recusa a mencionar. Tal é o caso, por exemplo, da controversa viagem à Etiópia, onde se teria encontrado com a mãe do Preste João.⁴⁰ Na realidade, para se informar sobre assuntos abissínios, o autor da *Peregrinação* terá recorrido não só à *Verdadera informaçam das terras do Preste Ioam*, da autoria do padre Francisco Álvares e publicada em Lisboa em 1540, como também à *Relação da embaixada* atribuída ao pseudo-patriarca João Bermudes, que foi impressa em Lisboa em 1565. Os paralelos textuais entre estas duas obras e o livro de memórias de Mendes Pinto são evidentes.

Outro curioso caso de intertextualidade não assumida surge quando o nosso autor, na descrição do arquipélago dos Léquiios, assume um raro momento de erudição, declarando: “segundo o que temos visto & lido, assi em Ptolomeu como nos mais que escreuerão da geografia, nenhum destes ouue que passasse do reyno de Sião & da ilha Çamatra”.⁴¹ A menção ao geógrafo alexandrino talvez

³⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 90, p. 253. Cf. Afonso Brás de Albuquerque, *Comentários*, pt. 3, cap. 30.

³⁹ Ver Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China*, pp. 113–128 e 151–180.

⁴⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 4.

⁴¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 143, p. 424.

seja inócua, não denotando qualquer leitura específica, mas a referência a outros relatores europeus aplica-se perfeitamente ao bolonhês Ludovico di Varthema, que em 1510 publicou em Roma um *Itinerario* das viagens asiáticas que o haviam conduzido precisamente até à ilha samatrense e ao reino siamês.⁴² A obra conheceu larga circulação, sendo inclusive mencionada por outros escritores portugueses quinhentistas com experiência ultramarina, como Garcia de Orta e Diogo do Couto,⁴³ que a consultaram na versão publicada em 1550 em Veneza por Giovanni Battista Ramusio no primeiro volume das suas *Navigazioni et Viaggi*.⁴⁴ O autor da *Peregrinação* poderia perfeitamente ter recorrido a esta última edição, que estava disponível em Lisboa no seu tempo. Entretanto, contrapondo aos autores mais antigos os avanços provocados pelos portugueses no conhecimento geográfico da Ásia, Mendes Pinto relembra que estes “passarão hum pouco mais adiante, & tratarão ja dos Selebes, Papuaas, Mindanaos, Champaas, China, & Iapão, mas não ainda dos Lequios”,⁴⁵ no que parece uma alusão clara ao *Tratado dos Descobrimientos* de António Galvão, publicado em Lisboa em 1563, o qual, na realidade, menciona todas as regiões geográficas citadas, para além de se referir a Ptolomeu.⁴⁶

A descrição que a *Peregrinação* apresenta dos Léquios, muito inovadora, como o próprio autor reclama, faz referência a uns “requerimentos” feitos por Ruy Lopez de Villalobos ao capitão português de Ternate, e que Mendes Pinto teria visto “em Maluco”. Esta passagem é bastante suspeita, pois não há notícia do nosso viajante ter em algum momento da sua agitada carreira escalado o arquipélago de Maluco. Porém, conhecem-se vários documentos respeitantes à jornada realizada em 1542–1543 pelo “general dos Castelhanos”⁴⁷ desde o México até às ilhas mais orientais da Insulíndia, através do chamado Mar do Sul. Talvez Fernão Mendes tivesse tido acesso a um desses documentos, nomeadamente

.....
⁴² Cf. Ludovico di Varthema, *Voyage de Ludovico di Varthema en Arabie & aux Indes orientales (1503–1508)*, ed. Jean Aubin, Paul Teyssier, Geneviève Bouchon, Luís Filipe Thomaz, Gilles Tarabout & Gérard Troupeau (Paris: Éditions Chandeigne & Fondation Calouste Gulbenkian, 2004), *passim*.

⁴³ Ver Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. Conde de Ficalho – 2 vols. (Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987), vol. 1, p. 106; e Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto* (Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998), pp. 343–344.

⁴⁴ Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e viaggi*, ed. Marica Milanese – 6 vols. (Turim: Einaudi, 1978–1988), vol. 1, pp. 753–892.

⁴⁵ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 143, p. 424.

⁴⁶ António Galvão, *Tratado dos Descobrimientos*, ed. Visconde de Lagos & Elaine Sanceau (Barcelos: Livraria Civilização, 1987), *passim*. A propósito da obra de Galvão, ver Rui Manuel Loureiro, “António Galvão e os seus tratados histórico-geográficos”, in *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, ed. Roberto Carneiro & Artur Teodoro de Matos (Lisboa: Centro de História de Além-Mar & Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004), pp. 85–102.

⁴⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 143, p. 424.

à relação manuscrita da viagem que foi preparada por García de Escalante Alvarado, na qual se fazem amplas referências às ilhas dos Léquios.⁴⁸

Alguns dos silêncios de Mendes Pinto também podem ser significativos, como bem atesta o caso da viagem terrestre que diz ter efectuado na companhia de um judeu chamado “Abrão Muça” desde a cidade de Toro, nas proximidades do monte Sinai, até Ormuz, uma parte da qual teria sido feita “em húa Cafila de mercadores que partio de Babylonia para Cayxem”, ilha da embocadura do Golfo Pérsico.⁴⁹ Aí estava uma aventura que mereceria ser contada, para a qual, aliás, o autor da *Peregrinação* poderia ter consultado o *Itinerário* de António Tenreiro, impresso em Coimbra em 1560. Curiosamente, não o fez, talvez porque deslocções naquelas regiões asiáticas fossem completamente alheias à sua própria experiência. O que nos indica uma das prováveis constantes do texto de Fernão Mendes: não se fiando totalmente das fontes escritas que estariam à sua disposição, só escreve com um conhecimento pelo menos superficial das regiões onde quer situar os eventos relatados.

Enfim, convém também salientar a ligação íntima que é possível estabelecer entre alguns episódios narrados na *Peregrinação* e outros tantos relatos de naufrágio que circulavam em Portugal sob forma manuscrita ou impressa.⁵⁰ Nestes relatos, terá Mendes Pinto recolhido inspiração para algumas das mais dramáticas passagens da sua obra, mesmo que elas se inspirassem em acontecimentos efectivamente ocorridos. Repare-se apenas nesta passagem: “& ajuntandonos todos assi feridos como estauamos de muytas cutiladas das ostras & das pedras que auia na restinga, encomendandonos a nosso Senhor com muytas lagrimas, começamos a caminhar metidos na agoa até aos peitos, & alguns lugares atrauesamos a nado, & desta maneyra caminhamos cinco dias continuos com tanto trabalho quanto a mesma cousa dá a entender, sem em todos elles acharmos cousa que comessemos senão alguns limos do mar”.⁵¹ Quem, ao ler passagens deste teor, não se lembraria de imediato de outros relatos de naufrágio coetâneos?

Regularmente surgem nas páginas da *Peregrinação* transcrições que se pretendem fidedignas de missivas redigidas por personagens asiáticos. Mal chega a Malaca, Mendes Pinto copia “húa carta escrita em folha de palmeyra”, remetida por um potentado do interior de Samatra ao capitão da fortaleza portuguesa. Segundo anuncia, a carta “foy logo tresladada, da lingoa Malaya em que vinha

⁴⁸ Ver Consuelo Varela, *El viaje de don Ruy López de Villalobos a las islas del Poniente, 1542–1548* (Milão: Cisalpino – La Goliardica, 1983), pp. 117–183.

⁴⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 6, p. 27.

⁵⁰ Ver Alfredo Margarido, “Os relatos de naufrágios na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto”, in *Estudos Portugueses – Homenagem a Luciana Stegagno Picchio*, ed. Eugenio Asensio & outros (Lisboa: Difel, 1991), pp. 988–1023.

⁵¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 138, p. 407.

escrita em Portugues”.⁵² Não é impossível que este texto tenha sido copiado pelo nosso homem; contudo, tal implicaria aceitar que Fernão Mendes, desde os seus primeiros anos no Oriente, se dedicou à compilação de documentos para posterior utilização. Conhecem-se outros casos de escritores quinhentistas que vão colecionando papéis do mais variado teor, que mais tarde utilizam na redacção de obras de natureza cronística, como Gaspar Correia e como Diogo do Couto.⁵³ Mas então colocar-se-ia o problema de saber de que forma o célebre andarilho conseguiu conservar todos esses papéis através das mil e uma aventuras que afirma ter vivido, muitas das quais teriam implicado a perda total de todos os bens e fazendas que possuía.

Outros exemplos podem avançar-se. A propósito das guerras que o Achém desenvolvia contra outros reinos samatrenses, Mendes Pinto regista “hum espantoso pregão” emitido pelo soberano achinense a respeito da morte do rei de Aru, que se inicia com as palavras “Esta he a justiça que manda fazer Soltão Alaradim”.⁵⁴ Não se descortina como poderia ter tido acesso a este documento. Logo adiante, transcreve duas cartas trocadas entre os reis de Ujantana e do Achém,⁵⁵ que são absolutamente verosímeis, embora cause alguma perplexidade o facto de poderem ter chegado às mãos de Fernão Mendes. O cruzeiro de António de Faria ao longo do litoral chinês fornece também ocasião para o registo de missivas trocadas entre este aventureiro português e um mandarim de *Nouday* que tinha cinco portugueses cativos. Uma dessa cartas abre com a fórmula “Bareja triste, nascida de mosca encharcada no mais çujo monturo”.⁵⁶ Tratar-se-á de pura invenção? Ou estaremos perante cópias exactas de muitas das cartas de idêntico conteúdo que por outras vias sabemos terem circulado no litoral meridional da China? As deambulações pelo interior do império chinês, por outro lado, dão origem à transcrição de uma longa carta dos “procuradores dos pobres” da cidade de Nanquim.⁵⁷ Mais tarde, ao relatar eventos ocorridos no Sião, convoca uma carta escrita ao soberano daquela potência asiática por um certo capitão turco, Heredim Mafamede, mercenário nos exércitos siameses.⁵⁸ Mais uma vez, tanto o teor do documento como o contexto em que surge são absolutamente verosímeis. Mas como teria Mendes Pinto obtido este e tantos outros documentos? Estamos perante uma ficção elaborada a partir de indícios verídicos?

⁵² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 13, pp. 40–41.

⁵³ Ver Rui Manuel Loureiro, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, *passim*.

⁵⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 27, p. 80.

⁵⁵ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 31.

⁵⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 64, p. 181.

⁵⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 86, p. 241.

⁵⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 146.

A *Peregrinação* invoca também, de uma forma recorrente, o testemunho de textos asiáticos, redigidos em línguas vernáculas, aos quais Fernão Mendes teria tido acesso, quer através de leituras escutadas durante as suas deambulações orientais, quer através de versões traduzidas por anónimos colaboradores. Estas referências, embora surjam também em outros contextos, centram-se maioritariamente na secção chinesa da obra. Logo à passagem por Ainão, um mercador chinês relata ao autor e aos seus companheiros episódios da história daquela ilha, alegadamente baseado nas “chronicas que disso tratão”.⁵⁹ Na misteriosa ilha de *Calempluy*, no meio de um bosque, o grupo de viajantes portugueses encontra “trezentas & sessenta ermidas, dedicadas aos deoses do anno, de que esta gentildade nas suas historias conta grandes patranhas”.⁶⁰ Mais tarde, na cidade de *Pocasser*, o narrador da *Peregrinação* relembra o que as “suas historias contão” acerca de assuntos religiosos.⁶¹ E a determinado passo, quando se debruça sobre a orgânica do governo chinês, menciona “o que disto se trata nas suas chronicas, que eu algúas vezes ouuy lér, escritas em letra de forma ao seu modo”.⁶²

Se estas referências são de carácter genérico, outras aparecem nas páginas de Fernão Mendes Pinto que contêm indicações mais precisas. Assim, a determinado passo, o autor propõe-se narrar “a origem & fundamento” do Celeste Império. E indica logo de imediato que está a seguir a “primeyra Chronica das oitenta dos Reys da China”, precisando tratar-se do “capitolo treze”, o qual ouvira “muytas vezes lér”.⁶³ Com efeito, diversos capítulos parecem transcritos desta crónica chinesa, já que contêm menções do género “segundo se lè no mesmo capitulo”⁶⁴ ou este “imperio Chim se lé que foy sempre”.⁶⁵ Adiante, surge nova referência textual concreta, ao “quinto liuro da situação de todos os lugares notauéis deste império, ou monarchia”,⁶⁶ que alguém teria traduzido para Mendes Pinto. Uma das informações contidas neste tratado geográfico chinês respeitava à Grande Muralha, por meio da qual “diz a historia que em vinte e sete annos se fechou todo o estremo destes dous imperios de ponta a ponta, que segundo se affirma na mesma chronica, he distancia de setenta jãos”.⁶⁷ Outro impresso chinês compulsado pelo nosso viajante seria um “liurinho que trata das grandezas” da cidade de Pequim, “que se chama Aquesendoo”. Esta obra, curiosamente, teria sido trazida pelo autor

⁵⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 45, p. 124.

⁶⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 75, p. 213.

⁶¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 89, p. 250.

⁶² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 113, p. 327.

⁶³ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 92, p. 258.

⁶⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 92, p. 259.

⁶⁵ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 94, p. 264.

⁶⁶ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 95, p. 266.

⁶⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 95, p. 267.

da *Peregrinação* para Portugal.⁶⁸ As indicações bibliográficas concretas incluem ainda quatro outros tratados: o “liuro setimo dos doze das ordenações do reyno”,⁶⁹ que fundamenta a prisão do grupo de portugueses que vagueia pelo interior da China; “hum liuro por nome Toxefalem”, que relata a história de Mateus Escandél, “Ermítão no monte Sinay” e “Vungaro de nação, de hum lugar que se chama Buda”;⁷⁰ um livro intitulado “Pinatoreu”, “todo repartido em capitulos”, que trata “do regimento & modo dos banquetes chineses”;⁷¹ e um outro volume designado “Nileterau”, de carácter jurídico, que é apresentado como o “liuro das brochas douro da vontade do filho do Sol”.⁷²

Não é completamente impossível que Mendes Pinto tenha de facto utilizado fontes chinesas na composição do seu livro de memórias. E também não é impossível que tenha trazido para Portugal um ou outro livro chinês impresso, como o tal *Aquesendoo*. No fim de contas, conhecem-se outros exemplos de impressos chineses, encarados quer como meros objectos exóticos, quer mesmo como instrumentos de descodificação da civilização chinesa, que foram encaminhados para a Europa ao longo do século XVI.⁷³ Mas o escritor-viajante também poderia ter recorrido aos préstimos de outros colegas de ofício, como João de Barros, por exemplo, com quem estabeleceu relações após o regresso a Portugal. Este cronista régio possuía diversos livros sínicos, alguns dos quais fizera traduzir por um escravo chinês propositamente adquirido para o efeito. Aliás, a *Década Primeira*, publicada em 1552, invocava como uma das suas fontes “hum livro de Cosmografia dos Chijis impresso per elles, com toda a situação da terra em modo de Itinerario”, que descrevia minuciosamente os territórios abrangidos pelo Celeste Império.⁷⁴ E este título poderia mesmo ter sido utilizado por Mendes Pinto no estabelecimento do seu imaginário trajecto através do interior da China.

Em outras regiões que não a China, também terá Mendes Pinto deparado com fontes escritas asiáticas. E tal é o caso, nomeadamente, do *Calaminhão*, onde ouviu ler “um volume de patranhas escritas” acerca da religião praticada naquele misterioso reino asiático, que alguns investigadores têm situado na região de Luang Prabang.⁷⁵ Este tratado despertou nele uma tal curiosidade, que conseguiu

⁶⁸ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 105, p. 301.

⁶⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 84, p. 236.

⁷⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 96, p. 272.

⁷¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 105, p. 303.

⁷² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 115, p. 333.

⁷³ Ver Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China*, pp. 233–248.

⁷⁴ João de Barros, *Da Ásia*, déc. 1, liv. 9, cap. 1, p. 288. Para uma tentativa de identificação desta obra, ver Charles R. Boxer, “A Note on the Chronicler João de Barros and his Interest in Ming China”, in *Studies in Portuguese Literature and History in Honour of Luís de Sousa Rebelo*, ed. Helder Macedo (Londres: Tamesis Books, 1992), p. 84.

⁷⁵ José de Ramos, “Império do Calaminhão”, *Mosaico* (Macau), vol. 3, n. 13, 1951, pp. 1–12.

obter um “treslado”, que mais tarde trouxe para Portugal. Eventualmente acabaria por emprestar este exótico manuscrito a um florentino, que tem sido identificado com Bernardo Neri.⁷⁶ Quando posteriormente quis reaver o seu tratado, o tal florentino fez-lho “perdição, & o leuou consigo a Florença, & o present[e]ou ao duque da Toscana”, que logo depois o mandou “imprimir com o título de crenças nouas da gentilidade do cabo do mundo”.⁷⁷ Seria interessante apurar se este volume foi efectivamente impresso em Itália na segunda metade de Quinhentos. Mas, de qualquer modo, não deixa de ser curioso notar que Mendes Pinto, repetidamente, alega ter trazido de volta das suas viagens vários manuscritos e impressos de origem asiática.

Finalmente, um último tipo de recursos aparece referenciado na *Peregrinação*, embora muito esporadicamente, as fontes cartográficas, cuja análise tem sido relativamente negligenciada.⁷⁸ Ao fazer a apologia da conquista do Achém pelos portugueses, Mendes Pinto menciona as regiões da Ásia Oriental “em que a nação Portuguesa, por seus tratos & comercios tem o mais importante & mais certo remedio de vida”, invocando, a propósito, os “mapas & cartas que disso tratão, se sua graduação estiuer na verdade”.⁷⁹ Eis um indício claro de que teria tido à sua disposição alguns mapas e cartas de terras e de mares orientais onde quis situar as suas aventurosas andanças. Mais adiante, ao tratar das suas deambulações pela Indochina, novamente referencia fontes cartográficas. Por um lado, descreve pormenorizadamente o “sitio, grandeza, abastança, riqueza, & fertilidade” do “reyno de Sião & imperio Sornau”, registando que tudo “se pode ver no mapa” dessas regiões.⁸⁰ Por outro lado, ao relatar eventos ocorridos no Pegú, sublinha que a configuração geográfica desse território asiático “se pode ver num mapa, se a sua graduação estiuer verdadeyra”.⁸¹ E ainda noutra ocasião, ao tratar da Insulíndia, lembra que este imenso arquipélago é designado entre “os escritores Chins, Tartaros, Iapões, & Lequios” como “Rate na quem dau, que quer dizer, pastana do mundo, como se pode ver num mapa, se for verdadeyro na graduação das alturas”.⁸²

A cartografia portuguesa das partes mais orientais da Ásia foi inaugurada por Francisco Rodrigues, na época das primeiras expedições partidas de Malaca com

⁷⁶ Ver Aníbal Pinto de Castro, “Introdução”, pp. xxi–xxvii.

⁷⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 164, p. 499.

⁷⁸ Ver Michel Cartier, “Voyage à travers une Chine imaginaire: La Pérégrination de Fernão Mendes Pinto”, in *Chine et Europe: Évolution et Particularités des Rapports Est-Ouest du XVI^e au XX^e Siècle – Actes du IV^e Colloque International de Sinologie de Chantilly*, ed. Centre de Recherche Interdisciplinaire de Chantilly (Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1991), pp. 73–93.

⁷⁹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 26, p. 76.

⁸⁰ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 189, p. 583.

⁸¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 194, p. 600.

⁸² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 178, pp. 546–547.

destino a regiões situadas a leste de Singapura (1512–1513).⁸³ Depois, ao ritmo de viagens de exploração e de comércio, as cartas e os mapas foram-se desenvolvendo e aperfeiçoando, numa rápida apropriação de espaços previamente desconhecidos, por obra de cartógrafos como Diogo Homem (cartas de 1558–1561), Bartolomeu Velho (carta de 1561), Lázaro Luís (carta de 1563) e Fernão Vaz Dourado (cartas de 1570–1580), entre outros.⁸⁴ Algum sigilo rodeava a produção destes materiais cartográficos, que circulavam em raros exemplares manuscritos e representavam sobretudo as faixas costeiras orientais onde a navegação portuguesa era mais frequente, ilustrando as regiões interiores com desenhos simbólicos de edifícios, de personagens ou de acidentes do terreno. É possível que Mendes Pinto tivesse tido acesso, sobretudo em Lisboa, a alguns destes trabalhos cartográficos, nos quais poderia recolher abundantes indicações sobre os principais ancoradouros frequentados pelas embarcações portuguesas, bem como dados necessários à reconstituição de regiões asiáticas que nunca visitara mas onde desejava situar alguns dos seus mais controversos episódios.

O exemplo mais relevante de utilização de fontes cartográficas diz respeito à descrição da China, para a qual Mendes Pinto recorreu certamente a um mapa português desenhado por volta de 1570 por Luís Jorge de Barbuda, que representava o interior da China com razoável pormenor.⁸⁵ Este mapa foi impresso na edição latina de 1584 do *Theatrum Orbis Terrarum*, vasta compilação cartográfica organizada pelo flamengo Abraham Ortelius e publicada em Antuérpia. Fernão Mendes Pinto, obviamente, não poderia ter consultado a versão impressa. Contudo, a descrição do interior da China apresentada na *Peregrinação* ostenta curiosíssimas analogias com esta “Chinae, olim Sinarum regionis, nova descriptio”, circunstância que permite levantar a questão de uma eventual influência do cartógrafo sobre o escritor e viajante. De resto, ambos poderiam ter-se cruzado nos meios orientistas da capital portuguesa. Entretanto, convém deixar em suspenso a hipótese de Mendes Pinto ter antes recorrido a um mapa de origem chinesa, aliás tal como parece ter ocorrido com Luís Jorge de Barbuda.

Os analistas da obra de Mendes Pinto procuraram amiúde situar as aventuras supostamente reais do nosso herói na cartografia moderna, com resultados quase sempre decepcionantes.⁸⁶ Porém, se aceitarmos, por um momento, a hipótese de

⁸³ Ver José Manuel Garcia, *O Livro de Francisco Rodrigues: O Primeiro Atlas do Mundo Moderno* (Porto: Editora da Universidade do Porto, 2008), *passim*.

⁸⁴ Ver Alfredo Pinheiro Marques, *A Cartografia Portuguesa do Japão – Catálogo das Cartas Portuguesas* (Lisboa: Fundação Oriente, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses & Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996), *passim*.

⁸⁵ Ver Rui Manuel Loureiro, *Nas Partes da China*, cap. 8.

⁸⁶ Ver tentativas do Visconde de Lagoa, *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* (Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, 1947), *passim*.

serem fantasiosas algumas das alegadas deslocações do autor da *Peregrinação* por regiões interiores do continente asiático, talvez faça sentido incluir exemplares cartográficos como as cartas da Ásia Oriental de Fernão Vaz Dourado ou o mapa da China de Luís Jorge de Barbuda entre as suas fontes. A obra, deste modo, reflectiria mais a imagem portuguesa da geografia da Ásia no século XVI, do que a real configuração do continente asiático. O que torna urgente a tarefa de confrontar certas descrições geográficas de Mendes Pinto com a toponímia da cartografia portuguesa quinhentista.

Em jeito de conclusão podem avançar-se algumas notas finais. Primeiro, é importante, em toda esta problemática das fontes utilizadas por Fernão Mendes Pinto, reservar um lugar de relevo à *imaginação*, que frequentemente emerge nas páginas da *Peregrinação* associada a vivências efectivas, como na descrição do estabelecimento português de Liampó, por exemplo.⁸⁷ Os analistas da *Peregrinação* têm andado algo obcecados pela exacta determinação do valor documental da obra, procurando saber até que ponto ela pode servir como testemunho fidedigno de eventos ocorridos no mundo oriental num determinado período do século XVI. Mas talvez seja oportuno relembrar que estamos perante um texto literário, que corre o risco de ser treslido se apenas recorrermos a análíticas demasiado positivistas.⁸⁸ Por outro lado, é também importante envolver a *Peregrinação* em exercícios de leitura comparada face a outros textos mais ou menos coetâneos, com os quais será possível estabelecer inúmeros pontos de contacto, nomeadamente a nível de valor documental, a nível de técnicas de composição e a nível de projectos literários. Refiro-me, por um lado, às *Lendas da Índia* do escritor português Gaspar Correia,⁸⁹ monumental repositório cronístico concluído em Goa por volta de 1563 e que se manteve manuscrito até há relativamente pouco tempo; e, por outro lado, às *Viajes del Mundo* do aventureiro e viajante espanhol Pedro Ordóñez de Ceballos,⁹⁰ publicadas em Madrid em 1614, obra que apresenta inúmeras semelhanças com a *Peregrinação*, aliás publicada no mesmo ano. Em terceiro lugar, convirá salientar que permanecem totalmente desconhecidas algumas das fontes eventualmente utilizadas por Fernão Mendes

⁸⁷ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 68–70.

⁸⁸ Ver Maria Alzira Seixo & Christine Zurbach (org.), *O Discurso Literário da Peregrinação* (Lisboa: Edições Cosmos, 1999), *passim*.

⁸⁹ Sanjay Subrahmanyam chamou a atenção para algumas das semelhanças entre as *Lendas da Índia* e a *Peregrinação* (*From the Tagus to the Ganges – Explorations in Connected History* [Nova Delhi: Oxford University Press, 2005], pp. 144–145).

⁹⁰ Sobre este viajante relativamente pouco conhecido, ver Donald F. Lach & Edwin J. Van Kley, *Asia in the Making of Europe – Vol. 3: A Century of Advance – 4 tms.* (Chicago: University of Chicago Press, 1993), tm. 1, pp. 324–325; e Francisco Roque de Oliveira, *A Construção do Conhecimento Europeu sobre a China, c. 1500 – c. 1630 – 2 vols.* (Barcelona: Universitat Autònoma de Barcelona, 2003 [dissertação de doutoramento policopiada]), pp. 1337–1343.

Pinto. Com efeito, estão ainda hoje por identificar textos europeus disponíveis na segunda metade do século XVI que poderiam ter sido utilizados para a composição de determinadas secções da obra, como o episódio dos tártaros;⁹¹ ou como certos momentos das terríveis guerras travadas na Birmânia, no Pegú e no Sião;⁹² ou como a aventureira expedição ao enigmático reino do Calaminhão.⁹³

A análise de algumas das fontes eventualmente utilizadas por Fernão Mendes na composição da sua obra monumental permite concluir que a *Peregrinação*, mais do que um empreendimento individual, configura antes uma vasta compilação de materiais dispersos, que foram artificialmente unificados em volta de uma personagem central, ela própria possuidora de alguma experiência do terreno, de modo a produzir um pretenso efeito de credibilidade. O resultado foi uma obra impossível de classificar, onde o real e a mistificação se misturam de uma forma inextrincável, desafiando todas as tentativas de interpretação. O autor da obra, ao contrário do que anuncia, de forma alguma aparece como um homem de poucas letras, que pretende meramente redigir uma história exemplar para uso e proveito dos filhos, “por carta de A.B.C. para aprenderem a lér por meus trabalhos”.⁹⁴ Antes surge como um consagrado orientalista, não só com ampla experiência de assuntos ultramarinos, como também perfeitamente familiarizado com as produções textuais e cartográficas disponíveis no Portugal do seu tempo sobre o mundo oriental. Resta acrescentar que, evidentemente, quase tudo permanece por decifrar na *Peregrinação de Fernam Mendez Pinto*.

.....
⁹¹ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 117–131.

⁹² Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 144–157.

⁹³ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, caps. 158–165.

⁹⁴ Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, cap. 105, p. 301.

UM HÚNGARO NA PEREGRINAÇÃO: AS SINGULARIDADES DO CULTO DE MATEUS ESCANDEL DE BUDA

Ao István Simon ceramista e catequista

O tema da minha modesta contribuição para o nosso *colóquio Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa* prende-se apenas com a intenção de encontrar um fio, mesmo que seja apenas uma minúscula achega micro-filológica, por onde possa juntar-se, em data próxima de comemorações do seu autor, a temas de interesse mais gerais, e que tratem a *Peregrinação*, obra que há longa data me une a vários dos colegas portugueses aqui presentes, com que compartilhamos um fascínio por esta pedra basilar da literatura de viagens portuguesa. Absteino-me assim, nesta versão escrita da minha comunicação, de abordar o tema da recepção da obra pintiana na Hungria, por um lado por intentar tratá-lo à parte em outro trabalho e por outro lado, por tê-lo tratado já numa mesa redonda² – a convite do professor Jorge Santos Alves, o seu moderador. Ao proceder assim, julgo e espero poder trazer uma novidade mais importante, já que o tema agora e assim delimitado não me parece ter encontrado ainda um tratamento individual ou exaustivo em Portugal. Não é este o caso na Hungria, onde artigos e ensaios trataram da figura de “Mateus Escandel, húngaro de nação”, mas salvo pouca exceção, superficialmente e “a título de curiosidade”. Embora tenham vindo a formar estes um pequeno “corpus” de textos ao longo dos anos³ sobre o suposto

¹ Universidade ELTE de Budapeste ■ irakoczi@gmail.com

² Traduzir a *Peregrinação*. Duas experiências em línguas europeias, 17 de Maio de 2010, Lisboa, Museu do Oriente.

³ Sem um carácter exaustivo refiro-me aos seguintes textos: Jenő Cholnoky: *A Föld és élete, Ázsia*. (O Globo e a sua Vida, Ásia) Franklin Társulat Kiadása, Budapest, 1936–1937, 19., uma obra que ficou manuscrita, mas já publicada recentemente Fodor Ferenc: *A magyar földrajztudomány története* (História da geografia húngara), MTA Földrajzi Kutató Intézet, Budapest, 2006, 480, Gergely Salát: *Budapesttől Pekingig, a magyar-kínai kapcsolatok múltja* (De Budapeste a Peking, história das relações húngaro – chinesas) num blogue divulgativo sobre a China <http://www.asiamania.hu/azsia-blog/tudomany/salat-gergely-budapesttol-pekingig-a-magyar-kinai-kapcsolatok-multja.html> (21. május 3.), Tivadar Ács: “Az első ‘külföldi’ magyar” (O primeiro húngaro “foragido”) In: *Magyarok idegenben* (Húngaros na emigração), 1946 Magyar Téka, Budapeste, pp. 71–83, reeditado em jan-fev. de 1952 In *Hírünk a világbán* (A nossa reputação no mundo) Washington DC, pp. 9–11. Lajos Tardy: “Az első magyar Kínában” (O primeiro húngaro na China) In: *Magyar Nemzet* 47 1984.

ermitão originário de Buda, mártir e beatificado na China, e que faz, portanto, parte da tradição litúrgica católica também, sabe-se paradoxal e relativamente pouco. Para os geógrafos, é o primeiro viajante geográfico húngaro da China (CHOLNOKY 1936, FODOR 2006) para os que estudam a emigração e presença húngara no mundo (ÁCS 1946 ou TARDY 1986) é o primeiro ilustre húngaro foragido, “sinólogo” para outros, que recua em largos séculos os primeiros contactos “diplomáticos” entre a China e a Hungria. Proponho começarmos aprofundar tal abordagem, de certa forma banal e acrítica por uma reconstrução do seu nome.

UM NOME SÃO DOIS

Basicamente existem quatro opiniões a este respeito:

1. Escandély: de forma ortográfica arcaizante (ÁCS 1946), seguindo às fontes da ordem paulina esta seria “gyertyamártogató” em húngaro, que traduzido ao português dá “candelabreiro”. Subsiste na documentação a forma “kandeler” em alemão também, e é relativa à profissão de produtor de velas.⁴
2. Escandell: A forma ortográfica moderna com variantes Eszkandeli, Eszkandéli (TARDY 1986) parte do basco, chegando ao provençal significando: “sobreiro”. O futuro mártir seria neste caso de origem francesa ou catalã – tal vez duma família de colonos (os “hospes” na Hungria) – de pelo menos segunda geração que se instala em ou perto de Buda.⁵ Mesmo assim o “caso” pode ter sido mais moderno também. A segunda esposa do rei Ulászló II Jegelônio casou a princesa francesa de Foix, Anne de Candele (na documentação húngara aparece como “Kandelei Anna”), que morreu em 1506 e ficou sepultada na cidade de Székesfehérvár, na Hungria, sendo estudada a lápide tumular por Ildikó Hankó.⁶

.....
 augusztus 11., reproduzido em *Kis magyar történetek* (Pequenas histórias húngaras). Budapeste, 1986, série Kozmosz Könyvek, pp. 21–27.

⁴ Esta actividade é rara para os séculos XI–XIII na Hungria, se bem que seja referida em testamentos a cedência de tais servos “servientes” já na documentação régia, ganhando uma demanda e divulgação maior já entrado o século XV, quando o seu uso sai dos conventos e igrejas e de espaços sacralizados duma forma geral.

⁵ Cf. Géza Bárczi: “A középkori vallon-magyar érintkezésekhez” (Ao propósito das relações medievais entre os valões e húngaros na Idade Média) In: *Századok*, 1937, pp. 399–416.

⁶ Cf. Ildikó Hankó: *A magyar királysirok története*, (História dos títulos dos reis húngaros) Budapeste, 1987, p. 139, e Péter Kulcsár: *A Jagellók kora*, (A época dos Jagelões), Magyar História, Gondolat Kiadó, 1981, p. 90.

3. Escandel (MANUEL OLLÉ 2010) é interpretado pela corrupção de “Alexander”, (“Iskhander”) e que dá-o como provavelmente judeu.⁷
4. Eskandel pode provir etimologicamente não apenas do verbo “candere” do latim,⁸ mas não se exclui ainda a possibilidade de ser deduzível do topónimo duma das *mansio* da documentação medieval, Kandé (étimo do proto-húngaro ‘kende/kündü’) nas imediações de Üröm actual, entre as montanhas de Buda, uma região onde subsistem vilas com nomes de ofícios (p. ex. Solymár-falcoeiro, (Nagy)kovácsi – aldeia de ferreiros). O ofício podia-se ter originado um nome “Waxos” ou “Faggyas” também, (isto é, uma localidade dos que trabalham com “viasz” (cera), ou com “faggyú” (gordura de animais) para os candelabros que iluminavam templos e palácios).⁹

A aceitar esta última hipótese, alguns dos elementos mais notáveis “batem certo”. Bem pode ter originado este topónimo o nome de um frade Paulino, de descendência bem mais modesta do que apontam as suas hagiografias (um “burger”/ cidadão/citadino, deduzível do topónimo Buda), que geograficamente coincide aliás com a zona de maior densidade de mosteiros desta ordem religiosa.

Tendo em consideração as regras de formação de nomes apelidos na Hungria dos séculos XIII a XV, e os significados de “Escandel”, interpretados supra, o nosso (a aceitar a sua origem húngara) Mateus Escandel de Buda poderia ter sido portador dum dos seguintes nomes:

- Budai Máté – “Mateus de Buda”
- Kandéi Máté – “Mateus de Kandé” (Ex Kandé)
- Faggyas Máté – “Mateus Candelabreiro”
- Sándor Máté – “Mateus Alexandre”
- Budai Sándor – “Alexandre de Buda”

Convém saber que a formação de nomes próprios das pessoas¹⁰ (nomes de baptismo, apelidos, de famílias), assaz simplificando as suas tipologias, pode

⁷ *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. III, Notes, 125. A carta de privilégios (foral) da comunidade judaica de Buda é de 1251, sendo a sua antiga sinagoga medieval tanto “desenterrada” como visitável hoje em dia no bairro do Castelo de Buda. Além das obras de Sándor Scheiber consultar Budai Aurél: “Középkori zsinagógák Budán” http://www.multesjovo.hu/en/aitdownloadablefiles/download/aitfile_id/1280/ (Sinagogas medievais em Buda)

⁸ O que significa “cintilar”.

⁹ Cf. László Zolnay: *Az elátkozott Buda – Buda aranykora* (Buda amaldiçoada – Buda dourada), Magvető Kiadó, Budapest 1982, muito especialmente o subcapítulo “Királyi szolgálonépek Nagy-Budapest térségében” (Ofícios e servos régios na região de “Grande-Budapeste”), pp. 171–172.

¹⁰ Cf. János Fodor: *Északkelet-Magyarország személyneveinek komplex nyelvi elemzése (1401–1526)*. (Uma análise complexa dos nomes próprios na Hungria Setentrional, 1401–1526) Budapest, 2008. 226 (PhD értekezés 1. kötet, ELTE BTK Magyar Nyelvészeti Könyvtár) especialmente a sua introdução acessível na Net e um blogue: http://toriblog.blog.hu/2008/03/10/elemek_neveirul_a_csaladnevek_kialakulasanak_rovid_tortenete_ii_resz_torteneti_megkozelites.html

originar-se e proceder a partir de pode originar-se e proceder a partir de nomes de baptismo, topónimos, nomes de profissões ou palavras alusivas a uma pertença étnica especial.¹¹ Seja fruto dum gentílico, seja pela formação por um nome de profissão, Escandel de Buda pode associar-se – o que em si mesmo não é necessariamente redundante – a um outro nome geográfico também, para encontrarmos formas “duplas” referentes a uma mesma pessoa. Para além do caso de nobres, onde a forma “de genere” do latim alusivo a uma “gens”/família passa a ser “coadjuvado” por um topónimo – normalmente tirado do seu latifúndio central –, para explicar melhor a “linhagem” ou tronco duma mesma família. No caso de pessoas notabilizadas ou pertencentes à pequena nobreza guerreira, onde se conservava um nome “comum”, esta “nomeação geográfica” podia ter um carácter distintivo.¹² Um outro exemplo, e muito próximo do nosso, prende-se com a “latinização” do nome duma pessoa no estrangeiro, que pode conservar uma forma dupla, ou até reduplicado por um “apelido” humanisticamente utilizado. É este por exemplo o caso de Budai Parmenius István, o cronista húngaro de triste sorte – naufragado na malograda torna-viagem da expedição inglesa de 1583 de Hamphrey Gilbert à Terra do Lavrador/New Founland. O excelente trabalho de Máté Molnár¹³ parece definitivamente esclarecer que Parmenius quererá significar também um nome de ofício: o de fabricante de escudos e armas. Por analogia, julgo podermos aceitar o nome duplo de “Mateus Escandel de Buda” por referi-lo longe da sua terra natal num contexto cultural, onde por cúmulo, Buda= Budão pode ter um significado e conotação assaz diferentes, sendo associado ao gentílico famoso (provavelmente a capital húngara é a única conhecida entre as nossas cidades no vasto mundo). Contudo, e apesar de ter dado tantas voltas ao seu nome, não podemos excluir a hipótese de tratar-se duma figura, apenas fruto da fantasia¹⁴ no que diz respeito à sua origem também, já que não

.....
¹¹ Alguns exemplos: – Nomes de baptismo: (Balázs, Péterfi [Filho de Pedro] à semelhança dos Eanes, Fernandes, etc. ibéricos, Svenson, Erikson escandinavos, Petrovich, Alexandrovich eslavos, etc...). Topónimos: (Pécsi = de Pécs, que para os humanistas pode ficar vertido para o latim p. ex. como “Quinqueecclesiensis”, ou então Budai = de Buda= lat. “Budensis”). Nomes de profissões (Kovács = Ferreiro, Takács = Tecelão). Palavras alusivas a pertença étnica (Török = Turco, Magyar = Húngaro) ou palavras que refiram a qualidades ou deficiências dos seus “portadores” (Kis = pequeno, Fehér = branco, Balog = canhoto, Sánta= coxo, etc.)

¹² Um Nagy Antal (“Antão Grande”) que queremos especificar, pode ser discernido dos muitos Nagy Antal, seus contemporâneos, dum nome vulgar e abundante aliás na Hungria, com o gentílico “Budai”, ou seja da cidade de Buda. Trata-se neste caso de Budai Nagy Antal, o chefe de um motim camponês na Transilvânia em 1437–1438, de reivindicações anti-feudais.

¹³ Máté Molnár: “Budai Parmenius István és a Gilbert expedíció története” (István Parmenius de Buda e a história da expedição de Gilbert), *Mediterrán Világ*, 6 (szerk. Rákóczi István), Veszprém, 2008, pp. 93–139.

¹⁴ Francisco Roque de Oliveira: “A circulação manuscrita da Peregrinaçam de Fernão Mendes Pinto na Península Ibérica e os inquéritos sobre a geografia sa China. As transcrições de Frei Jerónimo

foram até agora encontrados quaisquer documentos na Hungria que não tenham sido directa ou indirectamente influenciados pela informação constante no capítulo 96 da Peregrinação – e nenhum anterior a ela. Veremos também, que apesar do seu estatuto de “ermitão de Monte Sinai” ser mais que concretamente assinalado, andamos neste caso também em terras escorregadias de suposições e mais de hipóteses do que mínimas certezas documentalmente fundamentadas. Resta à filologia percorrer porém estes “becos sem saída” elucidativos também, até para poder pôr de lado as nossas dúvidas. Por muito que a história precise de factos mais convincentes do que as probabilidades, que por vias de analogia ou de dedução possam autenticar uma informação, não podemos fugir a estes recursos ao tratar da sua pertença e veneração religiosas.

MATEUS ESCANDEL DE BUDA: A SUA FAMA NA HUNGRIA

As notícias de cunho hagiográfico que surgem sobre “Mateus Escandel” encontram-se em textos influenciados pelo espírito da Contra-Reforma na Hungria, que referem-no de forma diferente da historiografia paulina, que chamaria para si para lhe expropriar. Na obra *Régi Magyar Szentség* (Antiga Santidade Húngara), que é editada “Nagy-szombatban az Académia bötükkel Hörman János által” em 1697:¹⁵ a sua vida decorre no séc. XI., em tempos do rei Santo Estevão. É descrita a sua peregrinação à Terra Santa, o seu recolhimento como ermitão e a dor sentida ao ouvir “da gentildade do cabo do mundo que perece sem o Evangelho”, cuja “pregação é incendiado no seu coração pelo Espírito Santo”. Este texto carece de todos os “exotismos” da historiografia paulina, aqui apenas é referido o país dos “Sianis” onde seria martirizado pelos “popas da gentildade”¹⁶ “cegados pelo Diabo” por a sua santidade ter atraído “como imã ao ferro” os neocatecúmenos, até ter ganho “a coroa incorrupta do martírio”. Portanto, os “indícios da sua santi-

Gracián de la Madre de Dios (1586) e de Frei Marcelo de Ribadeneira” In: (coord. Avelino Freitas de Meneses – João Paulo Oliveira e Costa) *O Reino, as ilhas e o mar oceano Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 2., p. 704.

¹⁵ Trata-se duma tradução de autor desconhecido da *Ungaricae Sanctitas Indicia* de IstvánTarnóczi, publicado em 1692 na mesma cidade de Nagyszombat. Existe uma longa passagem sobre “Böldog Eskandéli Máté, magyar remete és mártyr”. Cf. esta obra de Hevenesi na *Régi Magyar Könyvtár* 3. kötet. p. 594, ed. Szabó-Hellenbrandt.

¹⁶ Na Hungria o termo “popa” associa-se em primeiro lugar com os sacerdotes do credo ortodoxo, próximo, e o seu apontamento aqui como arqui-inimigo de Escandel parece-me servir para “ambientá-lo” melhor. A título de curiosidade seja-me permitido referir o meu crucifixo favorito em Szentendre, onde a inscrição tão clássica INRI aparece transcrito com caracteres cirílicos como “INCI”, isto é “Iesus Nazarenus Tsar Iudeorum”.

dade” aparecem despidos de toda especificidade, e vão com isso ao encontro dum modelo universal, tanto neutralizado como estandardizado, e onde a informação concreta é substituída por metáforas.

Não é este o caso da historiografia da única e vigorosa ordem religiosa de fundação medieval húngara, que sentindo-se depositário da sua herança, cultivou – e cultiva – a sua memória com mais pormenores. Duas comunidades de eremitas, nas montanhas de Mecsek (1225) e de Pilis (1246), respectivamente, se fundem sob a orientação do Beato Eusébio (Özséb) e as várias associações espontâneas de eremitas, que são autorizadas, logo em 1263, para constituírem sua nova Ordem de Eremitas, cujo patrono é S. Paulo, o Eremita Thebano. Congregação com amplas ligações, tido como exemplo na sua orgânica e rede de claustros, chega ter confrades e vários centros espirituais não apenas na Europa Central, como também mesmo no distante Portugal.¹⁷ Com uma sede húngara e uma “internacional” no San Stefano Rotondo, em Roma, consegue inserir-se profundamente na História espiritual da Europa Central toda – diria que mesmo até os nossos dias –, sendo o propulsor do culto da “Madonna Preta”, em Jasna Gora, em Częstachowa, na Polónia, que é, além de Fátima, como sabemos, um dos centros de peregrinação mariana universal e moderna de maior difusão. Com abundantes doações régias na Hungria, que incluem não apenas extensos domínios e rendas, mas a aquisição de importantes relíquias também, esta ordem pode hoje considerar-se como aquela que soube articular melhor a sua vertente húngara e católica, isto é “universal”. É precisamente neste contexto que havemos de interpretar o redobrado “interesse” desta congregação por Mateus Escandel de Buda, que pode explicar-se pelo facto de tratar-se dum “ermitão do Monte Sinai”, ligado à Terra Santa, como o próprio patrono “oriental” da Ordem Paulina aliás, o que conferir-lhe-ia uma luz especial. Somando à vaga tradição católica sobre uma comunidade de eremitas que mantém a posse espiritual do Monte da Anunciação, a memória de importantes doações feitas por André II, o grande rei-cruzado húngaro do século XIII,¹⁸ parecem evidenciar poderem cruzar-se estas

¹⁷ Cf. os títulos mais proeminentes duma vasta literatura sobre esta congregação de que sobressai Emil Kisbán: *A magyar pálos rend története* (A história dos Paulinos húngaros), 1–2. tom., Budapeste, 1938–1940 ou Elemér Mályusz: “A pálos rend a középkor végén” (Os Paulinos no final da Idade Média), In: *Egyháztörténet*, 1945, I-53, ou um ciclo de pequenos textos reunidos com a título de “«Magyar Escurial» a Ságvári-liget helyén” («Escurial Húngaro» no lugar do actual Ságvári-liget) de László Zolnay inserido no volume de *Fény és árnyék a középkori Magyarországon* (Sombras e luz na na Hungria medieval), Kozmosz Könyvek, Budapest, 1983, 102–122. As referências a Portugal na obra de Kisbán referem como fonte o *Annalium Eremici-Coenobiticorum*, p. 2.

¹⁸ Gyöngyösi (ver a nota 21) é seguido pela historiografia da sua congregação. Os cristãos são “evacuados” de Jerusalém após o fim do armistício assinado para 10 anos pelo imperador Frederico II em 1239, mas novamente em 1250 o monte de Tabor seria “recuperado”, e consignado seu “guardião” precisamente os frades e eremitas húngaros, que podiam ter permanecido lá até 1263, quando por ordem do

duas histórias. Visitado no século XVI ainda é referida a presença de vestígios húngaros entre eremitãos da Terra Santa: sem sombra de dúvidas, no mosteiro de Santa Catarina e nas suas imediações também, eles resistem heroicamente ao embate dos turcos seldjucidas, que os pretendiam despojar da missão, de que existem restos arqueológicos.¹⁹ Seja como for, o “pedigrée” de Mateus Escandel de Buda é perfeito para o entrelaçar com a história desta Ordem, que na sua divisa confessa que a sua sorte e a da Hungria encontram-se correlacionadas. Sendo assim, os historiadores seiscentistas desta ordem, numa Hungria que pretende recuperar do seu colapso, causado pelo Turco, encontram na figura de Escandel um importante elo e elemento de glória, através da referência ao seu país de origem, a Hungria, e das qualidades do seu fervor na evangelização, que se enquadram nos valores e esquemas estruturantes das práticas confessados pelos paulinos.²⁰

A historiografia paulina na Hungria introduz “cientificamente” o tópico do martírio de Mateus Escandel de Buda – via Pierre du Jarric: *Historie des choses...* (1608)²¹ – através de duas importantes obras, as de Andreas Ferrarius, *Fragmen Panis Corvi proto-eremitici*, publicada em Viena de Áustria em 1637 e a de Sigmund Eggerer *De rebus Hungaricae Provinciae Sacri Ordinis Predicatorum*, respetivamente, que foi editada na mesma cidade, em 1663.²² A tradição de os sucessivos

imperador Bibas, os lugares do culto próximos ortodoxos e católicos são derrubados e os defensores massacrados. Ao aceitar esta “hipótese Paulina”, fuga da diáspora desta comunidade eventualmente podia ter originado um êxodo de sacerdotes, incluindo entre eles, o de Mateus Escandel de Buda.¹⁹ O depoimento de Johannes Zuluardus esclerece que no Monte Tabor “havia uma igreja fundada por Helena a Imperatriz, um mosteiro com boas doações do rei Húngaro, em que viviam muitos frades, os seguidores de São Paulo o primeiro eremita.” O trecho supracitado, com referências bibliográficas mais precisas em László Györki: *Magyar zarándoklatok és emlékek a Szentföldön*, (Peregrinações e memórias de húngaros na Terra Santa), Szent István Társulat, Budapeste, 2008, pp. 20–23.

²⁰ Na obra *Annalium Eremici-Coenobiticorum*, por exemplo, aparece já referenciado “Matheus Escandeli”, como “natione Hungarius, civis Budensis, Regni Apostolici summa gloria.” (p. 57).

²¹ *Histoire des choses plvs memorable advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la decouverte des Portugais* (Bordeaux, 1608). Sobre o seu autor Cf. Geneviève Bouchon: “L’Asie Portugaise au début du XVII^e siècle. Introduction a una nouvelle lecture de Pierre du Jardic.” In: *Aquém e Além da Taprobana*, Estudos Luso-Orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard, edição organizada por Luís Filipe F. R. Thomaz, CHAM, Lisboa, 2002, pp. 107–115.

²² Dedicado ao imperador Leopoldo, e rei da Hungria pelo general da Congregação Márton Boskovich, com uma introdução ao leitor por parte de András Eggerer, este esclarece ter compliado a sua obra de dois manuscritos de seus confarades, Márk Dombrai e Gergely Gyöngyösi, utilizando porém notas tiradas em varios arquivos dum outro “co-autor”. O título *Fragmen panis corvi* muito condiz com a condição dos frades eremitãos, que neste caso, servem-se uns dos dos, isto é de “aportes” migalhas de vários para escreverem uma história colectiva da sua ordem. A parte que corresponde ao contributo de Gergely Gyöngyösi (*Vitae fratrum heremitarum ordinis fratrum Sancti Pauli primi heremitaie*), recebeu uma edição moderna individual também num volume intitulado por *Arcok a magyar középkerből* (Rostos do medioevo húngaro), pela Editora Szépirodalmi, Budapest, 1983, coordenado e anotado por Kovács Sándor Iván.

cronistas da Ordem utilizarem, refundirem e incluïrem nas suas obras, sem ou com expressa referêncïa notas, apostilhas, resumos ou rascunhos ou temas expostos pelos seus colegas e confrades predecessores, nada facilita uma filiação filolôgica, que como um tópicoo e padrãoo herdado e mantido sem interrupçãoo, parte de um únicoo “proto-textoo” base, “Jarricus Péter”. É nesta forma “hungarizada” que aparece o nome de Pierre du Jarric, sendo o autor francês a fonte e o modelo para as reelaboraçõess húngaras posteriores, embora que inspirado, por seu turno, em FMP.²³ *Mutatis mutandis*, repete-se a mesma história e processo com a historiografia jesuítica, onde a influência de Ribadeneyra com a sua *Historia de las Islas* (1586) sobre a obra de Inchoffer, *Annales Ecclesiastici regni Hungariae*, Roma 1644, parecem tão só consolidar esta tese do “beato húngaro mártir na China”, sem que venham a introduzir porêmm o pomo da discórdia sobre a sua pertença religiosa. Expropriado por uma ordem mais da linha “franciscana/dominicana”, por tanto da família mendicante, é tratado menos pela historiografia jesuítica. O papel da tradiçãoo parecia ganhar frente a uma indagaçãoo mais escrupulosa no caso deste tópicoo.²⁴ Tal esforço recebeu porêmm um novo fôlego na Hungria com a publicaçãoo dum “*Compte Rendu*”, que volta a focar na sua figura nos finais do século XIX no estrangeiro,²⁵ antes de desdobrar entre nós, a litera-

²³ “The same happens with the fiction woven around Mateus Escandel’s imaginary relics, a fiction that we see again written almost in the same way in chapter XCVI of the Peregrinaçãoo.” – escreve Francisco Roque de Oliveira in: “Una relación de suficiente probabilidad” – Iberian Readings and transcriptions of Fernãoo Mendes Pinto’s unpublished “*Peregrinaçãoo* manuscript, 1576–1614” In: *Fernãoo Mendes Pinto and the Peregrinaçãoo*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. I. p. 278, aludindo à versãoo de João de Lucena S. J., *Historia da vida do Pe. Franc.º Xavier*, e continua: “Pierre du Jarric will reproduce the very same legend in Tome I of his *Histoire des choses plvs memorable advenves tant ez Indes Orientales, que autres país de la decouuerte des Portugais* (Bordeaux, 1608) and it is impossible not to notice the way in which Lucena’s and Du jarric’s accounts become almost identical when it comes to sustaining the thesis of a previous evangelization of China by Mateus Escandel.” Cf. também George Le Gentil, *Fernãoo Mendes Pinto: Un Précurseur de l’Exotisme au XVI^e Siècle* Paris, Hermann & Cie., 1947, que estabelece, no estado atual dos meus conhecimentos, pela primeira vez a ligaçãoo filolôgica entre FMP e du Jarric.

²⁴ A *Descriptio Chinae* (*Chinae monumentis qua sacris qua profanis*, 1667) de Athanasius Kirsher inspirara para trata-lo Dávid Czvitinger em 1711, como também György Pray também refere – a partir do texto de Hevenesi – e dá por contemporãneo de Sigismundo de Luxemburgo (século XIII–XIV). No século XVIII continua para Pál Wallaczky “*Mathaeus Escandeli ciui Budensis*”. Ver Voigt (2011: 254)

²⁵ *Compte-rendu de la Societè de la Géographie*, Paris, 1885, 528 e 1886, V. 12 polemizam sobre “*Mathieu Escandel, le premier martyr cretien en Chine*”.

tura secundária moderna desta matéria, em autores católicos comprometidos e especialistas leigos.²⁶ Hoje sabemos já mais, graças à tese,²⁷ e a um longo e excelente ensaio, já citado, de Francisco Roque de Oliveira,²⁸ que origina também, por seu turno, importantes publicações posteriores²⁹ sobre a inserção desta “nuança” num mosaico daquilo que poderíamos chamar, por uma analogia moderna, como um “scramble for China” no século XVI–XVII, por parte de ordens e congregações religiosas, tanto concorrentes como rivais hispânicos, ativos nos seu respetivos Padroado/Patronazgo, e que com a União Ibérica pretendiam ser revogados ou revisitados.

Por outro lado, sabemos muito bem, e é isto o que mais nos interessa de momento, que o ponto de partida do “motivo” sobre o tal misterioso “Mateus Escandel de Buda” é Fernão Mendes Pinto, um “*origo et fons memoriae*” últimos, de que bebiam os seus seguidores. A ele voltaremos a referir em breve, mas concluamos primeiro, o que nos é dado saber sobre um curioso e singular culto “OFICIALIZADO” de Mateus Escandel de Buda.

²⁶ Ács, *op. cit.* reúne documentação que ficaram inéditas das notas de Géza Kuun sobre o tema, e remete para Antal Kurz, Ferenc Pinzinger S. J. e László Miklósi, p. 71 que trataram-no sob o ponto de vista da missão. Tardy, *op. cit.* refere entre as suas notas um artigo de Ferenc Sinkó que apareceu no jornal católico húngaro *Új Ember* no dia 21 de Outubro de 1984, intitulado “Ismeretlen magyar szent-e Escandeli Máté?” (Mateus Escandel de Buda será um santo húngaro desconhecido?) Recentemente trata do assunto Vilmos Voigt num verbete que escreveu numa jocosa *Magyar Művelődéstörténeti Lexikon LX* (Enciclopedia da História da Cultura Húngara), em boa verdade um Festschrift dedicado ao sexagenário Péter Köszeghy, editor-organizador da iniciativa da série do mesmo nome. Sobre Mathaeus Escandeli (verbeta “*theatrum Borghesium*” 253–254) MTA Irodalomtudományi Intézet, Budapest, rec.iti. 2011.

²⁷ Francisco Roque de Oliveira: *A construção do conhecimento colectivo europeu sobre a China, c. 1500–1630. Impressos e manuscritos que revelam o mundo chinês à Europa culta*, Universitat Autònoma de Barcelona, 2003. Na Internet: <http://www.thesisred.net/bitstream/handle/10803/4951/fmpnro1de4.pdf>

²⁸ ver nota 12

²⁹ Como por exemplo as obras de uma perspectiva mais alargada: Joan-Pau Rubiès: “The Spanish contribution to the ethnology of Asia in the sixteenth and seventeenth centuries”, *Renaissance Studies*, Vol, 17 Nº 3, Blackwell Publishing, 2003, pp. 418–448, o capítulo 15 de *Nuevas perspectivas de investigación sobre Asia Pacífico* escrita por Anna Busquets i Alemany (Universitat Oberta de Catalunya/Universitat Pompeu Fabra) intitulado. “Un siglo de noticias españolas sobre China. Entre Gonzalez de Mendonza (1585) y Fernandez de Navarrete (1676)” e, tal vez o mais interessante para o nosso ponto de vista específico: Marelá Londoño Rendón (Universitat Autònoma de Barcelona): “La biblioteca oriental de Francisco Maldonado”, *Studia Aurea*, 4, 2010, pp. 105–137, acessível – como as supra também na Internet – <http://www.studiaaurea.com/articulo.phd?id=158>.

MATEUS ESCANDEL: UM BEATO NA HUNGRIA

O seu nome, desde o século XVII ininterrupto – e sem posteriores críticas “bolandistas”, o que surpreende-nos muito de resto –, aparece até aos nossos dias nos martirólogos, como por exemplo na *Szentelek élete* (Vida de Santos) traduzido por István Diós.³⁰ O erudito professor do Seminário por nós consultado não pôde porém especificar a data da sua beatificação, pois para o tal precisaríamos do dia da sua morte. Como desconhecemos este importante elemento para a liturgia, “*Boldog Escandeli Máté*” aparece referido junto com Santo Bonifácio, abade beneditino, mártir, aprox. 1007, Mózes Magyar, frade em Kiev, 1043, e o beato Jacopo de Piacenza, franciscano anterior à data de Abril de 1460, mártires húngaros ou na Hungria nas diferentes versões editadas do *Martyrologium Romanum*.³¹ As reformas romanas modernas em matéria litúrgica, posteriores ao Concílio do Vaticano II, autorizam e oferecem a possibilidade para as suas “igrejas nacionais” para que um determinado dia possa ser especificamente dedicado ao coro dos santos e beatos conhecidos por seu nome, e que não constem na lista litúrgica romana. A pedido da Conferência Episcopal Húngara, este dia é o 13 de Novembro, que curiosamente quase que é um “dia de todos os santos «extra» dos beatos húngaros”, já que institucionaliza também a comemoração daqueles que forem igualmente dignos dela, mas de que desconheçamos os respetivos nomes. Mateus Escandel de Buda aparece portanto associado a este dia litúrgico, e surge em todos os *Szentelek élete* de edição recente,³² além das páginas on-line na Internet³³ católicos que ofereçam tal lista.

116

MATEUS VERSUS TOMÁS

É curioso referir, que o suposto proto-mártir da evangelização da China não aparece tão só enquanto Mateus, mas como Tomás também na escassa documentação que o refere no século XVI. Trata-se da sua menção num documento intitulado pelo seu autor, o Padre Maffei S.J. como “*Alguas enformações da China*”, conservado manuscrito até ser publicado pelo Padre G. Schurhammer S.J., e que reproduz aquelas informações que FMP lhe passava aquando do seu encontro

.....
³⁰ O título original da obra de Joseph Weisenbender é *Heilige des Regionalkalender*, Leipzig, 1978 em muitas reedições.

³¹ *Római Martyrológium*, Szent István Társulat, Budapeste, 2001.

³² *op. cit.* 2009, II. 805–11.13

³³ Estes apresentam um nível muito variado, há quem reproduza, por exemplo, uma tradição também inventada do martírio tiver tido lugar no Japão, etc.

em Outubro de 1582 em Almada. O parágrafo em questão³⁴ pode considerar-se como uma versão menos “rocambolesca” do assunto tratado no capítulo 96 da Peregrinação, que reza assim:

Acerca dalgum uestigio de Christandade, que pode auer na China, dizia Fernão Mendez, que entre o Paquim e Nanquim estauam alguns trinta ou corenta casas de Christãos. E quasi os nomes de todos erão de Thomas os homens e Maria às molheres. Este em respeito e reuerencia de N. Snra, e est’outro por assim chamar o que lhes denunciou a fee e fez Christãos. O qual foi hum Thomas ungaro de nação [ajuntado: “Natural de Buda”] que ueio dela do monte Sinai e assí de região em região [ajuntado: “Dahi por mar a India e da India a China”] chegou a êste lugar por muitos rios, que a China tem nauegaeis, e ahi pregou a fee catholica e conuerteu ao hospede, que o agazalhara, que era um *ferreiro* [emendado em: tecelão] com toda sua familia, e assim *outra* [emendado em pouca] mais gente, e que fez alguns milagres os quais os [ajuntado: bonzos] da terra lhe cauilaão por feitiçarias, e assim crecendo a enueja nos bonzos ou ministros dos idolos e instigados pelo demonio arreceoso não se seguisse dali algum dano seu grande, este Thomas foi apedrejado e dali a tres dias lhe sentirão ainda nomear o nome de Jesus como quem *aspirua* [emendado em: “Foi deitado no rio e sacado a praia”] e depois foi enterrado por seus discípulos [emendado em: “Os que conuertera”].

Saltando um parágrafo do documento – em que o mais interessante é ter referido também o vestígio visual, isto é a cruz “grande e formosa” da sepultura do santo homem,³⁵ bem como o vestígio espiritual da comunidade cristã (“com tudo sabião alguas orações”) –, ficamos a saber que: “O princípio disto diz, que poderia auer alguns seiscentos annos, que este Thomas ungaro uiera ter a China”.

³⁴ Mantemos inalterada ortografia, itálicos e notas à transcrição do Padre Schurhammer S. J.: “Um documento inédito sobre Fernão Mendes Pinto” In: *Revista de História*, Lisboa, vol. XIII, 1924, pp. 82–88/ pp. 5–6 aliás do separatum que consultámos. O texto do documento ARSI, Goa 38, fls 145r – 146v aparece reimpresso depois em *Gesammelte Studien, Orientalia II*, ed. László Szilas, S. I., Roma e Lisboa: Bibliotheca Instituti Historici SI, XXI, 1963, pp. 105–109, como apresentado e anotado também por Rebbecca Catz (com a colaboração de Francis M. Rogers) em: *Cartas de Fernão Mendes Pinto e outros documentos*, Biblioteca Nacional/Editorial Presença, Lisboa, 1983, pp. 123–127.

³⁵ Por tanto funcionaria à semelhança da pedra de Si-gran-fu, monumento epigráfico em siríaco e chinês, que demonstra uma evangelização nestoriana na China, muito anterior à católica. Esta prende-se ora com a obra de São Tomé (Mathieu Auguste Heurion: *História general de las misiones, desde el siglo XIII hasta nuestros dias*, p. 100: “Hemos probado que el Apóstol Santo Tomás evangelizó la India y la tradición assegura que llevó también a la China la antrocha del cristianismo, hecho fundado en la mención que de esto hace en el breuiário caldeo de la Iglesia de Malabar”) ora – duma forma genérica que esbarra as fronteiras entre cristãos de São Tomé e dos nestorianos – com a dos seguidores de Nestório (Cf. o clássico Helmuth von Glasenapp: *Die fünf Weltregionen*, Eugen Diederichs Verlag, Düsseldorf. Colónia, 1972 [na sua p. 340 na edição húngara consultada: *idem: Az öt villágvallás, ötödik kiadás*, Gondolat, Budapest, 1987]).

Confrontado com a descrição do texto da Peregrinação,³⁶ para além do nome do evangelizador aparece uma diferença cronológica abismal entre os dois depoimentos, já que no texto da Peregrinação são passados apenas “cento e quarenta e dous annos que aly viera ter hum estrangeyro em companhia de huns mercadores do porto de Tanaçarim do Reyno de Sião” – segundo afirma o livro que conservaria a sua memória. Ora tanto o topónimo real do acontecimento, o “Frol do Campo” que metaforicamente passa a Fiunganorse, que quer dizer “Castigo do Ceo”, como o livro das memórias deste local, um certo “Toxefalem”, ficam como não identificados nas de resto excelentes notas que Manuel Ollé escreveu para a recente edição dirigida por Jorge Santos Alves.³⁷ A mesma revisitação do estado dos nossos conhecimentos³⁸ menciona este tal livro entre as referências bibliográficas concretas que FMP pode ter utilizado, melhor dito: “It is not completely impossible that Fernão Mendes Pinto in fact used Chinese sources in the construction of his book of memories.”³⁹ O que não é bem a mesma coisa.

A adulteração do nome do santo homem não nos parece ser ingénua de um todo, tendo em consideração um longo processo de recuperação da “pré-história cristã asiática” por parte dos coevos e então “modernos” portugueses, que mapearam primeiro os seus percursos, para encontrarem um *modus vivendi* depois para as diferenças litúrgicas e hierárquicas que afectavam os cristãos malabares, ou de São Tomé sobretudo, mas os nestorianos também de certa forma.

Pelo menos durante o período de apogeu da Igreja Nestoriana, que coincide com o califado abácida e com o da navegação árabe para o Extremo Oriente, parece ter havido, efectivamente comunidades cristãs na Indochina, Península Malaia e Samatra – para além das comunidades bem conhecidas do Malabar, Ásia Central e China Meridional.

³⁶ Tomo a liberdade de citar do texto “restaurado” da *Peregrinação* da sua nova edição *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. III, querendo homenagear este excelente trabalho. Filologicamente menos correto, por questões de comodidade uso no texto FMP em vez de reproduzir *por extenso* o nome deste autor.

³⁷ *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. III, Notes, p. 125.

³⁸ Cf. também os estudos de Jorge Santos Alves e de Rui Loureiro respectivamente incluídos no presente volume das Actas do Colóquio.

³⁹ Rui Manuel Loureiro: “Mission impossible. In search of the sources of Fernão Mendes Pinto” In: *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. I, p. 250.

afirma Luis Filipe Reis Thomaz,⁴⁰ que em outros trabalhos esclarece os pontos de divergência e comuns que permitiram com a sinodo de Diamper uma união, mesmo que temporária da Igreja Romana e da Oriental. Embora não especificadas as deturpações, “[...] Fernão Mendez soube isto mais particularmente, e como esta gente se conseruaua na fee, posto com ignorancias” – afirma o texto do depoimento dado ao Padre Maffei em 1582. O seu “modelo de oração”, que aparece retratado na Peregrinação, parece querer atenuar estas diferenças, considerando a Virgem não apenas como “Theotókos”, mas com uma hipercorreção numa forma quase “tridentinamente” ultra-ortodoxa:⁴¹

correndo todos ao lugar onde nós estauamos, se puserão também de joelhos, leuando as mãos beijarão também a Cruz muytas vezes, dizendo com voz entoada, Christo Iesu, Iesu Christo, Maria micau vidau, late impone moudel, que em nossa lingoagem quer dizer Christo Iesu, Iesu Christo, Maria sempre Virgem o concebeo, Virgem o pario, Virgem ficou verdadeiramente.

PROCESSOS RETÓRICO-LITERÁRIOS PARA A AUTENTIFICAÇÃO DE VERDADES TEOLÓGICAS E PRÁTICAS RELIGIOSAS “GENTIAS” NA PEREGRINAÇÃO

Concordando com o termo que Luis Filipe Thomaz introduz a este respeito – aletema –, que revisita o de exotema de João David Pinto-Correia, julgo tratar-se do mesmo processo de Luis Filipe Thomaz, a propósito dum trecho do capítulo anterior da obra onde conclui: “The sentence quoted clearly makes no sense in any known language but there is testimony to its authenticity, *ipsissimis verbis*, and the theological maxim that follows presented as a mere translation and the statement of solemnity that the reader has already been prepared for.”⁴² Reparemos porém, que a primeira parte do termo original proposto por Luis Filipe Thomaz “aletema-exotema” este no grego-koiné do Novo Testamento significa precisamente uma verdade absoluta – uma verdade verdadeira – ou última, enquanto,

⁴⁰ Luís Filipe Reis Thomaz: “A carta que mandaram os padres da India, da China e da Magna China – um relato síriaco da chegada dos Portugueses ao Malabar e seu primeiro encontro com a hierarquia cristã local” Série Separatas (vulgo Separatas Verdes) do Centro de Estudos de História e de Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 1992, p. 29.

⁴¹ Cf. Luis Filipe F. R. Thomaz: Were Saint Thomas Christians looked upon as heretics? Separata The Portuguese and the Socio-cultural Changes in India, 1500–1800, Fundação Oriente, 2001, p. 68 e 70. O sínodo de Diamper propõe substituir o estatuto de Christotókos de Maria pela do Mater Dei.

⁴² Luis Filipe Thomaz: “The linguistic competences of Fernão Mendes Pinto and his use of Malay” In: *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. I. p. 351.

que aqui se torna algo muito relativo e subordinado à intenção do autor: um recurso estilístico de que se serve FMP para autenticar algo que é “inventado”, que fica assim ainda mais “reforçado” por efeito da sua “tradução”.

Antes de contextualizarmos o episódio do capítulo 96 da *Peregrinação*, seja-me permitido citar *por extenso* uma sua outra “variante” textual, que parece-me não ter sido ainda considerada, e posta em paralelo com a de FMP por parte da literatura secundária citada já. Trata-se da *Historia de la Sagrada Orden de los Predicadores en los Reynos de la Etiopia* [...] de Luis de Urreta,⁴³ mais uma obra que em data anterior à da publicação das memórias de Fernão Mendes Pinto, trata de forma semelhante o papel de Mateus Escandel de Buda, como nos casos apurados por Francisco Roque de Oliveira.

120

“Entró en la ciudad de Colozan un humbre llamado Matheo Escandel húngaro, natural de la ciudad de Buda que avia sido ermtaño en el monte Sinay, y fue a la China con los mercadores del reyno de Siam, no solo hazia una vida muy áspera, mas por el hizo Dios nuestro Señor milagros y aviendo resucitado cinco muertos, fue su santidad muy conocida, y respetada de los vezinos de aquella ciudad, por lo qual los Sacerdotes de los Idolos, viendose vencidos en sus disputas, y que se convertian muchos a la Fé de Jesu Christo, como obstinados y llenos de ira y rabia contra el santo Varón, solicitaron a los Gentiles dando remission de pecados al qual truxesse leña para quemar al nuevo predicador y pegandole fuego, le echaron en el; pero el santo Matheo hizo la señal de la santa Cruz, com cuya virtud se apagó en un punto, no sin grande admiracion de todos los infieles: però los sacerdotes ciegos, y locos, incitados y compelidos por las fúrias infernales, arremetieron al Santo, y com los tizones, y palos que no se avian quemado, le dieron tantos golpes que le mataron: y no contentos com esto, le echaron en el corriente de un caudaloso rio que alli corria y a la vista de todos (caso maravilloso) estuvo cinco dias en médio del rio sin menearse, como si estuviera clavado, lo qual fue gran motivo para que se convirtiessen algunos infieles y aun ay muchos que se conservan en la fé que el santo les predico y enseñó y se muestran las ruínas oydia de una ciudad que milagrosamente en castigo de esta injusta muerte, la Megestad divina assolo, porque después enterrado el cuerpo, tembló toda aquella tierra, tanto que espantados se salieron de la ciudad com sus haciendas, y se subieron en un monte, blasfemando de sus Dioses y abalando el Santo, diziendo que aquellos extremos, en la naturaleza, eran castigo por la muerte del inocente. Los sacerdotes oyendo aquellas palabras les dezian,

.....
⁴³ *Historia de la Sagrada Orden de los Predicadores en los Reynos de la Etiopia Trata de los prodigioso santos y Mártýres, y Confessores, Inquisidores Apostólicos, de los Conventos de Plurimanos, donde viven nueve mil frayles: del Alleluya con siete mil y de Bedanagli, de cinco mil monjas: con otras grandezas de la Religion del padre Santo Domingo. Dirigida al reverendissimo maestro el P. F. Luis Y stella, quodam vicário general de la Sagrada Orden de Predicadores: y al presente maestro en el palacio Sacro Apostólico. Por el Presentado Fr. Luys de Urreta, hijo del Convento de Predicadores de Valencia, Con privilegio, Imprensa en Valencia, en casa de Juan Chrystomo Gamiz, junto al molino de Rovella, Año 1611.*

que no dixessen tales blasfémias que ellos rogarían al Dios de la noche, que emendasse a la tierra que no temblasse, y para esto fueron mas de quatro mil Sacerdotes al Templo del Idolo de la noche, y estando haziendo sus sacrificios, a las onze de la noche, cayó todo el Templo sobre ellos, y abriéndose la tierra los trago vivos, que dando en memoria deste castigo en aquel lugar del Templo un lago de mas de cien braças de hondo, y la ciudad que antes en su lengua se llamava Flor del Campo, como se hundió toda com los temblores, se llama agora, castigo del Cielo y solo han quedado algunas ruynas de su grandeza en una aldeã que se llama Xifagã, dôde los Portugueses en nuestros dias han hallado algunos que sabian estas palabras: Jesu Christo, Maria siempre virgen concibió, le parió y virgen quedo. Y sabiendo estos Chinos, que los portugueses eran de su misma ley, los regalaron, y dieron noticia deste admirable caso, y les mostraron un libro de las maravillas que el Señor avia hecho por aquel su siervo.”⁴⁴

O texto supra, evidencia também a sua fonte ao afirmar:

“Y desterrarán el espanto, si leyeran la Relación de Fray Marcelo de Ribadeneyra, el qual escribe, que entre los libros de los Chinos tienen hay una que se llaman Toxefalen donde se le lo siguiente.”

121

O que mais nos interessa porém, são as especulações relativas ao “protagonista”, que são as seguintes:

“Pues si este santo varón Matheo, desde la ciudad de Buda en la Hungria fue hasta China, tierras tan remotas, y apartadas, no ay que espantar que los religiosos de la Etiopia ayan ido a la China, siendoles a ellos mas fácil que a los Ungaros, lo uno por estar mas cerca de la China, y lo outro, por ser religiosos Dominicanos de la Etiópia, muy doctos en la léngua Arábiga, Sira, Persa e India, que son muy comunes en toda la Asia, de las cuales no tienen noticia las de la Europa, en el qual está Ungria.”⁴⁵

O exemplo da missão e sacrifício se Escandel serve para o autor dominicano como pretexto duma reflexão dupla: sendo os da Etiopia depositários dum know-how para a pregação mais adequado, favorecidos por uma proximidade “cultural e geográfica” maior, explica-se também se sentirem indigitados, mais de que outros, para um protagonismo maior na evangelização, a escala global e a chinesa em especial.⁴⁶

⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 76–77.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁴⁶ Curiosamente, a missão do italiano Marignoli para a Tartária levava consigo húngaros precisamente partindo do pressuposto de que sendo os magiares de origem asiática, a sua língua seria inteligível e útil na mediação.

TEXTOS, CONTEXTOS E HIPERTEXTOS:
O CAPÍTULO 96 DA PEREGRINAÇÃO
NUM BALANÇO COMPARATIVO

Embora que se possa juntar este episódio tematicamente aos de Inês de Leiria (capítulo 91)⁴⁷ e de Tomé Moustangue (capítulo 43) respectivamente – com justa razão interpretados como “contos exemplares” por Rui Loureiro –, julgo poderemos apontar para outros paralelismos considerando-os pequenos textos “hagio-gráficos” também. Trata-se do capítulo 164 – “De que maneyra este embaixador fallou ao Calaminhan, da resposta que lhe deu & como nesta cidade se pregou antigamente a ley euangelica” – em que depois duma exposição de dados que conhecemos do Livro da Génesis, pela voz dum grepo, ficamos a saber o seguinte:

122

Ainda que já isso se certificou nesta terra antigamente pelo dito de hum homem chamado João que veyo ter a esta cidade, do qual se escreue que era homem santo, & que foi discípulo doutro que se chamaua Tomé Modeliar, criado de Deos, que os naturais de Dumclee tinham morto, porque pregaua publicamente que Deos se fizera homem, & morrera pelos homens, cousa que nesta terra fez tamanho abalo em toda a gente, que muytos crerão ser isto verdade; & outros de maneyra de contrabando, por excitação dos grepos da ley de Quiay Figrau deos dos atamos do sol, lhe reprouauão o que dezia, pelo qual foy desterrado desta cidade para o Sauady reyno dos Bramaas, & dahy pelo mesmo caso foy desterrado desta cidade de Digum, onde foy morto, por causa que pregaua disto publicamente, que era certificar que Deos se fizera homem, & se pusera na Cruz pelos homens. A que o Gaspar de Meilrelez, & nós todos com elle dissemos, que tudo aquilo que aquelle homem aquy pregara, era sem falta a verdadeyra verdade.

Esta verdade verdadeira (ἀλήθειά) parece confundir-se neste caso com teologias muito menos reconciliáveis do que no caso dos Tomás e Marias, frutos da conversão de Mateus, quando – sem querer (ou sem saber?) e bem-intencionado – FMP confunde formas ou práticas budistas interpretadas positivamente, à luz do dogma católico, no texto da Peregrinação, um pouco depois.⁴⁸

.....
⁴⁷ “Por outro lado, a China, para os peregrinos do mundo asiático, permite o reencontro com os compatriotas da diáspora, como Inês de Leiria, filha de Tomé Pires, e de Vasco Calvo, companheiro no cativeiro do mesmo Embaixador. Em ambos os episódios se destaca o reencontro com o que é considerado como o signficante mais expressivo da própria cultura e identidade – a cruz de Jesu Cristo: «se me lancou aos peis, & com grandes soluços & muitas lagrimas começou a dizer: bendito Jesu Christo, pois a cabo de tanto tempo & em tamanho desterro permitio vere meus olhos homem Christão que professasse a ley de meu Deos posto na Cruz»” – lembra António Manuel de Andrade Moniz “A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto na China”, *separatum*, Instituto Oriental, Lisboa, 1992, p. 271.

⁴⁸ “Quando espirrão fazem o sinal da Cruz como nós, & dizem Quiay doo sam rorpy, que quer dizer, o Deos da verdade he três & hum. Pelo que parece, como já atrás fica dito, que teue esta gente alguma

Para alguns dos intérpretes literatos⁴⁹ da obra de Fernão Mendes Pinto, o nível cultural e dos valores apriorísticos atribuídos aos povos “sem ley” carecem de fundamentação teórica.⁵⁰ Jaime Cortesão, pelo contrário, encontra nesta atitude um louvável caso de universalismo.⁵¹ Na minha tese de doutoramento julgo poder ter demonstrado, que o capítulo 96 da Peregrinação é uma espécie de contraponto também de outros episódios e passagens, onde a condição do cristão asiático prende-se apenas com as conveniências de circunstância e de lugar.⁵² Os Tomas e as Marias encontrados (ou inventados) que são os seguidores de Mateus/Tomé mártir, são um bom exemplo duma semente evangélica, em nada comparável ao caso daqueles que Charles Ralph Boxer chamaria como “cristãos de arroz”,⁵³ referidos e criticados por FMP também. Muito pertinente me parece a observação de Rui Loureiro sobre “os silêncios” e/ou omissões de Fernão Mendes Pinto: a dar crédito ao itinerário “mítico” Monte Sinai – Tanassarim – China litoral e o Interior do mártir húngaro, o que nos estranha é precisamente não o ter colocado em paralelo Fernão Mendes com o do seu percurso físico, narrado no capítulo 6 da sua obra. Convém reafirmar, antes de expor a nossa conclusão, que lendas, nomes e cruz são porém atributos simbólicos também, além de reflectirem evidências, em outras paragens também,⁵⁴ do encontro com uma identidade cristã pré-Vasco da Gama.

.....
 notícia da nossa ley Euangelica que he somente a verdadeyra”. *Peregrinação*, capítulo 165, p. 565. Ver também os comentários de Volker Grabowsky, *Fernão Mendes Pinto and the Peregrinação*, Studies, Restored Portuguese Text, Notes and Indexes directed by Jorge Santos Alves, Fundação Oriente, INCM, Lisboa, 2010, vol. III., p. 220.

⁴⁹ Nesta longa lista queria destacar Maria Alzira Seixo, mas não apenas pela sua obra virada especificamente ao texto de Fernão Mendes Pinto, mas também o seu aporte de enfoque mais genérico, como os que encontramos em *Poéticas da viagem na literatura*, Edições Cosmos, Lisboa, 1998.

⁵⁰ Cf. por exemplo Francisco Ferreira de Lima: “O gentio é gente (mas nem tanto). Fernão Mendes Pinto e o Mundo Sem Cristo” In: SITIENIBUS, Feira de Santana, n.º 17 pp. 50–72 (julho/dez. 1997) Consultar na Net: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/17/o_gentio_e_gente.pdf. Ver também G. Le Gentil: *op. cit.*: “Les Jésuites, Lucena en 1600, du Jarric en 1608, l’adoptent de confiance, bien qu’une tradition, accréditée jusque-là, reserve cette même gloire à l’apôtre saint Thomas.”

⁵¹ [Pinto] “representa um conceito hetedoroxo no mais alto grau, contém o germe do deísmo, e é desde logo uma das mais arrojadas expressões do humanismo universalista atingido por um português” Jaime Cortesão: “Fernão Mendes Pinto e o humanismo crítico” *Obras completas de ...*, vol. VI., Lisboa, Portugalia Editora, 1965, p. 142.

⁵² István Rákóczi: *A XVI. századi portugál gyarmatosítás egykorú megítélése Fernão Mendes Pinto Peregrinação-ja* (A avaliação crítica coeva da colonização portuguesa e a Peregrinação de Fernão Mendes Pinto) Bölcsészdoktori disszertáció, Budapest, tese policopiada, 1985, pp. 70–74.

⁵³ Cf. Ch. R. Boxer: *A igreja e a expansão Ibérica (1440–1770)* Edições 70, Lisboa, 1981, p. 101.

⁵⁴ Zoltán Biedermann: “Nas pegadas do Apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII”, In: *Anais de História do Além-Mar*, Nº 1, 2000, sobre a casa do bemaventurado Sam Thomé: pp. 287–386, sobre a cruz: p. 373, a reinvenção de uma identidade cristã: lendas, nomes e a cruz até no título de um subcapítulo, p. 363.

SÃO JORGE “MEGALO-MÁRTIR” – BEATO ESCANDEL “MICRO-MÁRTIR” CATÓLICOS

124

Enquanto aguardamos novos elementos – literários, filológicos, arqueológicos e outros – na “micropintologia”, a título de uma conclusão “dinâmica”, seja-me permitido fazer uso duma última comparação. O soldado de Capadócia, o patrono nacional da Arménia e Inglaterra modernas, como uma personagem vivo “real”, por ventura nunca terá existido, o que não invalida em nada nem a feição do seu *exemplum vitae*, nem a sua veneração universal. O seu nome Georgios, significa literalmente apenas camponês em grego, o que explica muito da rápida divulgação e evolução do seu culto,⁵⁵ num contexto de que é tirado e tornado algo superior e sublime até quinta essência. É um padrão absoluto: o vulgar mas também repetitivo e didáctico acto de um testemunha da sua fé preferir morrer por ela a viver renegando-a, não conhece fronteiras e vive pela sua lenda. São Jorge, militar, é símbolo de um tipo de martírio. O beato Escandel, que também podia nunca ter existido, obedece, e da mesma forma a um esforço maior, associável aos Húngaros. Desde o frade Julianus, que parte para para a procura dos seus “magiães perdidos”, passando por Elias da Hungria ou Gregorio da Hungria que partem para Ásia em missões franciscanas,⁵⁶ há uma longa lista de – sobretudo de frades, mas não só –, que partem em missão para a longínqua Ásia, incluindo a China, de donde e aonde neste vaivém, são portadores da fé, saberes, notícias e informação. Por que não ver em “Mateus Escandel de Buda” uma expressão do apreço e reconhecimento deste empenho e aporte colectivos que na sua figura tomam corpo para um modelo exemplar?

.....
⁵⁵ Cf estudo de István Lénárd Magyar: Hagios Georgios Megalomartyr, “az ismeretlen katona” (Hagios Georgios Megalomartyr – “o soldado desconhecido”) In: *A középkor szerete, Történeti tanulmányok Sz. Jónás Ilona tiszteletére* (O amor ao medioévo), org. Gábor Klaniczay – Balázs Nagy, ELTE BTK Közép- és koraiújkori Egytemes Történeti Tanszék, Budapest, 1999, pp. 59–65.

⁵⁶ Cf. Para os aspectos gerais ver Juan Gil: *La India y el Catay. Textos de la Antigüedad Clásica y del medioevo Occidental*, Alianza, Madrid, 1995 e no que diz respeito a estes húngaros na Net: István Kiszely: *A magyarok és a Kelet-kutatás*, http://www.kiszely.hu/istvan_dr/007.html

LENDAS INSULARES ATLÂNTICAS NA ÉPOCA DO RENASCIMENTO

A literatura de viagens é um género demasiado abrangente para poder ser sujeita a uma definição categórica e definitiva. Segundo a enumeração de João Rocha Pinto, inclui

fontes narrativas: crónicas; descrições de cercos; descrições de naufrágios; relações de viagens; cartas, memórias, testemunhos; diários de viagem e diários de navegação; colecções de viagens; livros de armadas; descrições geográficas, sócio-económicas, etnográficas. Obras técnicas: livros de armação, roteiros, livros de marinharía, guias náuticos.²

Há, porém, um fio unificador nesta diversidade de escritas. Este fio é o encontro com o Outro, o Novo, o Diferente e a reacção perante ele através da deslocação física, geográfica. É Maria Alzira Seixo que escreve:

A Literatura dos Descobrimentos [...] aparece-nos hoje como a manifestação escrita da descoberta de outros mundos, outros povos e outras culturas, isto é, do efectivo primeiro diálogo textual entre a Europa Ocidental e o resto do planeta, e, para o caso que aqui mais nos interessa, como proposta de novos modelos narrativos, adequados à nova experiência e relevando uma sensibilidade em mutação.³

O período estudado, o Renascimento, era um mundo “*entre mito e utopia*” – segundo o título do estudo de Vitorino Magalhães Godinho⁴ –, entre o mito-projecto do futuro e os mitos do passado que o contrapõem, isto é, um mundo em mudança, de compromisso entre o passado ainda vivo mas pouco a pouco

.....
¹ Universidade de Szeged ■ gasparkonya@gmail.com

² João Rocha Pinto: *A Viagem: Memória e Espaço: a Literatura Portuguesa de Viagens, os Primitivos Relatos de Viagem ao Índico 1497–1550*. Lisboa, Sá da Costa, 1989.

³ Maria Alzira Seixo: “Sistema Literário e Sistema Cultural”. *Mare Liberum* 1, Dezembro (1990), pp. 171–174.

⁴ Vitorino Magalhães Godinho: “Entre Mito e Utopia. Os Descobrimentos, Construção do Espaço e Invenção da Humanidade nos Séculos XV e XVI.” *Revista de História Económica e Social* 12, Lisboa (1983), pp. 1–43.

esquecido e o presente que se estava vivendo, mas onde o passado ainda surge de novo, intercalado na nova terminologia, usando e às vezes abusando da força comprovante atribuída ao olhar. Afirmando e reforçando que o Renascimento significava uma tendência de ruptura com o passado, o objectivo deste estudo não permite esquecer a outra faceta do movimento, que era de continuidade com o passado e com a força influenciadora dos antigos. É esta antítese entre ruptura e continuidade – termo emprestado do estudo de Maria Leonor Carvalhão Buescu sobre a poesia ibérica renascentista⁵ – que caracteriza esta época:

o Renascimento surge aos nossos olhos como um oceano de contradições, um concerto por vezes estridente de aspirações divergentes, uma difícil concomitância da vontade de poderio e de uma ciência ainda balbuciante, do desejo da beleza e de um apetite malsão pelo horrível, uma mistura de simplicidade e de complicações, de pureza e de sensualidade, de caridade e de ódio.⁶

126

É uma época que já desfez muitos dos mitos do mundo desconhecido mas que ainda guarda em si a mentalidade e os medos do passado, aproximando o Novo e o Desconhecido com uma atitude proveniente das ideias feitas das antigas autoridades e crenças.

Todos os ‘medos, fantasias e visões’⁷ da época constituíam uma herança do passado e actuavam como força impulsionadora ou retardadora sobre a vontade descobridora. O efeito duplo, tanto benéfico como malévol, que a imaginação exercia sobre os viajantes arrojados é explorado – entre outros – no livro de Michel Mollat du Jourdin⁸ que descreve o mar como fonte de origem e símbolo destes medos e ambições. É esta ambiguidade que serve como tema do presente trabalho também. Ilhas lendárias, tanto paradisíacas como infernais, ou simplesmente fantásticas, como as Purpúreas, Górgades ou Górgonas, ilhas das Senhoras do Ocidente, ilhas da Mauritània, Inacessa, Planária, Antolade ou Junónia, Invalis, Ninguária, Bracis, Afortunadas, Antilhas, Ventura, Lobos, Corvos, Columbária, Conejos e tantas outras⁹ são buscadas e julgadas terem sido encontradas.

Quanto às ilhas de felicidade, a ideia da presença, da existência delas nas águas atlânticas tem base na antiguidade, continua a actuar na literatura cristã de quatrocentos e quinhentos, persiste no pensamento europeu também no século

⁵ Maria Leonor Carvalhão Buescu: *Sobre o Renascimento Português: Reflexões e Notas*. in: *Ensaio de Literatura Portuguesa*. Editorial Presença, Lisboa, 1985.

⁶ Jean Delumeau: *A Civilização do Renascimento*. Imprensa Universitária Nº 37, editorial Estampa, Lisboa, 1984, volume I.

⁷ Título do número 13 da revista trimestral *Oceanos*, Março 1993.

⁸ Michel Mollat du Jourdin: *A Europa e o Mar*. Presença, Lisboa, 1995.

⁹ Elizabete Maria Costa Miei: *A Atlantização Mítica do Éden. Novos Mundos, Novos Paraísos*. Coimbra, s. n. 2001, tese mestr. História da Expansão Portuguesa, Univ. de Coimbra, 2001.

XVI e tem grande popularidade até à Idade Moderna. Era colocado em vários pontos da terra, como: no Oriente; fora do trópico do Capricórnio e do trópico de Câncer; na zona equinocial, mais temperada; num lugar mais alto, já separado do planeta, onde nem nuvem, nem vento, nem tempestade podem chegar; numa ilha; numa montanha, também elo de ligação entre terra e céu. A montanha era talvez o lugar preferido para colocar o paraíso terreal. Armando da Câmara Pereira observou que “a montanha tem algo a ver com a demarcação epicêntrica do sagrado unido com o profano.”¹⁰ As opiniões diferentes dos antigos sábios já criam a impressão de que todos tinham uma concepção própria, individual. A existência de um Paraíso Terreal exerceu efeitos contrários sobre a vontade descobridora dos viajantes: por um lado, era um elemento indubitavelmente estimulante, mas ao mesmo tempo, porque era colocado além de terras e mares quase inultrapassáveis – cheios de sereias e outros monstros híbridos – e porque podia ser aproximado e contemplado só pelos justos e virtuosos, mas inacessível a eles também, mostrou os limites da expansão humana. Um símbolo desta barreira, desta fronteira – mental, com certeza – era aquela estátua de bronze de tradição árabe que apontava para o Ocidente, indicando que já não se podia prosseguir mais por aquele caminho. Esta estátua, colocada segundo Ibn Wardy (século XIII) nas Ilhas Khalidat – correspondente árabe das Ilhas Afortunadas – no Oceano Atlântico tinha o seu correspondente também no mundo português, dado que o rei Dom Manuel I incumbiu Duarte Darmas de a desenhar na ilha do Corvo, numa das mais ocidentais ilhas dos Açores (PEREIRA 88). Deve salientar-se, porém, a actividade desmistificadora que as camadas cultas, letradas, desempenharam para dissipar aquelas lendas e superstições que actuavam como factores inibitórios na actividade descobridora. Um dos papéis mais importantes de Gomes Eanes de Azurara e de outros que o seguiram era de destruir os mitos que impediram a navegação, mostrando o carácter fantástico deles, demonstrando por exemplo que não havia zona tórrida, inabitável, nem monstros marinhos ou terrestres que destruíam todos os que ousaram aproximar-se. Um exemplo do desaparecimento de um mito retardador é fornecido por Francisco de Andrada, cronista da viagem de Vasco da Gama quando o descobridor do caminho marítimo para a Índia foi enviado novamente à Índia, desta vez por D. João III, para desempenhar a função de vice-rei. A descrição de um chamado “tremor de mar” e a reacção perante este fenómeno mostra como o sentido de humor pode tornar o motivo do medo humano ao revés, numa manifestação do respeito da natureza perante o homem:

¹⁰ Armando da Câmara Pereira: *Ciência e Mito nos Descobrimentos: Ensaio Iconológico sobre Cosmografia e Cartografia*. [Angra do Heroísmo]. Direcção Regional dos Assuntos Culturais, D. L. 1990.

[...] sendo passada uma grande parte da noite deu tamanho tremor em todas as naos, que cada huma dellas se ouue por perdida [...] e sem entenderem o que era se fazião sinais humas has outras com muytas bombardadas, para se guardarem do perigo em que a cada uma dellas parecia que estaua [...] O conde [Vasco da Gama] não deixou também de estar algum tanto confuso com esta nouidade, porem hum médico que leuaua consigo, que tinha conhecimento da arte da astrologia, lhe tirou esta confusão, dizendo-lhe que era tremor do mar, com qual desengano sahio ao conuez, e com a boca cheya de riso disse há gente que não temesse, antes se alegrasse; porque o mar tremia delles, com que todos ficarão animados e contentes.¹¹

O Paraíso Terreal era principalmente um lugar de felicidade, e deste ponto de vista é parecido com as Ilhas Afortunadas, as ilhas de São Brandão e outras ilhas míticas.

128

Com o decorrer do tempo, os navegadores encontram terras que são descritas como se fossem jardins edénicos, acentuando a abundância de vegetação e de água, clima saudável, uma população indígena inocente, amistosa, duma simplicidade adâmica e às vezes duma longevidade dos patriarcas anteriores ao Dilúvio bíblico. São estas as características descritas não só por Colombo e Caminha, quando encontram as Antilhas e o Brasil, respectivamente, mas também por vários outros autores-viajantes. A grande diferença entre Colombo e os relatos portugueses posteriores é que Colombo verdadeiramente acreditava na sua proximidade ao Paraíso Terreal, enquanto nas descrições quinhentistas portuguesas a menção do Éden ou do horto dos prazeres é mais uma figura de estilo do que uma firme convicção.

Elizabete Maria Costa Mieiro junta estas descrições míticas quatrocentistas e quinhentistas portuguesas das terras de promessa no seu estudo sobre a atlantização mítica do Éden. As imagens que presidem no inconsciente colectivo da humanidade sobre o paraíso terrestre manifestam-se nestes escritos, quer se trate das ilhas atlânticas, quer do continente africano ou sul-americano.

O arquipélago da Madeira era descrita várias vezes como se fosse uma terra de promessa. A Madeira e o Porto Santo, abrigos importantes para os navios a caminho do Atlântico meridional, eram descritos por vários autores como um lugar ideal não só de estacionamento e descanso, mas de estabelecimento também. Damião de Góis, ao descrever a cena quando Bartolomeu Perestrelo pediu a capitania da ilha, caracteriza-a como “ilha de bons ares, e boas agoas de fontes.” (MIEIRO 60) Gaspar Frutuoso, padre, doutor em teologia e mestre em Artes, sempre mais obsesso pela imagem do paraíso terreal, afirma:

.....
¹¹ Miguel Faria. “Vaticínios e Superstições 1524–1577”. In: *OCEANOS* 13 (1993), pp. 50–57.

Deos a poz no mar Oceano Ocidental, para descanso, refugio, colheita e remedio dos navegantes. [...] por ser tal, e parecer nelle hum único horto terreal tão deleitoso, em tão bom clima situado ou criado, hum estrangeiro dice que parecia que, quando Deos des-cêra do Ceo, a primeira terra em que pozera seus Sanctos Pees fôra em ella. (MIEIRO 61)

Leonardo Torriani, baseando-se no relato de Cadamosto, também descreve a riqueza extraordinária da Madeira: “porque toda ela é um jardim e tudo aquilo que ali se colhe é ouro.” (MIEIRO 61)

O arquipélago mítico cabo-verdiano era associado nas descrições dos humanistas – entusiasmados em relacionar as terras encontradas com as denominações mitológicas dos antigos – ora com as Górgonas (também chamadas Górgades ou Orcades), lar das medusas, ora com as Hespérides, morada dos seres mitológicos que guardavam as maçãs de Hera no jardim das Hespérides. O próprio Duarte Pacheco Pereira utiliza a denominação “asperidas”. É de novo Gaspar Frutuoso que descreve as bananeiras cabo-verdianas, evocando mais uma vez a imagem do jardim edénico e ao mesmo tempo efectuando a cristianização do jardim gentio das Hespérides: “partido aquele figo ou banana em talhadas ao través, em cada talhada, se vê matizada a figura do crucifixo da cruz, pelo que dizem os naturais da terra e moradores dela, que aquele é o fruto vedado do Paraíso Terreal.” (MIEIRO 69)

A ilha dos Amores camoniano, prémio dos ousados descobridores, também apresenta a mesma flora, a paisagem dum jardim das delícias, como as estâncias LIV–LVI do canto IX também demonstram.

Os medos da época, fortemente ligados à religiosidade em geral e ao pesadelo opressivo da condenação em particular, às vezes aparecem juntos com a descrição paradisíaca dum lugar desejado. No caso dos Açores, é o acima mencionado Gaspar Frutuoso que relata a viagem de Gonçalo Velho que durante a viagem à procura da ilha de S. Miguel também tocou na ilhota de Vila Franca. Em vez de consagrarem a ilha – anteriormente desconhecida – com os ritos que eram o costume, rezaram só uma chamada missa seca, isto é, “uma mera recitação das preces litúrgicas sem consagração”.¹² Tendo efectuado isto, ouviram a fúria infernal dos demónios, habitantes da ilha, que se desdobrou nos gritos cheios de raiva: “nossa é esta ilha, nossa é.” Espantados pelos berros incessantes dos demónios, logo fizeram o rito cristão necessário para tomar em posse a terra descoberta e simultaneamente expelir as forças malévolas. Apesar de Gaspar Frutuoso acabar a sua relação deste acontecimento dizendo que não acreditaria na veracidade

.....
¹² Maria de Jesus dos Mártires Lopes: *Devoções e Invocações a bordo da Carreira da Índia (Séculos XVI–XVIII)*. in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*. Angra do Heroísmo, 1996. Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, 433–444.

do acontecimento (afirmando que Gonçalo Velho provavelmente nunca chegou a Vila Franca) (MIEIRO 64), a moral do episódio é evidente: trata-se duma repercussão tardia das viagens visionárias da Idade Média, que reafirma mais uma vez que são só os justos e os crentes, viajantes sob o signo de Deus que podem tomar posse das terras inexploradas, lar das forças malévolas. Gaspar Frutuoso, aliás, descreve a ilha de S. Miguel como “um riquíssimo e fresco jardim e deleitoso vergel, como um terreal paraizo.” (MIEIRO 66)

O estado simultâneo de paraíso, inferno e purgatório destas ilhas é ainda mais evidente na descrição do padre António Cordeiro que descreve campos férteis e lindíssimos campos cheios de variadas flores, aves de um cantar maravilhoso, ar saudável e águas abastecedoras junto às furnas, grandes e profundas concavidades cujo som infernal oferece um contraste violento à paisagem paradisíaca: “ao pé da descida huma ribeira de claras, e frescas aguas, e com pouca distancia hum ribeiro de agua que sendo fria, parecia verde, vermelha, dourada, e ferrugenta, segundo os diversos fundos, ou lastros que embaixo tinha, e logo mais adiante para o Sul viram duas abertas furnas.” (MIEIRO 66).

A ilha de São Tomé continua, de igual maneira, esta dualidade do celeste e do infernal. Münzer descreve a visão de fertilidade quase excessiva que D. João II tinha desta ilha: “há em S. Tomé árvores tão altas que um fundibulário dificilmente lhes atinge o cume com uma pedra. Os seus frutos assemelham-se a cabaças e servem de vasos [...] as cidras dessa terra são tão grandes que é difficil a um homem transportar quatro.” (MIEIRO 72)

Simultaneamente, a presença de monstros marinhos, de medida também excessiva, é quase indispensável para obter a visão do jardim de Éden, na Bíblia também rodeado por terras demoníacas. Costa Mieiro demonstra claramente a necessidade mitológica desta dualidade quando comenta sobre a presença simultânea de terras férteis e de gigantes míticos no arquipélago das Canárias:

a dialéctica do claro escuro está presente em toda a parte: paraísos de excelências, mas também infernos de terríveis calamidades; às belezas bucólicas correspondem horrores hediondos. Desde o início dos tempos, ao paraíso adâmico, fresco, belo e farto, se opunha a aridez e secura do deserto que o cercava. Não podemos deixar de ter presente que o paraíso terrestre teve sempre nas suas proximidades paisagens infernais. Também nestas ilhas, de extraordinária beleza, há vulcões activos, originando a sombra dos medos, o horror dos cataclismos impiedosos, frente à fragilidade e à pequenez humana. Há repulsão/atracção das forças que da terra ou do mar abalam a ordem comum do dia-a-dia, destruindo, mas também fertilizando. (MIEIRO 57)

Na viagem de Colombo, esta dualidade também persiste: o célebre descobridor genovês, chegando a Española (ou Hispaniola, quer dizer, à República Dominicana e o Haiti dos nossos dias) identifica-a com a Ofir bíblica, também denomi-

nando um vale bellissimo na Ilha da Tartaruga, adjacente, por Vale do Paraíso. Bartolomé de Las Casas também descreve a presença de alguns monstros na ilha, guardas do tesouro que estava lá: “hombres de un ojo, e otros com hocicos de perros que comiam los hombres, e que en tomando alguno, lo degollaban y cortánbale sus instrumentos viriles.” (MIEIRO 76) É verdade, ele acrescenta que nunca viram estes seres, e que a existência deles pode ser causa do mal entendimento da língua dos indígenas. Mas deve acrescentar-se mais uma vez que Colombo, baseando-se na “Imago Mundi” de Pierre d’Ailly, verdadeiramente acreditava na proximidade do Paraíso Terreal, rodeado de homens-monstros. Daí a surpresa da inexistência destes seres: “Hasta aqui no he hallado [...] Ansi que mónstruos no he hallado”¹³

A visão ambígua, simultânea de paraíso e inferno, é típica não só em relação às ilhas atlânticas, mas, junto com a dualidade sagrado-terrível que caracteriza muitos destes arquipélagos, é típica das descrições do Brasil e – em parte – também do continente africano.

Julgo mais relevante acabar a exposição deste texto acentuando o papel principal que os eclesiásticos tinham na divulgação deste mito do paraíso e, através disso, o impulso que deram à vontade descobridora dos portugueses: “São os eclesiásticos os melhores repórteres das realidades paradisíacas contidas na obra da expansão e construção ultramarinas.” (MIEIRO 98) Em segundo lugar deve-se salientar a importância do papel régio. A coroa portuguesa, através de doações régias antecipadas destas ilhas imaginárias, impulsionou à acção, mobilizou as energias disponíveis dos viajantes para encher os espaços vazios dos mapas com informação útil. Era este o caso de João Vogado, que solicitou duas ilhas, denominadas Lono (ou Lovo) e Caprária, muitas vezes associadas à ilha de São Brandão, a norte do arquipélago de Madeira, onde só havia mar. As duas ilhas são-lhe concedidas em 1462, fazendo João Vogado passar buscas àquela parte do oceano-mar. Igualmente, como a existência de ilhas míticas ainda persistiu no domínio público, a desconhecida ilha das Sete Cidades foi dada a Fernão Teles por D. Afonso V em 1474. Doze anos mais tarde, D. João II emitiu uma doação da “mesma” ilha a Fernão Dulmo: “fernão dulmo Cavaleyro da casa del rey noso Senhor E capitão na hylha terceyra que ora vai por capitão a descobrir a ilha das sete cidades per mandado del rey noso Senhor E outrossy pareceo Joham afonso do estryto morador na hylha da madeyra na parte do funchal.” (MIEIRO 116)

Mesmo em 1593, Filipe II, já rei de Portugal como Filipe I, doou uma “nova ilha que aparece às vezes, vista de São Miguel” ao próprio capitão da ilha de São Miguel,

¹³ Maria Lucília Gonçalves Pires: “Imagens Quinhentistas do Brasil – Retórica da Descrição” In: *MARE LIBERUM* Nº 3, Dezembro 1991, pp. 225–233.

se ele a conseguir encontrar.¹⁴ A suposta existência destas ilhas míticas era uma boa oportunidade para o poder régio aproveitar a força atraente que a fama destas terras de riqueza, felicidade e saúde exercia sobre os arrojados navegantes.

Concluindo, podemos afirmar que por um lado as lendas e visões inibitórias à viagem se desfizeram aos poucos, mas as lendas estimulantes ainda permaneceram durante muito tempo, e são ainda hoje bem conhecidas. Estas últimas, porém, às vezes exerceram influência negativa sobre o contacto com o novo mundo, a imagem mítica sobrepondo-se várias vezes à realidade, inibindo uma visão real, ‘de experiência feita.’

Claro que não foram somente as lendas insulares que estimulavam estes povos descobridores em geral e os portugueses em particular para empreender novas viagens, mas também outras, (às vezes também ligando-se aos mitos insulares) como a do império do Preste João, do paraíso terreal (esta lenda entrelaçando-se com a das ilhas Afortunadas ou com a de São Brandão) ou o mito de um Oriente riquíssimo descrito por relatores fantasiosos como Marco Polo ou compiladores como John de Mandeville. Todos estes também constituem materiais fascinantes de investigação, mas objectos de um outro trabalho.

.....
¹⁴ Pedro Aveiro deAzevedo: *As Ilhas Perdidas*, Arquivo Histórico Português, II (1904), pp. 53–62. www.members.tripod.com/~ruipmartins/e Rákóczi István: *Tengelyek tengelye*, Mundus, Budapest, 2006, pp. 205–208.

NÁUFRAGOS PORTUGUESES NA TERRA DO NATAL

ENCONTROS ENTRE PORTUGUESES E AUTÓCTONES
BANTOS NOS MATOS DA ÁFRICA.
OS «CAFRES»: INIMIGOS OU SALVADORES
DOS NÁUFRAGOS EUROPEUS

As décadas que sucederam às viagens de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral assinalaram a época gloriosa de Portugal que, apesar de ter sido um dos estados territorialmente mais pequenos da Europa coeva, conseguiu alargar a sua esfera de interesses político-económicos por todos os continentes conhecidos do mundo de então. O papel, que o Reino Português tinha neste período como cabeça de um império ultramarino, investiu o país de uma importância económico-cultural determinante no estabelecimento das relações entre a Europa e os povos extra-europeus. Embaixador da civilização europeia, Portugal determinava a imagem que os autóctones de terras longínquas formaram sobre o homem europeu. No olhar deles, até ao aparecimento de navios holandeses nos mares do Oriente, o homem branco que vinha com as naus enormes da sua terra desconhecida era o homem português, e a língua que o homem branco falava era a língua portuguesa.

Este período pode ser aproximado de uma óptica filológica na base de um conjunto bem heterogéneo de fontes coevas. Entre estas fontes encontram-se os «relatos de naufrágios» que, compostos por sobreviventes de naufrágios ocorridos na Carreira da Índia, nos oferecem uma visão particular sobre as relações estabelecidas entre os naufragos portugueses e as tribos bantas na Terra do Natal. O propósito do presente artigo consiste na análise daquele “segundo acto” dos relatos que depois da descrição dos eventos trágico-marítimos prossegue com a história da sobrevivência dos naufragos – isto é, com as aventuras que lhes aconteceram a seguir à perda da nau.

.....
¹ Universidade ELTE de Budapeste ■ nkeszthelyi@gmail.com

A parte preponderante dos navios portugueses que sofreram naufrágio na carreira da Índia ao longo dos séculos XVI e XVII acabou por encalhar nas proximidades da região costeira sul-africana – conhecida, neste período, sob o nome Terra do Natal. Esta zona, que envolve uma faixa bem extensa do litoral na África de Sudeste, ia-se tornando, já nas primeiras décadas do tráfego transoceânico pela rota do Cabo, no calvário dos portugueses naufragados. A primeira estação deste calvário foi o lugar do encalhe – perto do Cabo das Tormentas, onde a maioria das naus se perdeu –, sendo a sua última etapa a feitoria portuguesa mais próxima da altura em que os sobreviventes deram à costa ou a primeira povoação autóctone que se mantivesse em contacto comercial com os patachos europeus. Durante esta marcha longa e dura a sobrevivência dos portugueses dependeu, em primeiro lugar, do contacto que os náufragos conseguiram estabelecer com a gente da terra que nem sempre manifestava uma atitude amistosa perante a chegada dos europeus.

134

As conotações, de que «os cafres», isto é, os bantos sul-africanos da Costa do Natal, gozavam no círculo dos leitores coevos às primeiras publicações dos relatos de naufrágios, eram, sem dúvida, bastante escuras. No fundo desta imagem negativa estavam, provavelmente, as circunstâncias desvantajosas aos portugueses em que se realizaram os primeiros contactos com os habitantes da terra africana. Estas circunstâncias revelavam-se bem diferentes das condições entre as quais os europeus armados, conscientes da própria superioridade civilizacional, se meteram em contacto com os indígenas da costa ocidental – para venderem-nos, como escravos, na Europa e nas colónias do Mundo Novo. A contradição entre esta sensação de superioridade, a que os portugueses conquistadores estavam acostumados em pleno período da expansão portuguesa, e a sujeição dos portugueses náufragos, caídos num mundo hostil e desconhecido, privados de todos os seus recursos civilizacionais, podia causar-lhes, ainda antes que fossem insultados num conflito qualquer pelos habitantes locais, um mau sabor na boca face aos novos contactos que eram obrigados a estabelecer com as tribos bantas da região costeira. Também devemos levar em conta, como circunstância desfavorável que tornava difícil o acordo com os africanos, a questão da língua, ou seja, a incompreensão da língua do outro que multiplicava os mal-entendidos e desencontros na comunicação entre africanos e portugueses. Nos relatos do naufrágios encontram-se várias alusões a este problema fulcral que colocava os acentos da comunicação nos actos e gestos, dificultando quer a explicação das próprias intenções, quer a interpretação dos propósitos da parte adversária:

(...) em vendo a estes homens assim juntos tomámos nossas armas e fomos ter com eles, cuidando que este fosse seu propósito; mas como tivessem outro (...), vendo nós sua determinação, também mudámos a nossa, começando de falar com eles; e dentre

todos um só, de que os outros faziam mais conta, e era o que respondia a nossas perguntas, que eles tão mal entendiam como nós as suas (...). (Naufrágio da nau S. Bento, GOMES DE BRITO 1966: 84)

Os que podiam remediar estes problemas que europeus e africanos enfrentavam na compreensão recíproca, eram, por um lado, os escravos – que também provinham, por sua vez, do continente africano, tendo raízes linguísticas comuns aos bantos locais – e, por outro lado, os portugueses que, sendo vítimas de naufrágios anteriores, tinham ficado antigamente entre os indígenas, estabelecendo-se nas povoações africanas e adquirindo conhecimentos básicos sobre as línguas bantas. Estes intérpretes, a que os náufragos chamavam «línguas»,² prestavam um enorme socorro aos portugueses que sempre ficavam aliviados ao encontrarem pessoas falantes da língua portuguesa – no centro do mundo selvagem da África:

Passando com estes receios à outra banda, tornámo-nos a ajuntar com o contramestre, em cuja companhia achámos um moço chamado Gaspar, que ficara da destruição de Manuel de Sousa; e sabendo nossa ida, veio ali esperar, desejoso de tornar-se a terra de cristãos; e por que a cousa de que mais necessitados estávamos era de língua, demos todos muitas graças a Deus por nos socorrer em tal tempo, inspirando tanta fé em um mancebo, e mouro de nação, que dentre aqueles matos e gente quase selvagem, de que já tinha tomado a natureza, se movesse a querer ir connosco e passar tantos trabalhos, como tinha experimentado, sem obrigação alguma que a isso o movesse. (Naufrágio da nau S. Bento, GOMES DE BRITO 1966: 104–105)

135

Contudo, nem estes línguas conseguiram entender todos os dialectos locais. Às vezes eles também ficavam com dificuldades ao ouvirem falar alguns habitantes que os vinham visitar no arraial. No relato compilado sobre o naufrágio da nau Nossa Senhora de Belém faz-se referência a um caso em que o língua, apesar de ser um escravo oriundo de Moçambique, isto é, do mesmo litoral de sudeste, não compreendeu a língua dos autóctones da Terra do Natal: “(...) nós, que levávamos pregos, os demos a alguns negros que chamámos, e por entre o mato nos seguíamos ao longo da água, a que mal entendíamos, porque o nosso língua, que era outro negro de Moçambique, só algumas palavras lhes entendia (...)” (Naufrágio da Nau Nossa Senhora de Belém, PERES 1938, III: 46–47)

.....
² O cargo dos línguas remonta à personagem conhecida pelo nome Gaspar da Índia, um cristão-novo que serviu de intérprete nos contactos entre portugueses e autóctones nas primeiras décadas do século XVI. Gaspar da Índia apareceu no papel do «língua» ao lado de personagens como Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, e D. Francisco de Almeida desde 1498 até 1516, deixando atrás a herança da carga tradicional dos línguas desempenhada por vários “Gaspares” ao longo dos Quinhentos e dos Seiscentos. (OLIVEIRA E COSTA 2000: 225–253).

Por causa da pouca estima de que gozavam em redor dos portugueses, e das vantagens que lhes significava o conhecimento das línguas locais, outro problema que se levantava com os línguas e escravos era o facto de serem os membros de menos confiança entre os habitantes do arraial. Nos relatos de naufrágios encontramos diferentes episódios sobre defecções quando os escravos, vendo mudadas as circunstâncias, abandonaram os patronos e aderiram aos cafres (PERES 1938, II: 38, 42–45, 50). Os portugueses mostravam-se conscientes do risco de poderem perder os escravos nesta nova situação que os favorecia: as palavras do autor do relato sobre o naufrágio da nau São João Baptista testemunham a atitude alterada com que os portugueses tentavam aproximar-se dos seus cativos: “(...) eu mandei um negro nosso fôsse apalpando, com um pau na mão, por onde era a passagem; e para o fazer com melhor vontade, lhe dei uma cadeia de ouro, porque eles não eram ali nossos cativos, e porque não fugissem para os da terra era necessário trazer-mo-los contentes.” (*Idem*, 74)

As evasões ficavam, porém, inevitáveis durante a marcha dos náufragos, igualmente às traições dos línguas locais que às vezes não hesitaram em enganar os europeus para tirarem vantagens da sua traição. Na relação que trata a história do naufrágio da nau Nossa Senhora de Belém, o autor explica que o língua António, já habitante da terra, era disposto a prestar serviço aos náufragos, porque assim podia monopolizar o comércio entre o arraial e a sua povoação. Quando, porém, os portugueses se meteram em contacto directo com os autóctones e resgataram sem a sua ajuda, António começou a opor-se aos interesses do arraial – despersuadindo os africanos de fecharem negócios com a companhia do capitão:

e assim já mandava dez e doze homens com espingardas, oito e dez léguas a resgatar gado, do que António se veio a ressentir, porque nisto perdia o que furtava quando o ia fazer, ainda que já estava bem aproveitado, mas contudo tratou de atalhar êste modo de resgatar, metendo em cabeça aos negros que nos não dessem gado, nem leite, porque não só lhes havíamos de enfeitiçar o que lhes ficasse, mas que lhes havia de morrer todo (...). (Naufrágio da Nau Nossa Senhora de Belém, PERES 1938, III: 51)

Temos de notar que os contactos entre portugueses e africanos não eram nada isentos de contrastes e lutas – às vezes sangrentas – de que os autores dos relatos não deixam de dar notícia, acompanhando a descrição dos eventos com atributos depreciativos e observações indignadas que visam convencer os leitores sobre a astúcia e perfídia dos indígenas. Entre as situações mais agudas em que os náufragos caíram durante a marcha pela Terra do Natal, merece ser referido o caso dos sobreviventes do naufrágio da nau S. João Baptista que, nas proximidades do Rio do Ouro, enfrentaram o grupo armado de mil cafres no mato. Esta luta talvez tenha sido o evento mais dramático e sanguíneo entre todos os conflitos violentos, deixando numerosos mortos e feridos na terra que os africanos despi-

ram sem lhes “ficar cousa nenhuma com que pudessem cubrir suas vergonhas” (Naufrágio da nau S. João Baptista, PERES 1938, II: 79). Ao evocar este memorável conflito também devemos mencionar, porém, que os indígenas, depois de terem saqueado os portugueses, se compadeceram do autor despido e ferido que foi buscar o acampamento deles para retomar a sua roupa. Os seus vencedores não se mostraram dispostos apenas a vesti-lo, mas até o curaram e também lhe deram de comer antes que se fosse embora:

Vendo-me eu nu e ferido com cinco frechadas penetrantes (...) determinei meter-me pela terra dentro com estes ladrões, para me curarem, e ver se me queriam dar alguma coisa para me cobrir (...), que não podia ser que aquêles cafres não tivessem compaixão de nos ver assim. (...) e ali, num pouco descampado, se ajuntaram todos com os furtos que nos roubaram; e o Rei, conhecendo-me, me mandou tirar as frechas e curar com um azeite que lá têm, a que chamam mafura, e depois de curado me deram um gibão véelho, sem mangas, e do mantimento que nos tinham roubado me deram um pouco. (*Idem*, 79-80)

Todavia, ao tratar estes conflitos, convém termos presente a perspectiva unilateral das informações captadas do corpus em que nos para baseamos. Mesmo assim, isto é, apesar da parcialidade com que os autores se esforçam para justificar as violências que os portugueses cometeram nestes contrastes, folheando os relatos de naufrágios é possível encontrarmos alguns casos em que a responsabilidade dos europeus pelas hostilidades parece conspícua. Na história dos naufrágios da nau S. Bento lê-se, por exemplo, um episódio desconcertante sobre uns quatro portugueses afamados que, tendo-se afastado do arraial, mataram um indígena “para fornecerem os alforjes” (Naufrágio da nau S. Bento, GOMES DE BRITO 1966: 141). Apesar da crueldade que eles provaram ao comer um ser humano, o autor demonstra-se bem compreensivo com os “coitados” que eram obrigados a assassinar o cafre pela fome que os atormentava. Face à vingança dos africanos o mesmo autor já parece tomar um tom indignado, chamando o feito dos indígenas “uma crua carniçaria”:

Estes cafres nos deram novas como os quatro homens que mandáramos diante, com recado a Lourenço Marques, eram mortos; e os mataram dali perto que eles, constrangidos da fome, tomaram um cafre que toparam ao longo do mar, e, metendo-se com ele em um mato, o espostearam e assaram para fornecerem os alforjes; mas como os vizinhos deste o achassem menos, e a terra seja toda de areia, vieram pela trilha a dar com o negócio; e então, levando os nossos à praia, e não se havendo por bom o que deles não tomava vingança, fizeram nos coitados uma crua carniçaria. (*Idem*, 141-142)

As inimizades entre as duas partes reciprocamente desconfiadas podem ser reconduzidas a várias causas, que se devem atribuir tanto às violências, vinganças agressivas ou aos mal-entendidos dos europeus, como às astúcias e armadilhas dos autóctones. Convém lembrarmos um facto interessante de que raramente se faz menção. Estou a aludir ao apagamento quase completo de rastos e vestígios na memória comum das tribos bantas da região que testemunhem a conservação destas lutas antigas pelos meios da tradição oral. Estas são, pelo menos, as conclusões que podemos tirar das observações de Henrique A. Junod, antropólogo da missão suíça da África do Sul em 1895, que se dedicou ao registo das tradições dos bantos que vivem na Costa do Natal. Segundo as anotações expostas no seu estudo, a tribo Tonga, nação que antes da invasão zulo no século XIX tinha a maior expansão territorial nas zonas costeiras a Sul dos arredores de Lourenço Marques (JUNOD 1974, I: 24-25), não conserva na memória colectiva nenhum traço concreto de contrastes em que os seus ascendentes se tivessem envolvido antigamente com os portugueses: “Conquistadores e conquistados uniram-se por casamentos sucessivos e não ficou qualquer recordação de lutas ou guerras sangrentas.” (*Idem*, 427)

Na verdade, nós também devemos admitir que, além dos conflitos, também merecem atenção os momentos de aproximação e de convivência registados nestas obras – ainda que os leitores dos relatos tenham sido, e sempre sejam, mais inclinados a acentuarem as hostilidades de que a notarem os aspectos amigáveis na relação entre os sobreviventes dos naufrágios e os bantos da Terra do Natal. Seja como for, os relatos não deixam de fornecer descrições sobre acolhimentos e agasalhos amistosos que os portugueses receberam durante a sua peregrinação pelos matos da África.

A primeira reacção dos autóctones ao avistarem os europeus que tinham dado à costa, geralmente consistia nas manifestações do espanto e da curiosidade. Se as crónicas quatrocentistas de Gomes Eanes de Zurara e Duarte Galvão são os testemunhos da admiração que os navegantes portugueses provaram encontrando indígenas de cor negra ao longo das costas da África Ocidental, os relatos de naufrágios consideram-se os documentos que registaram o espanto com que os africanos olharam para a companhia estranha dos brancos que apareceram de repente no seu mundo. Já os primeiros naufragos julgaram importante fazer menção da curiosidade dos autóctones perante a vista dos europeus na praia:

(...) nos recolhemos, sem ficarmos entendendo deles mais que, por seu repouso e segurança, serem homens que fora de mau propósito nos vinham a ver, como a causa nova e desacostumada entre eles, mostrando espantarem-se da nossa cor, armas, trajes e disposições (...). (Naufrágio da nau S. Bento, GOMES DE BRITO 1966: 84)

pragas a quem fôra causa de nossa perdição. Daqui marchámos pela terra chã, povoada de gente miserável, em quem achámos bom gasalhado; e no fim de dois dias chegámos a uma povoação que estava perto da praia, na qual achámos algum peixe e a gente se mostrou mais compassiva que tôda a outra, porque mulheres e meninos se foram à praia, atirando muitas pedradas ao mar, dizendo-lhe certas palavras como pragas, e virando-lhe as costas, e alevantando umas peles com que traziam coberto o trazeiro, lho mostravam, que é entre eles a maior praga que há; e faziam isto por lhes terem contado que êle fora causa de nos padecermos tantos trabalhos e de andarmos havia cinco meses por terras alheias, que é o de que mais se espantavam, porque não costumam afastar-se donde nascem dez léguas, e têm isso por cousa notável. (*Idem*, 61–62)

Os africanos que se meteram em contacto amistoso ou, pelo menos, não explicitamente hostil com os náufragos, não deixaram de se espantar face às inúmeras novidades de que eram testemunhos na companhia dos portugueses. Entre as coisas que mais os impressionava, eram, de certo, as armas de fogo, que os europeus lhes mostravam (nem sempre isentos de qualquer intenção reservada que visava tirar aos cafres a vontade de os atacarem). Para lembrar só um exemplo dos muitos que reflectem estas cenas particulares, citamos as palavras do Joseph de Cabreira, capitão da nau Nossa Senhora de Belém.

Sucedeu que, vindo-me ver um Rei a quem todos tinham em conta de homem belicoso e valente (...), e acompanhado de muita gente, estavam uns corvos na praia, a que mandei um marinheiro que fôsse como acaso e metesse uma mão cheia de dardos no mosquete, por não errar tiro, e matasse um corvo. Os cafres puseram logo o sentido nêle; e, tomando ponto, derribou um com dous pelouros, que por mais bizarria, não quis usar de dardos, o que vendo os cafres, ficaram assombrados, e se é que traziam alguma malícia a perderam; e tomando-o na mão olharam a ferida, metendo o dedo na boca, que é o seu modo de encarecer, mostrando com outras acções que antes nos queriam ter por amigos, do que ter-nos por contrários e vizinhos. (Naufrágio da Nau Nossa Senhora de Belém, PERES 1938, III: 51–52)

Parece mais agradável a admiração destes bantos ao provarem a comida que os portugueses lhes enviaram do próprio jantar:

(...) E porque a noite era já cerrada os deixei no mesmo lugar além do rio e me recolhi para a nossa estância, mandando-lhes cozer arroz e um pouco de melaço que se achou no fundo do boião, e lho enviei, com que fizeram grandes extremos, porque o Rei enchia a palma da mão dêle, em que um untava um dedo, e logo vinha outro e tocava outro dedo no que havia tido o doce, e dêste modo corriam todos, e chupavam os dedos fazendo grande espanto de cousas tam saborosas. (*Idem*, 52)

Os trechos referidos permitem-nos construir uma imagem complexa sobre as relações que se estabeleceram entre os sobreviventes dos naufrágios portugueses e os habitantes da Terra do Natal. O contacto entre as duas partes, como também resulta dos exemplos destacados supra, era bastante multiforme nas manifestações e comunicações. Não posso referir-me, por causa da escassez do espaço, aos numerosos casos em que os portugueses eram obrigados a pedir ou aceitar a ajuda dos «cafres» que frequentemente lhes mostravam o caminho, ou os vaus nos rios, e ajudavam os naufragos a tomar contacto com os comerciantes ou feitorias dos europeus para embarcarem e regressarem à sua terra. É verdade que as tribos inimigas muitas vezes dificultavam a situação dos peregrinos, e que nem os serviços que os indígenas prestavam aos portugueses eram fora de interesses; contudo podemos aceitar, como facto justificado pelos mesmos relatos, que os sobreviventes das tragédias marítimas sim que favoreciam da presença dos bantos e que, sem a ajuda deles, talvez nunca tivessem conseguido voltar para Portugal.

RECONSTRUÇÃO DO PASSADO HISTÓRICO DE UMA TRIBO BANTA. A IMPORTÂNCIA DE UM RELATO DE NAUFRÁGIO

Dediquei este capítulo a um caso particular de que tenho que dar conta como coincidência histórica bastante curiosa. Trata-se de um dos relatos de naufrágios, nomeadamente da relação escrita sobre a última viagem da nau S. Bento, que conservava para a posteridade uma informação cuja importância era, presumivelmente, desconhecida não apenas pelos leitores coevos mas até pelo mesmo autor.

Quando o interesse da historiografia voltou para os vestígios do passado histórico da África, os investigadores, que visavam reconstruir a cronologia dos eventos relevantes deste passado, tinham de enfrentar a dificuldade de encontrarem fontes disponíveis só no âmbito da tradição oral das tribos bantas. A partir destas recordações era possível captar uma larga escala de informações relativas aos mitos de origem, aos dados de migrações ou, quanto às mais úteis, aos nomes dos membros da família real. A conservação das genealogias das famílias reais que compreendem oito a dez nomes, conforme observa Henrique A. Junod, é um traço bastante comum à memória colectiva dos bantos. A importância, que as tribos atribuem à conservação dos nomes dos seus reis na memória comum, pode ser ilustrada já com o facto de os clãs bantos se denominarem, normalmente, com nomes que designavam soberanos antigos.

Teoricamente, se fosse possível reconduzir estes nomes cronologicamente conservados a gerações consecutivas, isto é, se os nomes designassem soberanos

que tivessem pertencido a gerações sucessivas, poderíamos definir, grosso modo, a data quando o primeiro ancestral identificável teria subido ao trono. Estabelecer uma data concreta na cronologia relativa destas fontes equivalia a chegar a um ponto de referência que forme ligação temporal entre a história europeia e o passado histórico dos Tongas. Os nomes conservados nas listas genealógicas nem sempre indicam, porém, sucessões entre pais e filhos: “(...) a lei de sucessão entre os Tongas eleva à dignidade de chefe os irmãos mais novos do chefe morto; alguns destes nomes podem pois muito bem ser de irmãos. Não se pode pois concluir que oito nomes correspondam a oito gerações diferentes.” (JUNOD 1974, I: 36)

Por conseguinte, na base dos nomes dos reis atestados pela tradição oral não se pode deduzir a presumível duração dos reinados: se um rei tivesse sucedido ao seu irmão, teria pertencido à mesma geração, isto é, teria subido ao trono já de idade matura a seguir à morte do irmão. Neste caso, a duração do seu reinado teria sido, supostamente, mais curta de que a de um rei que tivesse subido ao trono depois da morte do pai.

Contribuíram para esta incerteza relativa à cronologia das dinastias as divergências que também se observavam nas informações fornecidas por informadores pertencentes ao mesmo clã. Contudo, o antropólogo suíço conseguiu, dando com o rasto de um dado particular, reconduzir as genealogias dos reis tongas até ao século XVI, estabelecendo até a data concreta do “primeiro nome da lista” (*Idem*, 37). O documento que continha o dado referido era o relato do naufrágio da nau S. Bento – escrito pelo autor-testemunha da tragédia, Manuel Mesquita Perestrelo. Esta obra, ao tratar a chegada dos naufragos à Baía da Alagoa (25° 15’ lat.Sul) (GOMES DE BRITO 1966: 160), dá uma descrição detalhada quer sobre os três rios que desembocam nesta altura ao Índico, quer sobre as terras que os rios separam – não deixando de acrescentar nem os nomes dos reis africanos da região.

Estes nomes portanto podem ser ligados à data concreta do ano 1554 em que os portugueses estiveram na Baía – assim oferecendo um apoio particular na investigação do passado dos povos que vivem na Terra do Natal. Daqui em diante queria passar a palavra a Henrique A. Junod, descobridor desta coincidência histórica.

(...) A prova a que me refiro foi-me fornecida pelos relatórios portugueses, publicados na Memória dirigida em 1873 ao Presidente da república Francesa e a Inglaterra acerca da posse da região situada ao sul da Baía do Espírito Santo (Lisboa. Imprensa Nacional). Encontram-se nessa interessante publicação os documentos mais antigos referentes à Baía, entre outros a seguinte narrativa, que figura no relato do cronista português Perestrelo, escrito em 1554: «*Nesta baía se recolhe a água de três rios (...). O primeiro deles para a parte do sul, se chama mar do Zembe, que divide as terras de um Rei assim chamado, das de outro, que é o Inhaca com quem nós ao depois estivemos. O segundo se chama Santo Espírito, ou de Lourenço Marques (...); este aparta as terras*

do Zembe das de outros dois senhores cujos nomes são o Rumo e Mena Libombo. O terceiro e último rio para o Norte, se chama do Manhica, por outro cafre assim chamado que ali reina (...)»³ Estas indicações permitem-nos reconhecer os nomes dos actuais clãs de Tembe (Zembe), Mafumo (Rumo), Libombo e Manhiça. Naquela altura estes nomes eram conhecidos e os chefes que os usavam estavam estabelecidos na região onde se encontram agora os seus clãs ou não muito longe. (JUNOD 1974, I: 37)

O descobrimento do ponto de intersecção entre as genealogias conservadas pela tradição oral dos bantos e uma fonte escrita de datação concreta, leva a conclusões de uma relevância particular no estudo da memória histórica dos povos africanos. O fato de o relato de Perestrelo conter nomes a que podem ser reconduzidos as actuais denominações dos clãs da terra, permite chegarmos à conclusão de a memória histórica dos Tongas remontar, no mínimo, aos tempos do naufrágio da nau S. Bento, isto é, ao ano de 1554. Isso não significa menos de que a tradição oral dos Tongas conservou a memória de antepassados que viveram há três ou quatro séculos. Por outro lado, identificando a data a que se liga o reinado dos reis Tongas mencionados pelo relato, pode ser estabelecido um ponto de referência temporal a que se proporcionam as guerras e migrações notáveis no passado destes clãs.

Como resulta das observações destacadas supra, os relatos de naufrágios oferecem-nos uma perspectiva particular sobre os encontros civilizacionais dos portugueses náufragos e os povos da África: esta óptica permite vermos os contactos realizados entre os náufragos e as tribos bantas em circunstâncias que trans-tornavam as consuetas condições de forças geralmente favoráveis aos europeus. Privados da nau e dos recursos civilizacionais, os portugueses que sobreviviam aos naufrágios encontravam-se obrigados a aproximarem-se dos habitantes da terra africana deixando de parte a própria sensação de superioridade, e visando estabelecer com os africanos relações amistosas ou, pelo menos, de colaboração. Ainda que a peregrinação dos portugueses pela Terra do Natal não fosse isenta de conflitos e lutas com as tribos locais, as tentativas pacíficas obtinham, várias vezes, bom êxito. A documentação destes encontros nos relatos de naufrágios não se considera relevante apenas por atestar as formas de convivência e do descobrimento dos costumes da outra parte, mas também por compreender anotações que se revelam importantes na reconstrução cronológica do passado histórico das tribos bantas.

.....
³ Para consultar o parágrafo citado por H. A. Junod cf.: Naufrágio da nau S. Bento, Gomes de Brito 1966: 159.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, BERNARDO GOMES DE (ed.) (1966): *História Trágico-Marítima*. Lisboa: Portugália Editora
- JUNOD, HENRIQUE A. (1974): *Usos e Costumes dos Bantos*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- PERES, DAMIÃO (ed.) (1937): *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII I*. Porto: Imprensa de Alberto de Oliveira Lda.
- PERES, DAMIÃO (ed.) (1938): *Viagens e naufrágios célebres dos séculos XVI, XVII e XVIII II – IV*. Porto: Imprensa de Alberto de Oliveira Lda.
- SILVÉRIO, SILVINA (2000): “Gaspar da Índia”. In: Oliveira e Costa, João Paulo (ed.) *Descobridores do Brasil*. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

AS CARACTERÍSTICAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL NA AMÉRICA LATINA

Após a obtenção da independência nos países do sub-continente latino-americano, no início do século XIX, imediatamente surgiu a ideia apaixonada de Bolívar de formação de uma unidade política e de cooperação na forma de Estados Unidos hispano-americanos. Nesta altura a América do Sul encontrava-se repleta de questões específicas de auto-determinação e de reflexão.

Na América colonial a identidade pessoal e social desenvolveram-se em conformidade com as coordenadas de cor da pele. No final do século XVIII apareceram também os novos elementos da consciência de identidade: como a *nação* e a *pátria*. Nesta época nasceu a expressão da *nossa América (nuestra América)* e ocorreu a ocupação emocional e intelectual do continente.² No início do século XIX dois importantes eventos internacionais contribuíram para a realização da auto-gestão das colónias: um foi o ataque britânico contra Buenos Aires que fortaleceu o medo dos sul-americanos de cair nas mãos de um país colonizador mais forte e mais violento. O outro evento foi a invasão napoleónica em Espanha e a subsequente ocupação do país. Em 1810 começou a luta pela independência, a qual atingiu um sucesso significativo após a queda de Napoleão: até 1825 dissolveram-se as colónias espanholas e em 1822 o Brasil separou-se de Portugal.³ Simón Bolívar e José Francisco de San Martín tiveram um papel fundamental na libertação da administração colonial espanhola de quatro vice-reinos, enquanto as aspirações do Brasil à independência foram chefiadas pelo Príncipe Regente de Portugal, filho do próprio D. João VI. Mas depois da conquista da independência as ex-colónias sofreram um declínio económico e pobreza. Faltava a protecção do mercado da Península Ibérica e o capital espanhol/português foi substituído gradualmente pelo inglês. A estrutura social não foi favorável ao desenvolvi-

In: *Os Descobrimentos Portugueses e a Mitteleuropa*.
Org.: CLARA RISO e ISTVÁN RAKÓCZI. Budapeste, 2012.
ELTE Eötvös Kiadó /Talentum 5/1, pp. 145–156.

.....
¹ Universidade ELTE de Budapeste ■ akkamarianna@gmail.com

² Balogh – Rostoványi – Búr – Anderle: *Nemzet és nacionalizmus; [Ázsia, Afrika, Latin-Amerika]*. Korona Kiadó, Budapest, 2002. 409–435.

³ Alguns países chegaram à independência só no século XX: como por exemplo Trinidad e Tobago (em 1962) e Guaiana (em 1966) do Reino Unido ou o Suriname (em 1975) dos Países Baixos. A Guaiiana Francesa como departamento ultramarino ainda hoje faz parte da França.

mento industrial. A abolição da escravatura – que na realidade significava uma luta prolongada – intensificou a mistura étnica da população. Nem as relações, nem as fronteiras dos países emergentes se tornaram estáveis. Tudo isso aumentou o papel do exército e o militarismo tornou-se numa componente permanente da vida política na América Latina. Iniciou-se um período de dominação dos *caudillos*, das pessoas poderosas que chegaram ao poder pela força e violência e cuja remoção do poder também requereu força e violência. A América Latina começou a sua vida independente entre a anarquia e a ditadura. Os *caudillos* foram gradualmente substituídos pelos ditadores e a dominação de Porfirio Díaz no México ou a de Juan Vicente Gómez na Venezuela tornou-se o antítipo das grandes ditaduras do século XX.

Além das línguas comuns – como o espanhol e o português –, e da cultura e religião comuns, muitos outros factores formaram o continente que não o conduziram no sentido da unidade e coerência. As condições geográficas dificultaram extremamente a comunicação no século XIX. A política ciosa e rival dos países, focalizada na Península Ibérica, agravou a circunstância acima mencionada. Tudo isso desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de condições económicas adversas. As disputas de fronteiras e as guerras causaram também problemas sem fim que às vezes ficaram sem solução até ao milénio.⁴ No início do século XX a política dos Estados Unidos na América Latina tornou-se particularmente importante: a ocupação de Cuba introduziu a *diplomacia das canhoneiras* em que os Estados Unidos expandiram a sua influência para a América Central e o Caribe. Nas outras regiões da América Latina nas primeiras décadas do século XX o radicalismo tornou-se dominante. As aspirações nacionais democráticas falharam em todos os casos. O atraso da região em relação ao Ocidente mostrou-se claramente em todos os aspectos e o rescaldo da revolução mexicana mostrou que a América Latina foi incapaz de sair da condição periférica.

Os grandes problemas da década de 1920 foram: a questão da terra (os problemas dos índios), as questões sociais, a protecção contra o capital estrangeiro e a expansão das superpotências mundiais. Parecia que a região na sua recuperação tinha de lidar com desafios cada vez mais maiores. O reconhecimento disto entre as duas guerras mundiais levou ao desenvolvimento do populismo, uma reflexão tipicamente latino-americana.

A *política da boa vizinhança* da década de 1930 estabeleceu a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina e preparou o sistema institucional de *inter-americanismo* que se incorporou em 1948 na Organização dos Estados Americanos. A partir dos anos 1940 como consequência do aumento da produtividade

⁴ Em Janeiro de 1995 eclodiu uma disputa territorial entre Peru e Equador que se prologou e resultou na morte de 300 pessoas.

e da redução da mortalidade infantil iniciou-se a expansão populacional no continente, particularmente na América Central. Embora o ritmo de crescimento tenha diminuído de intensidade nos anos 70, até 1990 a população atingiu os 510 milhões, enquanto que em 1950 se registavam apenas 159 milhões. Isto implicou também o aumento das tensões sociais. A construção das favelas muito conhecidas nas metrópoles latino-americanas começou também nos anos 50, 70.

As características importantes dos movimentos populistas da época eram: a xenofobia, o mestiço como valor e orgulho, a busca do terceiro caminho na política, a rejeição das alternativas do comunismo e do capitalismo. As tentativas revolucionárias (na Guatemala em 1944, na Bolívia em 1952, em Cuba em 1959) foram incapazes de elevar os países do estado velho periférico. A posição global da América Latina neste período foi determinada pelo confronto da Guerra Fria.

Após o fracasso das iniciativas bolivianas desde o final do século XIX até os meados do século XX, os Estados Unidos tentaram integrar a região no espírito do pan-americanismo e estender a sua influência para si próprios. Na América Latina somente após a Segunda Guerra Mundial a ideia de integração económica superou a intenção de integração política. Nesta época, seguindo o modelo de funcionalismos europeu,⁵ os países tentaram tirar proveito dos benefícios das suas relações económicas, sociais e culturais já existentes. Ao mesmo tempo o sub-contidente distanciou-se da América do Norte.

A primeira fase do processo de integração económica na América Latina começou em 1960 com a fundação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a do Mercado Comum Centro Americano (MCCA). Na segunda fase criaram-se a Comunidade Andina, em 1969, e em 1973 a Comunidade do Caribe (CARICOM).⁶ Ainda que a maioria destas organizações ainda hoje exista, não atingiram as expectativas esperadas. Na década de 1980 a América Latina era ainda uma região economicamente subdesenvolvida, acumulando desigualdades significativas.

A queda das tentativas iniciais de criação de integração económica regional era esperada. Isto pode ser explicado – não só pelo baixo nível de desenvolvimento e instabilidade económica e política – como também, pelo baixo nível de interdependência económica dos países da região, consequência infeliz de uma herança histórica. Os países latino-americanos exportam produtos muito similares, sobretudo matérias-primas. Dois terços das exportações consistem em produtos agrícolas, combustíveis e de exploração mineira. Assim o nível do

⁵ Malamud, Andrés: Spillover in European and South American Integration. A Comparative Evaluation. *CIES e-Working Paper*, Nº1/2005. pp. 3-4.

⁶ Malamud, Andrés – Castro, Paulo: Are Regional Blocs Leading from Nation States to Global Governance. A Skeptical View from Latin America. *Iberoamericana, Nordic Journal of Latin American and Carrebean Studies*, Vol. XXXVII: 1. 2007. p. 113.

comércio – relativamente à população – fica abaixo do nível desejável para uma próspera integração económica. Simplesmente falta um interesse económico mútuo entre os países. Uma integração económica tornar-se-ia mais viável com uma cooperação entre as economias complementares. No entanto, as economias dos países da América Latina não são complementares, mas de natureza competitiva. Assim, no sub-continente, a viabilidade de uma zona de livre comércio – a primeira categoria da classificação de Balassa – é questionável.

Os anos 90 deram novo impulso à integração sul-americana. Reviveu-se o MCCA e a Comunidade Andina e formou-se o Mercado Comum do Sul (o MERCOSUL). Através do Protocolo de Quito, em 1997, os países da Comunidade Andina têm tomado medidas para facilitar os processos de decisão dentro do bloco. Em 1991, o Protocolo de Tegucigalpa reformou a estrutura organizacional do Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), cujo processo foi suplantado também – após o término das guerras civis – pela democratização na região. Em 1991, o Tratado de Assunção fundou o MERCOSUL,⁷ o qual aprendeu com os erros das tentativas anteriores de integração e tentou minimizar o aparelho burocrático. Assim, o Mercado Comum do Sul, desde o início, tem preferido o princípio de controlo inter-governamental, em vez de instituições supranacionais.

É importante mencionar que as cooperações fundadas ou revitalizadas na década de 1990 foram o resultado de decisões políticas e não consequência da conjugação de factores económicos. A existência de acordos formais (como o da área de livre comércio ou de união aduaneira), por si só, não induz o desenvolvimento da interdependência económica mútua. Um bom exemplo disto pode ser o caso do MERCOSUL: embora a dependência económica dos países da organização tivesse aumentado até 1999, depois disso, começou a estagnar chegando mesmo a diminuir, enquanto que, a dependência relativamente à China têm aumentado significativamente.⁸

Exceptuando as tentativas dos meados do século XX, a integração na América Latina no que diz respeito a motivações e objectivos ideológicos, tem-se processado principalmente por motivos políticos e não económicos. No sub-continente a cooperação política tem uma dinâmica especial que a distingue dos processos da integração europeia.

Os 4 países do MERCOSUL representam economias bastante fechadas, ainda que os seus confinamentos se tenham moderado nos últimos quase vinte anos. O apogeu da integração foi entre 1991 e 1998, declinando depois devido à crise do

⁷ Malamud – Castro [2007] 114.

⁸ Coutinho, Marcelo – Hoffmann, Andrea Ribeiro – Kfuri, Regina: *Raio X da Integração Regional. Estudos e Cenários*. 2007. Observatório Político Sul-Americano Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM 41.

milénio no Brasil, na Argentina e no Uruguai, e as relações económicas diminuíram significativamente entre os países membros. Só em 2002 começou um novo crescimento económico. No entanto, no sentido clássico não existe ainda a necessária interdependência económica: hoje o comércio do Brasil com o resto do MERCOSUL representa uma taxa semelhante à de 1991. Assim no MERCOSUL o efeito estimulante do comércio interno é bastante fraco e insignificante.⁹

A literatura sobre o tema compara muitas vezes o caso do MERCOSUL com o exemplo da União Europeia. No entanto, esta analogia é defeituosa em muitos aspectos, talvez em todos. (As estruturas institucionais das duas integrações são bastante diferentes, e a UE pode ser considerada como um fenómeno particularmente europeu). O exemplo do MERCOSUL pode ser utilizado para analisar as suposições dos factores político-económicos dominantes sobre a integração regional no sub-continente.

As disputas sobre o futuro da organização têm-se distinguido nos últimos anos por razões ideológicas: basicamente há uma posição progressivista e uma realista. A progressivista é representada pelos existencialistas, como por Hélio Jaguaribe e Aldo Ferrer,¹⁰ e pela burocracia do presidente actual do Brasil, Lula da Silva. Enquanto os liberais e os instrumentalistas – como por exemplo Paulo Roberto de Almeida,¹¹ Roberto Bouzas, Pedro da Motta Veiga e Ramón Torrent¹² ou o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso – representam a outra posição.

Desde o início, as decisões no MERCOSUL são tomadas pelo consenso segundo o princípio do intergovernamentalismo. Os representantes dos estados membros vêm dos governos eleitos. Uma decisão da integração pode entrar em vigor, se as legislações nacionais a adoptarem. Assim, o MERCOSUL pode ser considerado democrático, se os países membros satisfizerem o critério democrático. No caso da integração a possibilidade de um parlamento regional é bastante problemática por causa da falta de aceitação social e de transparência. O desenvolvimento da composição do parlamento seria um desafio enorme; 80% da população da cooperação é do Brasil. Por causa das diferenças entre as populações¹³ um parlamento “distorcido” seria prejudicial e injusto para alguns

⁹ Coutinho – Hoffmann – Kfuri [2007] 22–32.

¹⁰ Ferrer, Aldo: Globalisation, Argentina and Mercosul. In: Jaguaribe, Helio – Vasconcelos, Álvaro de (ed.): *The European Union, MERCOSUL, and the new world order*. Frank Cass Publishers, 2003, pp. 139–163.

¹¹ Almeida, Paulo Roberto de: O MERCOSUL em crise: que fazer? *Tempo Exterior. Revista de análise e estudos internacionales* (Baiona: IGADI – Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional; Segunda etapa; vol. IV, Nº6, Xaneiro-Xuño, 2003, pp. 111–122.)

¹² Bouzas, Roberto – Veiga, Pedro Da Motta – Torrent, Ramón: In-Depth Analysis of Mercosur Integration, its Prospectives and the Effects Thereof on the Market Access of EU Goods, Services and Investment. *Observatory of Globalisation*, University of Barcelona – Science Park of Barcelona.

¹³ Coutinho – Hoffmann – Kfuri [2007] 48.

estados membros. A assimetria existente poderia ser corrigida pelo aumento no número de membros. Por exemplo, se a Venezuela se tornar num membro de pleno direito, pode representar um elemento de equilíbrio entre os *dois* países *grandes* (o Brasil e a Argentina) e os *dois pequenos* (a Paraguai e a Uruguai). Mas esta visão tem pelo menos tantos opositores como partidários.

Tudo remete para o facto de o MERCOSUL querer permanecer no nível de governação intergovernamental: os estados querem controlar directamente os mecanismos de tomada de decisão e não há necessidades e expectativas sociais para desenvolver órgãos supranacionais.¹⁴ O fracasso prático dos parlamentos estabelecidos no caso da Comunidade Andina e nas integrações da América Central confirma este conceito.

Segundo os realistas era desejável o estabelecimento duma ligação/integração física e funcional dentro do MERCOSUL sobretudo nas áreas de energia, transportes e infra-estrutura. Na opinião deles a implementação de uma política externa e de segurança comum é inviável por causa das diferenças da política externa brasileira e argentina. No entanto, admitem que é possível aproximar estas políticas. Os realistas aprovavam a coordenação da política monetária comum mas sem a introdução de uma moeda comum, e têm dúvidas sobre a possibilidade de coordenação das políticas sociais e de desenvolvimento. A principal barreira consiste na heterogeneidade dos países membros e na ausência de um orçamento comum. No MERCOSUL – ao contrário da UE – os actores transnacionais têm um papel muito fraco. O nível de interdependência é muito baixo e não há instituições supranacionais como a Comissão ou o Tribunal na União Europeia. Assim o *spillover* não pode ser realizado nas áreas-chave. Os realistas pretendem realizar a teoria neofuncionalista, e assim uma versão do modelo europeu, uma integração baseada na infra-estrutura e na economia que não tem tradições na região.

Na realidade efectua-se uma integração flexível (*soft*) no MERCOSUL e não uma ao estilo europeu. O governo de Lula tenta manobrar e dirigir de acordo com a percepção progressivista.

¹⁴ Malamud, Andrés: Regional Integration in Latin America. Comparative theories and institutions. *Primer Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, University of Salamanca, 9–11 July, 2002.

*A comparação da posição progressivista e realista em quatro dimensões:*¹⁵

	PROGRESSIVISTAS	REALISTAS
1. a base da integração regional	uma ideologia comum, <i>high politics</i> – políticas que garantem soberania e segurança dos países	<i>Interdependência low politics</i> – por exemplo: cooperação na economia e nas políticas ambientais
2. a força de coesão na integração	<i>uma identidade comum</i>	<i>objectivos concretos e práticos</i> (nacionais e sectoriais)
3. a avaliação do estado actual da integração	<i>os aspectos comerciais estão demasiadamente acentuados</i> , enquanto os aspectos sociais e políticos têm sido negligenciados; – há um défice democrático	<i>Os aspectos políticos estão acentuados</i> – negligenciando os interesses económicos
4. como resolver o impasse existente	pela <i>participação activa da sociedade civil</i> e pela <i>criação de instituições de representação política</i>	pelo <i>maior grau de integração funcional</i> e pelo fortalecimento da cooperação técnica (desenvolvimento de infra-estruturas)

Na verdade, no MERCOSUL nem é o possível défice democrático que significa um maior obstáculo, mas sim, as dificuldades na implementação de decisões da comunidade. A internalização de decisões comuns depende da burocracia nacional que muitas vezes significativamente desacelera o processo de implementação: em 2002, por exemplo, metade das decisões regionais caiu nos parlamentos nacionais. Todas as iniciativas de integração latino-americana sofrem deste problema.

Como consequência de *pink tide* do processo de viragem à esquerda no continente na última década, e especialmente como consequência do relativo declínio hegemónico dos Estados Unidos, todos os países latino-americanos têm esforçado uma colaboração para atingir objectivos comuns. O novo regionalismo da região, formado pelo neoliberalismo, não foi capaz de criar bases sociais que possibilitassem estabilidade económica e desenvolvimento social no sub-continente. Pelo contrário trouxe consigo o forte processo de concentração de renda, disseminou valores individualistas e consumistas, precarizou os postos

¹⁵ Além dessas duas tendências existe uma terceira principalmente representada pelos empresários e economistas neo-liberais. Esse grupo podia imaginar a eliminação total do Mercosul mas pelo menos a sua consideração no nível de zona de comércio livre. Malamud – Castro [2007] 119–127.

de trabalho, marginalizou grande parte da população e mercantilizou os direitos dos trabalhadores. Tudo isto justifica os progressistas.

A sociedade civil e, principalmente, os movimentos sociais, organizados em torno da crítica à globalização e ao neoliberalismo, têm um papel de protagonista na construção de uma oposição organizada à ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e na inserção do tema da integração regional na agenda dos governos locais.

Alguns países latino-americanos – como o Peru, o Chile e a Colômbia – estão ligados aos Estados Unidos ou à União Europeia através de acordos comerciais bilaterais. Muitas pessoas criticam os importantes exportadores de petróleo – como a Venezuela e a Bolívia – que preferem o comércio com a América do Norte em vez do interno. Isso pode criar a impressão de que os acordos económicos dos países do sub-continente com as outras regiões do mundo (como com o NAFTA /Tratado Norte-Americano de Livre Comércio/ ou os países asiáticos e árabes) reduzem a possibilidade de uma forte cooperação regional e desenvolvem uma crescente dependência do resto do mundo.

Ao mesmo tempo outros países – como os do MERCOSUL ou a Venezuela, a Bolívia e o Equador – tentam dar um impulso à cooperação do sub-continente com iniciativas regionais como a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) ou a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas). Todas estas tentativas têm finalidades e perspectivas diferentes, mas os países da região pensam sempre na implementação comum destas. A pesquisa da forma apropriada de cooperação fomenta as relações entre os países da região. Estas iniciativas essencialmente não se baseiam numa interdependência económica, mas numa vontade política e assim os outros acordos económicos em cima mencionados não tem que ser considerados como concorrentes.¹⁶

Na América Latina, as iniciativas regionais e sub-regionais, têm como objectivo não se substituir mas complementarem-se umas às outras, eliminando os problemas que enfraquecem as organizações. Um bom exemplo para isto é o caso da UNASUL constituída para convergir os estados membros do MERCOSUL e da Comunidade Andina. Na maioria dos casos, trata-se de organizações declaradamente activas a nível político. Mas porque querem os países latino-americanos cheios de heterogeneidade político-ideológica realizar cooperações comuns a qualquer preço? Qual é o propósito de uma aliança sul-americana de segurança militar que inclui a Argentina, a Bolívia, o Brasil, o Chile, o Equador, a Guaiana, a Colômbia, o Paraguai, o Uruguai, o Peru, o Suriname e a Venezuela? A América Latina ainda hoje não está isenta de conflitos territoriais (entre o Chile e a Bolívia;

¹⁶ Kirchner Receives Unanimous Support to Become UNASUR Secretary General. *MacroPress. South Atlantic News Agency*. 4 May, 2010, UNASUR – <http://www.pptunasur.com>

ou a Venezuela e a Guaiana) e de disputas económicas e políticas (entre a Argentina e o Uruguai; ou o Brasil e o Paraguai; ou o Brasil e a Argentina etc.).¹⁷

Todas estas aspirações da América Latina têm como objectivo a multipolarização do sistema mundial. O sub-continente tenta reduzir a sua dependência económica do Ocidente e fortalecer a posição das periferias pela sua abertura às outras partes do mundo – como pelas relações comerciais cada vez mais fortes com os países asiáticos e árabes. A região basicamente tem conhecimento das limitações inerentes da sua estrutura económica, mas tenta desempenhar um papel decisivo e importante na arena internacional pelos esforços de integração regional de base política. Segundo o diplomata brasileiro, Samuel Pinheiro Guimarães a América Latina tem que encontrar o seu lugar no modelo centro-periférico de actores estatais e não-estatais. O sistema deste modelo é formado pelo potencial militar, económico e político. É desejável – também para a América Latina – que estes potenciais não se unam num único centro gigantesco.¹⁸ O sub-continente não consegue aumentar o próprio potencial económico através de integrações realizadas só com participação regional. Na economia é preciso necessariamente abertura. Mas apesar da heterogeneidade na região, esta acredita sobretudo na necessidade de realização de uma cooperação militar e política.

Na América Latina há uma “*força motriz*” social que alimenta e sustenta os esforços e processos de cooperação. Segundo a esquerda brasileira qualquer integração regional tem que ser fiel às aspirações históricas dos movimentos sociais e tem que fortalecer a identidade comum. Assim não é suficiente definir e realizar objectivos económicos e comerciais mas também uma cooperação política, social, cultural e de identidade: *a solidariedade social*. Esse elemento de coesão na América Latina funciona mesmo quando os indicadores económicos parecem incentivar outras coisas.

Um exemplo actual: A UNILA (*Universidade Federal de Integração Latino Americana*), sancionada pelo Presidente Lula, em 12 de Janeiro de 2010, apresenta-se como mais uma iniciativa de integração da América Latina. Além do seu projecto avançado, propondo cursos voltados para a realidade local, fugindo da lógica de mercado, com um projecto pedagógico, rico, bilingue e com perspectiva

.....
¹⁷ A crise diplomática da Colômbia com o Equador e a Venezuela de Março de 2008 desenrolou-se logo depois que tropas da Colômbia mataram Raúl Reyes e um grupo de guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que se encontravam na zona fronteiriça mas já em território equatoriano. Logo depois do acontecido, sem aparente autorização do governo equatoriano, consumou-se a reação do governo venezuelano, a qual mantinha já deterioradas as relações diplomáticas com a Colômbia. Mais: Operativo anti-FARC desata grave crisis diplomática. *La Nación*. cl – *Internacional*.

¹⁸ Guimarães, Samuel Pinheiro: *Quinhentos Anos de Periferia*. Editora da Universidade, Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2001.

de receber alunos brasileiros e estrangeiros. Segundo o presidente brasileiro a UNILA é uma vitória para os que negam a lógica “comercialista” e que acreditam que a integração regional deva incluir iniciativas sociais, culturais, identitárias.¹⁹

A UNILA contrapõe-se a outras iniciativas de integração no sector da educação. Desde 1996, na Organização Mundial do Comércio a educação superior faz parte do sector de serviços no Acordo Geral sobre Comércio de Serviços. Segundo o governo de Lula isso implica a *comercialização da educação* e a perda de soberania dos países sobre a condução das políticas educacionais, a completa submissão das universidades à lógica de mercado e a desvinculação da ideia de educação como um direito de todos, e que deve ser garantida pelo estado, de modo a ser pública, gratuita e de qualidade.²⁰ A UNILA representa um novo marco para a educação, a qual deve ser libertadora, conter os princípios de solidariedade entre os povos, incentivar a identidade regional e afastar a concepção de educação como mercadoria. Contrapõe-se à lógica neoliberal, possibilita aproximação entre os países vizinhos, contribuindo para soberania e poder de decisão destes no contexto internacional. Esta iniciativa representa as ideias dos governos progressistas do sub-continente. A UNILA foi recebida com comemoração pelo movimento estudantil brasileiro.

No caso da América Latina a palavra-chave é a *solidariedade* que não pode ser explicada pelas teorias clássicas de integração. A contradição fundamental na América Latina existe entre os defensores da democracia e da economia de mercado, e as forças desiludidas nacional-populistas, e não, entre a esquerda e a direita. Segundo, Noam Chomsky, na América Latina os políticos populistas ganharam poder porque as instituições democráticas perderam o seu significado e as pessoas ficaram desapontadas com a política e os partidos tradicionais²¹ – e também porque o populismo tem tradição no continente.

Não é apenas um mito que entre os países latino-americanos existe solidariedade e coesão. A pressão política dos Estados Unidos baseada na dependência económica tem falhado nos últimos anos na América Latina porque a pobreza e as tensões sociais induzem ações em várias dimensões além da economia.

¹⁹ UNILA – Universidade Federal de Integração Latino-Americana <http://www.unila.ufpr.br/>

²⁰ Siqueira, Angela C. de: Higher Education Reform in Brazil: Reinforcing Marketization. *Journal for Critical Education Policy Studies*, vol. 7. Nº 1. 176–180.

²¹ Chomsky, Noam: Historical Perspectives on Latin American and East Asian Regional development. *The Asia-Pacific Journal*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, PAULO ROBERTO DE: O MERCOSUL em crise: que fazer? *Tempo Exterior. Revista de análise e estudos internacionais* (Baiona: IGADI – Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional; Segunda etapa; vol. IV, Nº6, Xaneiro-Xuño, 2003, 111–122.) <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1008MSulEmCrise.pdf> (2010. 06. 08.)
- BALOGH–ROSTOVÁNYI–BÚR–ANDERLE: *Nemzet és nacionalizmus; [Ázsia, Afrika, Latin-Amerika]*. Korona Kiadó, Budapest, 2002.
- BOUZAS, ROBERTO – VEIGA, PEDRO DA MOTTA – TORRENT, RAMÓN: In-Depth Analysis of Mercosur Integration, its Prospectives and the Effects Thereof on the Market Access of EU Goods, Services and Investment. *Observatory of Globalisation*, University of Barcelona – Science Park of Barcelona, www.ub.es/obsglob (2010. 06. 08.)
- CHOMSKY, NOAM: Historical Perspectives on Latin American and East Asian Regional development. *The Asia-Pacific Journal*. <http://japanfocus.org/products/details/2298> (2010. 06. 08.)
- COUTINHO, MARCELO – HOFFMANN, ANDREA RIBEIRO – KFURI, REGINA: *Raio X da Integração Regional. Estudos e Cenários*. 2007. Observatório Político Sul-Americano Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_estudosecenarios_Estudos_Coutinho_Ribeiro_Kfuri.pdf (2010. 06. 08.)
- FERRER, ALDO: Globalisation, Argentina and Mercosul. In: Jaguaribe, Helio – Vasconcelos, Álvaro de (ed.): *The European Union, MERCOSUL, and the new world order*. Frank Cass Publishers, 2003. 139–163.
- GUIMARÃES, SAMUEL PINHEIRO: *Quinhentos Anos de Periferia*. Editora da Universidade, Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2001.
- HERZ, MÔNICA: Teoria de Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. *Dados* vol. 40. no.2 Rio de Janeiro 1997. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200006&script=sci_arttext (2010. 06. 08.)
- Kirchner Receives Unanimous Support to Become UNASUR Secretary General. *MacroPress. South Atlantic News Agency*. 4 May, 2010 <http://en.mercopress.com/2010/05/04/kirchner-receives-unanimous-support-to-become-unasur-secretary-general> (2010. 06. 08.)
- MALAMUD, ANDRÉS – CASTRO, PAULO: Are Regional Blocs Leading from Nation States to Global Governance. A Skeptical View from Latin America. *Iberoamericana, Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies* Vol. XXXVII: 1. 2007. 111–130.
- MALAMUD, ANDRÉS: Regional Integration in Latin America. Comparative theories and institutions. *Primer Congreso Latinoamericano de Ciencia Política*, University of Salamanca, 9–11 July, 2002.
- MALAMUD, ANDRÉS: Spillover in European and South American Integration. A Comparative Evaluation. *CIES e-Working Paper*, Nº1/2005.

- MARIANO, KARINA L. PASQUARIELLO – MARIANO, MARCELO PASSINI: Governos subnacionais e integração regional: considerações teóricas. *X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y la Administración Pública*, Santiago, Chile, 18–21 Oct. 2005. <http://www.iiij.derecho.ucr.ac.cr/archivos/documentacion/inv%20otras%20entidades/CLAD/CLAD%20X/documentos/mariano.pdf> (2010. 06. 08.)
- Operativo anti-FARC desata grave crisis diplomática. *La Nación.cl – Internacional* http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080302/pags/20080302213525.html (2010. 06. 08.)
- UNASUR – (*Union de Naciones Suramericanas – Dél-Amerikai Nemzetek Uniója*) <http://www.pptunasur.com> (2010. 06. 08.)
- SIQUEIRA, ANGELA C. DE: Higher Education Reform in Brazil: Reinforcing Marketization. *Journal for Critical Education Policy Studies*, vol. 7. no. 1. 169–191. <http://www.jceps.com/index.php?pageID=article&articleID=148> (2010. 06. 08.)
- UNILA – (*Universidade Federal de Integração Latino-Americana – a Latin-Amerikai Integráció Szövetségi Egyeteme*) <http://www.unila.ufpr.br> (2010. 06. 08.)

A
TÁLENTUM SOROZAT
KORÁBBAN
MEGJELENT
KÖTETEI
ISSN 2063-3718

1. KUTASI ZSUZSANNA: *A ló a középkori arab irodalomban*. Budapest, 2012, ELTE Eötvös Kiadó, 210 oldal. ISBN 978 963 312 088 0
2. *Doktoranduszok a nyelvtudomány útjain. A 6. Félúton konferencia, ELTE BTK, 2010. október 7–8.* Szerk. PARAPATICS ANDREA. Budapest, 2012, ELTE Eötvös Kiadó, 266 oldal. ISBN 978 963 312 097 2
3. EMESE EGEDI-KOVÁCS: *La « morte vivante » dans le récit français et occitan du Moyen Âge*. Budapest, 2012, ELTE Eötvös Kiadó, 260 oldal. ISBN 978 963 312 110 8
4. VARGA ORSOLYA: *Párhuzamos fordítórajok. Műfordítás-szemlélet Magyarországon és Hollandiában a 20. század első felében*. Budapest, 2012, ELTE Eötvös Kiadó, 214 oldal. ISBN 978 963 312 103 0